



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/ MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

GÉSSICA NOGUEIRA DOS SANTOS

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA ATIVIDADE
MADEIREIRA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PANCADA DO CAMAIPÍ
(MAZAGÃO) E NOVA CANAÃ (PORTO GRANDE), AMAPÁ, BRASIL**

MACAPÁ
2017

GÉSSICA NOGUEIRA DOS SANTOS

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA ATIVIDADE
MADEIREIRA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PANCADA DO CAMAIPÍ
(MAZAGÃO) E NOVA CANAÃ (PORTO GRANDE), AMAPÁ, BRASIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Jodival Maurício da Costa.

MACAPÁ
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

333.76

S237a Santos, Géssica Nogueira dos.

Análise comparativa das dinâmicas territoriais da atividade madeireira nos assentamentos rurais Pancada do Camaipí (Mazagão) e Nova Canaã (Porto Grande) Amapá, Brasil / Géssica Nogueira dos Santos; orientador, Jodival Maurício da Costa. – Macapá, 2017.

109 f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

GÉSSICA NOGUEIRA DOS SANTOS

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA ATIVIDADE
MADEIREIRA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS PANCADA DO CAMAIPÍ
(MAZAGÃO) E NOVA CANAÃ (PORTO GRANDE), AMAPÁ, BRASIL**

Dissertação apresentada ao colegiado do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Esta dissertação foi submetida à banca examinadora abaixo especificada, em 27/06/2017, sendo a mestranda considerada aprovada.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jodival Maurício da Costa
Orientador (UNIFAP)

Prof. Dr. Patrick de Castro Cantuária
1º Membro - Externo (IEPA)

Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
2º Membro - Interno (UNIFAP)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e irmão pelo incentivo e suporte incondicional na carreira acadêmica, e por fazerem isso real.

Aos meus amigos e familiares pelo apoio e carinho.

Aos colegas mestrandos pelo companheirismo e aprendizado compartilhado.

À CAPES pela concessão da bolsa, suporte essencial para a construção desse trabalho.

Ao corpo docente do MDR pelos ensinamentos e empenho em propiciar formação acadêmica de excelência para a formação de mestres atuantes em prol do desenvolvimento regional.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jodival Maurício e ao Prof. Dr. Jadson Porto pela colaboração, dedicação e ensinamentos fundamentais para a construção desse trabalho e essenciais para minha formação profissional.

Ao meu bom Deus.

Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar.

- Dorothy Stang

Aos meus avós *in memoriam*.

RESUMO

A floresta amazônica representa fonte de renda e trabalho para parte de sua população rural, território onde acontecem diversos processos produtivos decorrentes do uso de produtos florestais. No território rural amapaense, em especial nos assentamentos rurais, a atividade extrativista madeireira tem atuação relevante. Contudo, o uso deste território exploratório madeireiro apresenta uma dinâmica que se diverge e se complementa, expondo a (i)legalidade quanto ao uso de seus produtos. Frente ao potencial florestal do Amapá e a importância das atividades florestais para as comunidades locais, torna-se necessário discutir uma política florestal para os assentamentos e suas florestas comunitárias. Uma vez que já se discute uma política florestal para as florestas públicas amapaenses, como visto pelo lançamento em 2014 dos Planos de Manejo da Floresta Nacional do Amapá (FLONA-AP) e da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA-AP). Ressaltando que atualmente a principal produção de madeira legal do Amapá sai dos assentamentos rurais, e seus produtos alcançam mercados de escala regional e nacional. A FLOTA-AP encontra-se em processo licitatório de seus primeiros módulos a serem manejados industrialmente. Esta configura a primeira experiência estadual de manejo de florestas públicas. Perante esta nova política florestal, é necessário discutir a questão quanto as comunidades em volta da FLOTA-AP que possuem a atividade madeireira como parte importante da composição da renda anual da população. A área de estudo da presente pesquisa consiste em dois assentamentos localizados no entorno do módulo II da FLOTA-AP. São: o (1) assentamento Pancada do Camaipí, no município de Mazagão e o (2) assentamento Nova Canaã, no município de Porto Grande. A pesquisa, então, identifica e analisa comparativamente as dinâmicas de uso do território rural amapaense pela atividade exploratória madeireira na área de estudo. Realizou-se o estudo socioeconômico para identificação das lógicas produtivas madeireiras nos assentamentos rurais Pancada do Camaipí e Nova Canaã, assim como o perfil socioeconômico destes. O procedimento metodológico adotado foi o de pesquisa quali-quantitativa. O método científico utilizado foi o comparativo para entendimento das dinâmicas da atividade madeireira na área de estudo. Aferiu-se que as relações para a produção de madeira que ocorrem nos assentamentos são distintas em seu processo produtivo, e estas surgem como sistemas produtivos territoriais alternativos para o incremento da renda e reprodução social das comunidades locais. Há duas cadeias produtivas madeireiras distintas com alcance de mercado que atuam nos assentamentos estudados. A primeira fomentada por um estímulo externo, na perspectiva empresarial legal, que possui apoio institucional e acesso ao crédito, além de relações de trabalho baseadas no assalariamento, ainda que, com quadro de contratação de mão-de-obra sazonal. Esta produz com alta tecnologia, e garante o monopólio do mercado local de madeira legalizada. Em contrapartida, há uma lógica produtiva madeireira que se configura em dinâmicas e atividades de pequena dimensão, com o uso de trabalho intensivo, que se cria e se recria com pouco capital. Esta utiliza-se de um aspecto histórico-cultural inerente às populações, especialmente, tradicionais amazônicas para validação e modelo instrucional de produção. Porém não encontra vias de ação dentro do constitucional, e atua como um subsistema econômico madeireiro totalmente informal.

Palavras-chave: Dinâmica territorial; atividade madeireira; assentamentos rurais; Amapá.

ABSTRACT

The Amazon rainforest represents a source of income and labor for part of its rural population, where several productive processes occur due to the use of forest products. In the rural territory of Amapá, especially in the rural settlements, the logging activity has a relevant role. However, the use of this exploratory woodland presents a dynamic that diverges and complements, exposing (il)legality regarding the use of its products. Given the forest potential of Amapá and the importance of forestry activities to local communities, it is necessary to discuss a forest policy for settlements and their community forests. Since a forest policy for the public forests of the Amapá has already been discussed, as the cases of the releasing of management plans in 2014 for the National Forest of Amapá (FLONA-AP) and the State Forest of Amapá (FLOTA-AP). Noting that Amapá's main legal timber production currently comes from rural settlements, and its products reach regional and national markets. The FLOTA-AP is in bidding process of its first module to be handled industrially. This is the first state experience in the management of public forests. Faced with this new forest policy, it is necessary to discuss the question about the communities around the FLOTA-AP that have the logging activity as an important part of the annual income of the population. The study area of the present research consists of two settlements located in the surroundings of module II of FLOTA-AP. These are: (1) Pancada do Camaipí settlement, in the municipality of Mazagão and (2) Nova Canaã settlement, in the municipality of Porto Grande. The research, then, identifies and analyzes comparatively the dynamics of use of the amapaense rural territory by the exploratory logging activity in the study area. A socioeconomic study was carried out to identify logging production logics in the rural settlements Pancada do Camaipí and Nova Canaã, as well as their socioeconomic profile. The methodological procedure adopted was qualitative-quantitative research. The scientific method used was the comparative one to understand the dynamics of the logging activity in the study area. It was verified that the relationships for timber production that occur in the settlements are distinct in their productive process, and these arise as alternative territorial productive systems for the increase of the income and social reproduction of the local communities. There are two distinct timber production chains with market reach that operate in the settlements studied. The first is fostered by an external stimulus, in the legal business perspective, which has institutional support and access to credit, in addition to employment relationships based on wage labor, albeit with a framework for hiring seasonal labor. It produces with high technology, and guarantees the monopoly of the local market of legalized wood. On the other hand, there is a timber productive logic that is configured in small-scale dynamics and activities, with the use of intensive labor, which is created and re-created with little capital. This uses a cultural-historical aspect inherent to the populations, especially, traditional Amazonian population for validation and instructional model of production. However, it does not find ways of action within the constitutional, and acts as a totally informal logging economic subsystem.

Keywords: Territorial dynamics; Logging activity; Rural settlements; Amapá.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAGRIPPAC	Associação dos Agricultores e Piscicultores do Pancada do Camaipí
AAPC	Associação dos Agricultores do Pancada do Camaipí
AMCEL	Amapá Florestal e Celulose S.A.
APP	Áreas de Preservação Permanente
AUTEX	Autorização de Exploração
CAEMI	Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração
EUA	Estados Unidos da América
FLONA-AP	Floresta Nacional do Amapá
FLOTA-AP	Floresta Estadual do Amapá
FSC	Forest Stewardship Council
GRET	Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios Sociedade Anônima
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF-AP	Instituto Estadual de Florestas do Amapá
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IMAP	Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
NE	Nordeste
NO	Noroeste
OIMT	Organización Internacional de las Maderas Tropicales
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Projeto de Assentamento
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PMF	Plano de Manejo Florestal

PMFLOTA-AP	Plano de Manejo da Floresta Estadual do Amapá
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
POA	Programa Operacional Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar
RB	Relação de Beneficiários
RFN	Rainforest Foundation Norway
S	Sul
SE	Sudeste
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
UMF	Unidade de Manejo Florestal
WWF	World Wide Found for Nature

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	Módulos da Floresta Estadual do Amapá.....	44
Quadro 02	Caracterização geral dos dois circuitos da economia urbana.....	60
Figura 01	Imagem de satélite da relação de proximidade geográfica entre Macapá e as ilhas do Estado do Pará.....	68
Quadro 03	Tipologias de produtores do Assentamento Pancada do Camaipí	81
Quadro 04	Atividades produtivas madeireiras ocorrentes nos assentamentos rurais Pancada do Camaipí e Nova Canaã.....	95
Figura 02	Representação esquemática da atividade madeireira familiar na floresta de terra firme.....	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Floresta Estadual do Amapá.....	43
Mapa 02	Assentamento Pancada do Camaipí e Assentamento Nova Canaã no entorno do módulo II da FLOTA-AP.....	70
Mapa 03	Localização dos Assentamentos do INCRA do estado do Amapá....	73
Mapa 04	Posição do PA Pancada do Camaipí no contexto estadual e vias de acesso.....	76
Mapa 05	Posição do PA Nova Canaã no contexto estadual e vias de acesso	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Destino da madeira processada amazônica em 1998, 2004 e 2009	55
Gráfico 02	Representação da origem dos produtores do PA Pancada do Camaipí.....	77
Gráfico 03	Representação de acesso à credito financeiro pelos assentados do PA Pancada do Camaipí.....	79
Gráfico 04	Representação de acesso à assistência técnica pelos assentados do PA Pancada do Camaipí.....	79
Gráfico 05	Atividades extrativistas exercidas pelos assentados do PA Pancada do Camaipí.....	80
Gráfico 06	Representação da origem dos produtores do PA Nova Canaã.....	85
Gráfico 07	Representação de acesso à credito financeiro pelos assentados do PA Nova Canaã.....	87
Gráfico 08	Representação de acesso à assistência técnica pelos assentados do PA Nova Canaã.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Cobertura vegetal da Amazônia Legal em 2009.....	49
Tabela 02	Número de empresas, consumo de toras, produção processada, empregos e receita bruta da atividade madeireira, na Amazônia em 2009.....	54

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	O TERRITÓRIO: CONSTRUÇÃO, APROPRIAÇÃO, USO E A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS	23
1.1	A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO: DAS RELAÇÕES DE PODER À APROPRIAÇÃO E (DES)TERRITORIALIZAÇÃO.....	23
1.2	O USO DO TERRITÓRIO.....	30
1.2.1	O uso do território para a produção de commodities: experiência industrial amapaense.....	34
1.2.1.1	O uso do território federal amapaense pelo manganês: Projeto ICOMI	36
1.2.1.2	O uso do território do sul do Amapá pela celulose: O Projeto Jari.....	38
1.2.1.3	O uso do território do centro-leste ao sudeste do Amapá: o Projeto AMCEL.....	41
1.2.1.4	A perspectiva estadual do uso do território amapaense pela madeira..	42
2	FLORESTA DIVIDIDA: O USO DOS RECURSOS MADEIREIROS AMAZÔNICOS.....	47
2.1	AMAZÔNIA BRASILEIRA: RECURSOS MADEIREIROS, DESMATAMENTO E CRIMES NA FLORESTA TROPICAL.....	48
2.2	AMAZÔNIA BRASILEIRA E A ATIVIDADE MADEIREIRA.....	53
2.3	A ATIVIDADE MADEIREIRA AMAPAENSE ATRAVÉS DOS CIRCUITOS ECONÔMICOS	58
2.3.1	O circuito superior econômico da madeira da floresta de terra firme amapaense.....	62
2.3.2	O circuito inferior econômico da madeira da várzea amapaense...	65
3	ANÁLISE TERRITORIAL DA REPRESENTATIVIDADE DA ATIVIDADE MADEIREIRA DENTRO DE ASSENTAMENTOS RURAIS AMAPAENSES.....	69
3.1	ASSENTAMENTOS RURAIS NO AMAPÁ E A PLURIATIVIDADE.....	71
3.2	ASSENTAMENTO PANCADA DO CAMAIPÍ.....	75
3.2.1	Contexto socioeconômico no assentamento Pancada do Camaipí.....	78
3.3	ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ.....	83
3.3.1	Contexto socioeconômico no assentamento Nova Canaã.....	86

3.4	ATIVIDADES PRODUTIVAS MADEIREIRAS ATUANTES NOS ASSENTAMENTOS PANCADA DO CAMAIPÍ E NOVA CANAÃ.....	89
3.4.1	A atividade madeireira na perspectiva empresarial.....	90
3.4.2	A atividade madeireira na perspectiva familiar na várzea.....	92
3.4.3	Análise comparativa das cadeias madeireiras.....	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS.....	104

INTRODUÇÃO

A floresta é compreendida como um ecossistema complexo, capaz de fornecer múltiplos bens e serviços para a sociedade em geral. A análise da floresta com a incorporação da dimensão socioambiental considera aspectos da relação entre seres humanos e destes com a natureza, reconhecendo assim a existência de limites ecossistêmicos para as atividades econômicas e sociais, além do contexto histórico-social que engloba a atividade econômica (SOUZA, 2002).

Para Souza (2002) a sociedade em geral concebe a floresta como um bem patrimonial e que fornece uma multiplicidade de benefícios. No entanto, do ponto de vista da empresa florestal privada, esta ainda é vista como um estoque de recursos (ou capital) madeireiros. Segundo o autor, é o predomínio da racionalidade econômica que define o padrão de uso dos recursos madeireiros.

A floresta amazônica ocupa mais de cinco milhões de km², e é de longe a maior área de floresta tropical do mundo. Representando cerca de 55% à 60% de toda a floresta tropical mundial, é, atualmente, uma das principais regiões produtoras de madeira tropical do planeta (RFN, 2014).

O extrativismo madeireiro ganha representatividade dentro do meio rural, tornando-se uma alternativa de renda para muitos trabalhadores que utilizam sistemas agroflorestais, associando o extrativismo à agricultura. Diversas cadeias produtivas da madeira se estabelecem então neste território rural.

A floresta amazônica configura um território permeado por diversas dinâmicas socioeconômicas. Diversos projetos do capital ditam o uso deste território, gerando múltiplos impactos socioambientais. A região Amazônica está inserida no cenário de transformação contemporânea imposto pela ação dos agentes econômicos e públicos (Estado e empresas) quanto aos usos do território.

Santos e Silveira (2006) sugerem a discussão do uso do território como uma necessidade de análise sistemática de sua própria formação como espaço. Este se define a partir da sua utilização, pois é esta que o torna uma categoria de análise central para a formulação de uma teoria social, logo não há como explicar o uso do território sem projeto (SILVEIRA, 2011).

A política de ocupação da Amazônia proporcionou a implantação de vários tipos de projetos que visaram à ocupação da região sob diferentes graus de

responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dentre eles estão: Projeto Integrado de Colonização (PIC); Projetos de Assentamentos (PA); e os Projetos de Assentamentos Rápidos (PAR) (SILVA; FILOCREÃO; LOMBA, 2012).

O Projeto Integrado de Colonização (PIC) responsabilizava o INCRA pela organização, inclusive quanto à assistência financeira e técnica aos colonos. A atuação do INCRA quanto aos Projetos de Assentamentos (PA) e Projetos de Assentamentos Rápidos (PAR) consistia apenas na simples demarcação e titulação das parcelas ocupadas espontaneamente (SILVA; FILOCREÃO; LOMBA, 2012).

No período de 1987 à 2006, época em que começa a ser pautada a atuação do INCRA na criação e no acompanhamento de projetos de assentamentos da reforma agrária, 7.421 famílias de trabalhadores rurais, originárias do Amapá, Pará, Maranhão e Piauí, Ceará, entre outros estados da federação, foram beneficiadas com a criação de 29 (vinte e nove) assentamentos no Amapá (INCRA, 2006).

Comumente observa-se, quando são criados os projetos de assentamento agropecuário pelo INCRA, que não são realizadas as obras de infraestrutura fundamentais para o funcionamento produtivo e a reprodução social, como: abastecimento de água potável e para irrigação de culturas; energia elétrica; posto médico; cantina; habitação; e ramais trafegáveis para acesso aos lotes e escoamento da produção (GRET, 2014a).

Portanto, o panorama de loteamento de propriedades não condiz com o verdadeiro objetivo da Reforma Agrária, que vai muito além da mera distribuição de terras. Face às dificuldades para se estabelecer uma produção agrícola ou pecuarista consolidada, gera-se um cenário de múltiplas atividades produtivas dentro dos PAs, incluindo as extrativistas.

A floresta amazônica representa fonte de renda e trabalho para parte substancial da população rural local, onde acontecem diversos processos produtivos decorrentes do uso de produtos florestais (madeira, frutas, sementes, cipós e ervas) (AMARAL, 2010).

A atividade extrativista madeireira tem atuação relevante dentro dos assentamentos rurais do estado do Amapá, no entanto, o uso deste território exploratório madeireiro apresenta uma dinâmica contraditória e complementar que expõe a (i)legalidade quanto ao uso de seus produtos.

Em certos assentamentos há uma exploração ilegal de madeira em pequeno volume, com alcance de mercado local. Já em outros, assentados fecham acordos com empresas madeireiras, vendendo a madeira em pé a um preço relativamente baixo por metro cúbico. As empresas, portanto, são responsáveis pela execução de todas as etapas do processo.

Segundo Sablayrolles et al. (2013, p.10) “o poder de barganha dos assentados é mínimo na negociação com o madeireiro [...]”. As empresas formam uma espécie de oligopólio, dificultando qualquer estratégia de comercialização alternativa, logo não há mercado competitivo da madeira legalizada do ponto de vista do assentado.

As empresas madeireiras locais funcionam como intermediárias entre os detentores da madeira (assentados) e grandes empresas do mercado nacional (SABLAYROLLES et al., 2013). Estas empresas do cenário nacional possibilitam o adiantamento de recursos para os madeireiros locais viabilizarem o processo da extração madeireira, como a construção de estradas, compra de maquinário, entre outros, e já no momento da venda da madeira descontam-se seus adiantamentos.

O fato da iniciativa do negócio da madeira estar localizado fora do Estado é um dos motivos do favorecimento do desequilíbrio da relação de negociação do preço por metro cúbico da madeira, entre assentados e madeireiros. De um lado têm-se uma das partes viabilizando todo o negócio, e do outro, uma parte que não entra com nenhum recurso financeiro ou técnico, apenas com o produto, ou seja, a floresta.

Sob a ótica dos assentados, os trâmites do licenciamento são extremamente complicados e onerosos, necessitando no mínimo da contratação de um engenheiro florestal, o que proporciona a situação comum onde o assentado é totalmente dependente do madeireiro.

Sablayrolles et al. (2013) cita que há casos em que esta relação de força é tamanha, sendo possível a queda ao ponto de uma árvore inteira poder ser vendida a R\$ 20,00 (vinte reais). Outro motivo que ocasiona o baixo preço da madeira poderia estar relacionado à oferta de madeira ilegal que abastece o mercado local.

De caráter familiar, o modelo de exploração madeireira ilegal é caracterizado pela exploração em pequeno volume, que utiliza mão-de-obra familiar, e destina-se ao abastecimento do mercado local, e que não encontra formas de legalização. Apesar de possuir uma relação financeira mais justa, e dar autonomia ao produtor

desde a produção à comercialização, agregando valores dentro da comunidade, esta cadeia é ilegal (GRET, 2014a).

A informalidade da atividade acarreta riscos a seus atores, como: multas; prisões; e apreensão da produção. E pode ainda provocar degradação ambiental, pois esta prática não visa diretamente à sustentabilidade do meio, posto que seus atores não possuam conhecimento a respeito do manejo sustentável (GRET, 2014a).

Frente ao potencial florestal do território rural do Amapá, se faz necessária discutir uma política florestal para os assentamentos. Uma vez que, uma política florestal estadual consolidada não pode abranger apenas as florestas públicas, como acontece nos dias atuais, frente ao lançamento no ano de 2014 dos Planos de Manejo da Floresta Nacional do Amapá (FLONA-AP) (ICMBIO, 2014), e da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA-AP) (IEF, 2014).

A política florestal estadual deve também envolver as florestas comunitárias, desde que, atualmente, a principal produção de madeira legal do Amapá sai dos assentamentos rurais. E seus produtos madeireiros alcançam mercados de escala regional e nacional.

A FLOTA-AP encontra-se em processo licitatório de suas primeiras unidades florestais de manejo (UFMs), localizadas nos módulos I e II, para o manejo industrial (IEF, 2015, 2016). Sendo que uma unidade já encontrasse com resultado da licitação homologada desde o final de 2016, é ela a UFM III do módulo II (AMAPÁ, 2016). Esta configura a primeira experiência estadual de manejo de florestas públicas.

Perante esta nova realidade, é necessário discutir a questão quanto as comunidades em volta da FLOTA-AP, como o caso dos assentamentos rurais: Nova Canaã; Pancada do Camaipí; entre outros que possuem a atividade madeireira como parte importante da composição da renda anual da população.

Sablayrolles et al. (2013, p.9) afirma que no Amapá a maior parte da madeira legal produzida, advém dos assentamentos rurais do INCRA no entorno da FLOTA-AP, e que “existe pressão dos madeireiros sobre os assentados porque esses são os maiores detentores de terras legalizadas passíveis de exploração florestal”. Isto torna imprescindível avaliar como serão conduzidos os impactos que essas comunidades sofrerão.

A área de estudo da presente pesquisa consiste em dois assentamentos localizados no entorno do módulo II da FLOTA-AP. Os assentamentos rurais

estudados são: o (1) assentamento Pancada do Camaipí, no município de Mazagão e o (2) assentamento Nova Canaã, no município de Porto Grande.

Portanto, este estudo aborda a atividade produtiva madeireira estudada através da análise comparativa dentro de uma abordagem territorial de dois assentamentos rurais do Amapá. A metodologia utilizada orientou-se a partir da seguinte pergunta norteadora: como o território dos assentamentos rurais Pancada do Camaipí e Nova Canaã é usado pelas dinâmicas da atividade madeireira?

A hipótese para este questionamento é que as relações para a produção de madeira que ocorrem nos assentamentos são distintas em seu processo produtivo, e estas surgem como sistemas produtivos territoriais alternativos para o incremento da renda e reprodução social das comunidades locais, além das atividades de agricultura e extrativismo não madeireiro.

Existe uma cadeia produtiva fomentada por um estímulo externo, na perspectiva empresarial legal, que possui um circuito espacial de produção com o apoio institucional e o acesso ao crédito, além de relações de trabalho baseadas no assalariamento, ainda que, com quadro de contratação de mão-de-obra sazonal. Este produz com alta tecnologia, e garante o monopólio do mercado local de madeira legalizada (SABLAYROLLES et al., 2013).

Em contrapartida, há uma cadeia produtiva madeireira que se configura em dinâmicas e atividades de pequena dimensão, com o uso de trabalho intensivo, que se cria e se recria com pouco capital. Que utiliza-se de um aspecto histórico-cultural inerente às populações, especialmente rurais, amazônicas para validação e modelo de produção. Esta cadeia não encontra vias de ação dentro do constitucional, e atua como um subsistema econômico madeireiro.

Como objetivo geral, a meta deste estudo consistiu em identificar as dinâmicas de uso do território exploratório pela atividade madeireira amapaense nos assentamentos rurais Pancada do Camaipí e Nova Canaã. Para tal propósito, o primeiro objetivo específico se estabeleceu na necessidade de realização de estudo socioeconômico para identificação das dinâmicas territoriais das cadeias madeireiras nos assentamentos rurais Pancada do Camaipí e Nova Canaã.

Posteriormente, o segundo objetivo específico pautou-se na análise comparativa das dinâmicas territoriais provenientes da atividade madeireira entre os assentamentos Pancada do Camaipí e Nova Canaã. Esta análise do uso do território exploratório madeireiro amapaense poderá endossar as discussões da prática

produtiva florestal madeireira em prol de implicações no processo de uso do território para a produção primária no Amapá.

A fim de alcançar os objetivos da pesquisa, adotou-se o procedimento metodológico de pesquisa quali-quantitativa. O método científico utilizado foi o comparativo para a explicação dos fenômenos estudados. Este estuda as semelhanças e diferenças entre determinados objetos de estudo (grupos, sociedades ou povos) para o alcance do entendimento dos fenômenos na esfera socioeconômica, através de comparações para a verificação de similitudes e explicação de divergências (LAKATOS e MARCONI, 2010).

O percurso metodológico desenvolvido pelo presente estudo iniciou seu trajeto nos estágios de problema-objetivos-hipótese, percorrendo etapas de pesquisa teórica e metodológica para a viabilização da fase de análise para o alcance dos resultados de diagnóstico e análise comparativa da atividade madeireira na área de estudo.

A coleta de dados realizou-se através da técnica de pesquisa da documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica), tendo como embasamento fundamental os estudos socioeconômicos realizados pelo Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos (GRET), organização não governamental francesa de assessoria técnica. Estes estudos estão referenciados na presente pesquisa como GRET (2014a), referente ao assentamento Pancada do Camaipí, e GRET (2014b), referente ao assentamento Nova Canaã.

O período analisado consta de 1996, ano de criação do assentamento Nova Canaã (INCRA/IEPA, 2009b), a 2014, ano de realização dos estudos socioeconômicos base de dados da pesquisa (GRET, 2014a, 2014b). Os estudos socioeconômicos foram ponderados através da análise de conteúdo para a verificação através de abordagem quali-quantitativa da unidade de contexto da obra.

A partir da aferição dos dados, estes foram analisados comparativamente para produção do diagnóstico das dinâmicas produtivas territoriais existentes nos PAs. A análise comparativa permite avaliar os dados concretos, deduzindo dos mesmos os elementos constantes, abstratos e gerais, consistindo em uma real experimentação indireta, permitindo ainda a construção de tipologias (LAKATOS e MARCONI, 2010).

Esta análise foi abordada dentro do paradigma da avaliação de territórios, parte inicial da metodologia de análise territorial apresentada por Mello-Théry (2012).

A partir de indicadores econômicos, sociais e ambientais, a avaliação dos territórios analisa o conjunto de dinâmicas de funcionamento do território. Segundo Mello-Théry (2012, p.198) “esta é uma fase analítica, que consiste em avaliar seu desempenho associado à definição dos pontos-chaves dos sistemas e dos processos que agem sobre ele”.

Os indicadores propostos são tradicionais de avaliações econômicas, sociais e ambientais, são eles: população; composição de renda familiar; vegetação atual; territórios legalmente protegidos; sistemas de uso da terra; infraestrutura; acesso à crédito. Quanto ao diagnóstico, este possui perfil quali-quantitativo, contando com uma abordagem qualitativa, e constando ainda aspectos quantitativos (estatística descritiva).

A presente pesquisa se estruturou em três momentos de discussão de seu propósito. Inicialmente se discute a categoria de análise território de sua gênese ao seu uso, com ênfase no uso para a produção de commodities no território amapaense.

Posteriormente, a abordagem volta-se para a economia florestal madeireira amazônica, através de sua influência socioambiental e seus circuitos econômicos. E finalmente, apresentam-se os resultados obtidos pela análise territorial da área de estudo para a aferição comparativa das dinâmicas madeireiras.

1 O TERRITÓRIO: CONSTRUÇÃO, APROPRIAÇÃO, USO E A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

O capital fantasia-se de conceitos desenvolvimentistas (sustentáveis, endógenos, regionais) para ocultar seus interesses e premissas dentro da sua produção do espaço e modelos de territorialização. É uma tentativa de tornar aceitável na contemporaneidade o modelo econômico vigente, e manter o *status quo* capitalista. O grande capital de atuação global é apático ao desenvolvimento local e regional.

Santos e Silveira (2006) definem o território a partir da sua utilização, pois é esta que o torna uma categoria de análise central para a formulação de uma teoria social, logo a necessidade de projetos para explicar o território. Os projetos do capital, mais recentemente, passaram a se apropriar das florestas, assim como já se articulava no campo e na cidade em busca da concentração de propriedades de modo a controlar os territórios, através das relações de poder (FERNANDES, 2008).

O território amapaense vivencia sua primeira experiência de iniciativa interna para a produção de commodities através do Plano de Manejo da Floresta Estadual do Amapá – PMFLOTA-AP. Os primeiros módulos a serem manejados industrialmente da FLOTA-AP encontram-se em processo licitatório (IEF, 2015, 2016).

Esta seção transita, em um primeiro momento, da conceituação basal de território à suas tipologias e tendências dinamizadas não apenas pela produção capitalista, mas também sociais. Posteriormente, trabalha-se o uso território, com ênfase ao uso pelo capital para produção de commodities no Amapá.

1.1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO: DAS RELAÇÕES DE PODER À APROPRIAÇÃO E (DES)TERRITORIALIZAÇÃO

O discurso quanto à resignificação do território, como categoria de análise, tem sido fomentado por décadas de estudos, em especial, dentro da Geografia, com entendimento deste como produto de diversas projeções. Articula-se então o estudo para a discussão do caráter de ser territorial através de propostas de autores clássicos como Raffestin (1993), Saquet (2008), Haesbaert (2008) e Milton Santos (1994).

Os conceitos geográficos território e espaço são muito populares, e existe certa prática quanto à sinonímia destes dois conceitos, esta totalmente repudiada por Raffestin (1993). O autor afirma incisivamente que espaço e território não são termos equivalentes, e, portanto não podem ser utilizados como unívocos. E que sim, o espaço antecede o território.

O território se constitui a partir do espaço e resulta de uma relação envolvendo: a ação, o ator, e a escala/nível. Segundo Raffestin (1993), o ator provoca a “territorialização” do espaço com a apropriação concreta ou abstrata. O autor compara o espaço a uma matéria-prima, onde este é, de certa forma, “dado”, preexistindo a qualquer ação.

O espaço é territorializado por ações de atores, atividades sociais, que fomentam redes, circuitos e fluxos que nele se instauram. Nessa perspectiva, Raffestin (1993) trata o território como o espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, conseqüentemente, revela relações marcadas pelo poder. “O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Derivando da categoria de espaço a ideia de produção do território pela projeção do trabalho, através dos dois aspectos contrastantes apresentados por Raffestin (1993), a energia e a informação, entende-se a construção do território como consequência da territorialidade.

A territorialidade é definida como o conjunto de relações que a sociedade mantém com a exterioridade e a alteridade para a satisfação de suas necessidades, com o objetivo de alcançar o maior grau possível de autonomia compatível com os recursos do sistema.

Se erguendo em cima do espaço, o território é uma produção, a partir do mesmo, inscrita num campo de poder devido ao conjunto de relações envolvidas por essa produção. Um determinado sistema projetado sobre um espaço qualquer corresponde à projeção de um aparato de intenções de poder moldados sobre o espaço (RAFFESTIN, 1993).

Corroborando com Raffestin (1993), Saquet (2008) apresenta a conceituação de território a partir da apropriação do espaço, esse sinônimo de natureza-superfície, recursos naturais. Para o autor, território é o espaço modificado historicamente pelas sociedades, é produto dos atores sociais. A manifestação de todas as espécies de relações de poder ocasionam um processo territorial traduzido

em malhas, redes e centralidades, com tempo e dinâmica determinada por seus atores sociais.

Superando o debate quanto à concepção do território, Haesbaert (2008) volta a questão para as problemáticas que envolvem “o que fazemos”, concretamente, a partir dos conceitos de território construídos. Haesbaert (2008) relaciona território a espaço baseado na parábola onde “o espaço está mais próximo de uma “noção” e o território de um “conceito” – que permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa” (HAESBAERT, 2008, p. 104).

Para o autor, não se trata, de forma clara ou rígida, de distinguir espaço de território. Mesmo não equivalentes, espaço e território jamais serão separados, uma vez que não há território sem espaço – espaço este a partir de uma análise mais epistemológica, e cuja problemática se insere nas dimensões básicas da sociedade, a dimensão espacial (HAESBAERT, 2008).

Nesta perspectiva, o território teria enfoque na espacialidade das relações de poder, imbricado na multiplicidade destas relações, que vão do poder mais material, as relações econômico-políticas, ao poder mais simbólico, as relações de ordem cultural (HAESBAERT, 2008).

O território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na “dimensão”, ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas. (HAESBAERT, 2008, p. 105).

Trata-se de uma articulação territorial contínua, ligando os processos de territorialização com maior carga funcional aos com maior carga simbólica, focando nas relações de poder. Desta forma, Haesbaert (2008) afirma não ser possível a concepção de territórios estritamente funcionais ou puramente simbólicos, uma vez que sempre haverá, mesmo que com pouca expressividade, uma dimensão simbólica ou referência a um espaço material no determinado território.

A expressão “territorialidade” não trata do território em seu sentido pleno, ou seja, onde a sua “materialização” é imprescindível. Embora todo território tenha uma territorialidade (qualidade ou condição de ser território), nem toda territorialidade possui um território (efetiva realização material) (HAESBAERT, 2008).

A exemplo desta concepção, Haesbaert (2008) evidencia o caso da “Terra Prometida” dos judeus, pois há uma referência sobre um espaço simbólico que não correspondia um território em seu sentido material. Seus processos concretos de “territorialização” se desencadearam a partir da identidade em que um dos elementos fundantes era a referência geográfica à “Terra Prometida”.

A ideia dos processos efetivos de territorialização se modifica a partir de sua contextualização histórica e geográfica. É através das problemáticas efetivas envolvidas nos processos de territorialização (materiais e/ou simbólicos) que podemos compreender os dilemas e ações que são empreendidos através da designação de território (HAESBAERT, 2008).

[...]Trata-se de discutir seu devir, isto é, em que problemáticas nos envolvemos e o que efetivamente fazemos ao acionarmos e/ou ao produzirmos nossas concepções de território – sempre em aberto, portanto, para sua própria reavaliação/renovação” (HAESBAERT, 2008, p. 107).

Saquet (2008, p. 81) trata o território como “uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades”. A diversidade territorial produz a multiterritorialidade. Saquet (2008) diferencia o território do espaço geográfico a partir de três características principais: as relações de poder; as redes e as identidades; e processos espaço-temporais.

Os territórios como produtores e produzidos de/por relações sociais distintas são disputados cotidianamente. Segundo Raffestin (2012), o capital possui a capacidade de acelerar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A organização territorial, para Quaini (1973 apud. SAQUET, 2008), é resultante de um seguimento de caráter histórico, onde a combinação de fatores, tanto ambientais como sociais, atuam continuamente no processo de transformação da paisagem.

Raffestin (2008) retrata a iniciativa de proteção de zonas naturais como uma ação de delimitação dos aspectos do futuro, e retoma que esta não é uma atividade recente, na verdade, teve seu início a partir do século XIX com a instituição dos parques nacionais.

Este interesse por elementos da natureza vem se repaginando ao longo dos últimos séculos através do aparecimento de atos, pensamentos, conceitos e

palavras relativas a ecologia. Onde a atividade antrópica, e por consequência, seus processos de territorialização, tornaram-se sinônimos de degradação ambiental (RAFFESTIN, 2008).

A produção territorial é alterada a cada mudança de estado e de territorialidade, resultando em uma maior diversidade de problemas a serem enfrentados com relação a esfera ambiental (RAFFESTIN, 2008). Raffestin (2008) relaciona, através do histórico ecológico das relações homem-natureza, a territorialidade do homem como a responsável pela crise do meio ambiente. Onde os estágios de mudanças geram respectivas crises através da produção do território.

Parte-se então para a ideia de necessidade de gestão humana para o uso de seus recursos naturais, como medida amenizadora. No entanto, segundo Raffestin (2008, p. 26) a lógica é inversa, “não é a natureza que precisa ser gerida, mas o uso que dela se faz”.

A exploração da mais-valia, a essência do capitalismo, cria o caráter mutável e irreformável do modo de produção capitalista, a irreformabilidade do capitalismo. Provocando disputas de poder que envolvem: a apropriação; o uso; e o controle de recursos naturais, uma vez que estes são essenciais e constantes para a garantia de parte da estrutura capitalista (WHITACKER, 2015).

A apropriação, o uso e o controle de recursos naturais representam a estratégia para a espacialização e posterior territorialização do modo de produção capitalista, este que utiliza-se, por vezes, de vias de acumulação por espoliação (WHITACKER, 2015).

É necessário transcender a compreensão da categoria território apenas como espaço de governança, para que seja possível ter um entendimento das ações, interesses, relações e conflitos, entre as instituições e os diferentes territórios.

Uma vez que, amplamente, diversos estudos atuais abordam o território através de enfoques voltados para políticas ou análises de projetos em implantação ou implantados, que envolvem diferentes instituições: governos nacionais, estaduais e municipais, multinacionais, movimentos socioterritoriais, sindicatos, entre outros (FERNANDES, 2008).

Fernandes (2008) apresenta duas compreensões distintas: (1) a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar, sendo este o território da nação, do país, dos estados, municípios e outras unidades

geográficas de divisão escalar dos espaços de governança; (2) e a compreensão das tipologias de territórios, que reconhece, além do território como espaço de governança, os outros tipos de territórios fixos e fluxos, materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações e classes sociais.

Segundo Fernandes (2008) é comumente associado o conceito de território aos espaços de governança em escala municipal, valendo ainda para microrregiões que reúnem um conjunto de municípios, por exemplo, os Territórios da Cidadania¹. No entanto, existem projetos que envolvem todas as escalas dos espaços de governança, são projetos em escala transnacional.

A exemplo, veem-se os eixos de trabalho territorial do IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Fernandes (2008) aponta esses eixos como “transterritórios” que agrupam territórios de diversos países com a premissa de um conjunto de projetos a serem/ ou já implantados para atender, sobretudo, os interesses das transnacionais para a produção de commodities (FERNANDES, 2008).

Outro exemplo, de projeto em transterritórios é o Programa Operacional Amazônia – POA², aprovado em 2008 pela Comissão Europeia para a cooperação territorial europeia, na França, com parceria do Brasil e do Suriname, para o desenvolvimento de atividades econômicas transfronteiriças e a coesão social.

Com o entendimento de transterritórios como conjuntos de territórios nacionais, em diversas escalas, compreendidos como espaços de governança, é possível visualizar que há outros tipos de territórios além dos espaços de governança nos transterritórios.

É o caso das “propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade” (FERNANDES, 2008, p. 200). Conflitualidades essas, tidas como territorialidades de dominação e territorialidades de resistência.

De acordo com Fernandes (2008), na implantação de políticas públicas e privadas promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais, é o território que é utilizado como conceito central para as cidades, nos campos, e nas

¹ Programa governamental federal voltado para desenvolvimento territorial sustentável. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/> Acessado em: 04/01/2017

² Programa Operacional Amazônia. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/atlas/programmes/2007-2013/crossborder/operational-programme-amazonia Acessado em: 04/01/2017

florestas. Essas políticas geram diferentes modelos de desenvolvimento que acarretam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, causando conflitualidades frequentes.

Nesse cenário, temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial, pois tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. “O que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, onde estão a comunidade, o bairro até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países” (FERNANDES, 2008, p.200).

Compreender o território apenas como espaço de governança, implica em um artifício utilizado para ocultar os diversos territórios, garantindo a manutenção da relação de poder entre territórios dominantes e dominados (FERNANDES, 2008). Neste contexto, a compreensão do território por suas diferentes condições alude ao entendimento das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais.

Por utilizar o conceito de território ressignificado de espaço de governança como forma de dominação, as políticas neoliberais exercem grande influência no processo de disputas e ressignificações do conceito. Territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, nas cidades, nos campos, nas florestas, entre nações e povos, a partir de diferentes relações sociais e políticas, gerando assim complexas conflitualidades (FERNANDES, 2008).

No caso latino americano, o IIRSA é um exemplo representativo da dinâmica do capital transnacional como determinante de políticas de desenvolvimento socioterritorial de diversos países. Entretanto, em cada país há disputas territoriais constantes (FERNANDES, 2008).

Pensar os territórios transterritórios na globalização implica na análise desses territórios de forma transversal. Podendo aplicar esse tipo de escala aos estudos de territórios transfronteiriços como o caso do Estado do Amapá, uma vez que ocorrem intervenções externas diretas (empresas transnacionais) e ações oriundas das empresas que direcionam sua produção para exportação em grande escala (PORTO e SILVA, 2009).

Nas últimas décadas, as transnacionais têm adquirido enormes extensões de terras em diversos países, em vias de desenvolvimento, da África, América Latina, e Ásia para a expansão de seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de commodities.

Segundo Fernandes (2008) os movimentos rurais (camponeses e indígenas) têm resistido a esta política por razões que a expansão dos territórios das transnacionais ocorre sobre seus territórios, e provoca sua desterritorialização, empurrando-os para novas áreas, provocando ainda o desmatamento, e a abertura de novos territórios que futuramente poderão ser controlados pelas transnacionais.

Fernandes (2008) acredita que esse processo tem provocado fortes impactos socioterritoriais, gerando ampla disputa territorial, êxodo rural, mudanças nas relações campo – cidade – florestas. “Pelas relações de dominação articuladas no campo e na cidade, o capital concentra propriedades de modo a controlar os territórios. E recentemente começou a comprar florestas” (FERNANDES, 2008, p. 208).

Porém, a resistência dos movimentos socioterritoriais aos processos de desterritorialização tem gerado multiterritorialidade, o que também promove a desterritorialização das transnacionais. “Territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de moradia, com suas várias identidades são constituídos na multiterritorialidade rural e urbana” (FERNANDES, 2008, p. 208).

Souza Júnior (2008) denomina as lutas por moradias como lutas por territórios. Onde indígenas, camponeses e sem-tetos disputam territórios na floresta, no campo e na cidade, para garantirem sua identidade étnica e reprodução social. Territórios possuem configuração e modos de usos distintos de acordo com o ambiente o qual materializa-o: florestas, campo e cidade. O uso predominantemente na cidade é para moradia, mas nos campos e nas florestas, ainda possuem a função de produção de alimentos e mercadorias.

1.2 O USO DO TERRITÓRIO

O território, a partir de seu uso, vai além da conceituação de mera materialidade de extensão espacial de uma determinada nação/Estado. O uso do território se constitui a partir de suas dinâmicas e atividades sociais, econômicas e políticas.

Para Santos (1994, p.16) “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Na corrente teórica Miltoniana entende-se território como sinônimo de espaço geográfico, e o uso do território como a categoria de análise que comporta as relações de poder; as ações

e seus respectivos atores; redes e fluxos; identidades; e escalas de espaço-temporais.

Silveira (2011) acredita na impossibilidade de explicação do território distinto de sua utilização, logo, não há como explicar o uso de território sem projeto. Para a autora, é isso que torna o território uma categoria de análise central para a formulação de uma teoria social. Santos (1994, p.15) afirma que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”.

Mello-Théry (2012) considera, para a análise territorial, o território como o espaço da prática, sendo produto do uso de seus atores e utilizado como suporte para suas ações, e a configuração territorial como fruto da expressão espacial de um conjunto de processos políticos, econômicos e sociais.

Segundo Silveira (2011), diferentemente da acepção herdada da modernidade, o território transcende a figura do Estado e inclui todos os atores, fixos e com mobilidade, em contradição a mais pura noção de espaço de fluxos. Este é o domínio da contiguidade, e refere-se a existência total, superando a noção de espaço econômico.

As ações que produzem a história do território envolvem todas as empresas, instituições, e indivíduos, independentemente de sua força diferente e desigual (SILVEIRA, 2011). Sinônimo do espaço banal (espaço geonômico)³ de Perroux (1967), o uso do território engloba todos os atores (empresas, instituições, pessoas, coisas) e todos os aspectos (SANTOS, 1998).

O território compreendido a partir do seu uso é o espaço de todas as existências, vivências, que se define de maneira orgânica, envolvendo relações que vão além de fenômenos econômicos. O uso do território, por Santos e Silveira (2006), pode ser definido, ainda, pela implantação de infraestruturas (sistemas de engenharia), assim como pelo dinamismo da economia e da sociedade também.

³ L'espace *géonomique* – [...] espace banal – est défini par des relations géonomiques entre points, lignes, surfaces, volumes. Les hommes et groupes d'hommes, les choses et groupes de choses caractérisés économiquement *par ailleurs* y trouvent leur place ; ils sont susceptibles de localisations géonomiques qui procèdent de causes et entraînent des conséquences économiques. (PERROUX, 1964, p.127) / O espaço geonômico – [...] espaço vulgar – é definido por relações geonômicas entre pontos, linhas, superfícies, volumes. Os homens e os grupos de homens, as coisas e os grupos de coisas, economicamente caracterizados por outro processo, têm aí o seu lugar; são suscetíveis de localizações geonômicas que resultam de causas e originam consequências econômicas. (PERROUX, 1967, p.149)

Este é o território, propriamente dito, em conjunto com as sucessivas obras antrópicas e os próprios indivíduos. O autor acredita que o novo espaço geográfico tem suas funções configuradas pelos “movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço, normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.21).

Essa nova realidade do território é apresentada por Santos (1994), a partir dos novos recortes conceituais, como a interdependência universal dos lugares. O território, hoje, é global, resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento territorial, através do que Santos (1994) chamou de horizontalidades (vizinhos continentais) e verticalidades (redes).

Santos (1994) utiliza a ideia de espaço geonômico (banal, vulgar) de Perroux (1967) para opor a noção que nas últimas décadas têm tido representatividade nas disciplinas territoriais: a noção de rede. O território, atual, é formado de lugares contíguos e de lugares em rede. Todavia, são os mesmos lugares e pontos que formam o espaço de redes e o espaço banal, no entanto, contendo funcionalidades diferentes, divergentes ou opostas simultaneamente (SANTOS, 1994).

O avanço tecnológico e da informação constituiu a realidade das redes, demonstradas na expressão verticalidade de Milton Santos, pois ao longo da história, é a informação que exerce a função de instrumento legítimo de união entre as diversas partes de um território (SANTOS, 1994).

Silveira (2011) afirma que o uso do território é tudo aquilo que o constitui materialmente (infraestruturas, agricultura, indústria, meio construído urbano, densidade demográficas e técnicas) e imaterialmente (ações, normas, leis cultura, movimentos da população e fluxos, ideias e dinheiro).

A análise do fenômeno técnico, o conjunto de coisas e usos em intrínseca relação, de acordo com Silveira (2011), é um esforço para entender o processo em que se constitui o território, isto é, como, onde, por quem, por quê, para que o território é usado.

Mello-Théry (2012) traz como elementos fundamentais para a análise territorial: as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais, analisadas por meio de um conjunto de indicadores, tradicionais ou não, que permitem construir cenários territoriais a partir da interpretação de investimentos (existentes, aprovados, indicados).

Egler (2012) acredita que a leitura do território exige conhecimento multidisciplinar, sendo este um dos princípios básicos para a compreensão da sua abordagem sobre Inteligência Territorial, que envolve ainda os aspectos de fortalecimento da coesão territorial, acesso a informação e governança territorial. Logo, não há disciplina ou formação alguma que possa advogar o conhecimento em sua totalidade da multiplicidade de situações que se encontram no território.

Segundo Egler (2012) há três categorias básicas sobre o território que são trabalhadas na geografia, são elas: organização, ordenamento e gestão do território. A organização do território é considerada por Egler (2012) como o conceito mais abstrato da noção teórica de território.

Esta trata dos fatores e dos elementos responsáveis por organizar o espaço, uma vez considerado o espaço como a sedimentação do tempo tem-se a organização do território como resultado da interação da sociedade com o meio natural durante períodos históricos de longa duração.

O ordenamento do território é considerado como o conjunto de normas que regulam o seu uso e apropriação, com o intuito de assegurar a função social da propriedade e a preservação do patrimônio natural e cultural. Egler (2012) faz relação direta do conceito com a história do país, pois desde o período colonial o uso do território tem sido realizado segundo normas institucionais. Portanto, para o autor, a definição de ordenamento territorial, em um contexto normativo, pode ser expressa em leis e códigos regulatórios.

Finalmente, a gestão do território é constituída por um componente teórico, científico, metodológico, que inicia na compreensão dos processos que ocorrem no território e uma componente institucional resultante da conciliação social para a implementação das tomadas de decisões para a promoção do desenvolvimento sustentável, conceito este difundido no Brasil por Bertha K. Becker (EGLER, 2012).

Atualmente, agentes, sobretudo o Estado e as empresas, impõem à sociedade a renovação do discurso sobre as dinâmicas territoriais na Amazônia e o debate sobre o território como central à existência social, tanto no nível do imaginário, como no plano das transformações do conteúdo técnico do território (CAVALCANTE et al., 2011).

Neste sentido, se tem, cada vez mais, a região Amazônica inserida nesse processo de transformação contemporâneo tecnológico e científico imposto pela

ação dos agentes econômicos e públicos quanto a transformação do território (CAVALCANTE et al., 2011).

Becker (1982) assinala que a Amazônia ganha sentido de fronteira de exploração, a partir de uma economia de fronteira estruturada em um conjunto de investimentos com o objetivo de acumulação capitalista com prosperidades infinitas e intensa exploração dos recursos naturais.

Porto (2015) insere o Amapá dentro desta perspectiva da economia de fronteira segundo o uso do território amapaense como um grande negócio, por este se comportar como: (1) Fornecedor de commodities; (2) Vitrine de produtos industrializados; (3) Posição estratégica geográfica em si e para articulação de redes; (3) Fornecedor de energia elétrica; (4) Fronteira com a União Europeia; e (5) Concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos.

O Brasil, atualmente, é um grande exportador de commodities mundial com um longo histórico de produção e exportação destes produtos. E como afirmado por Porto (2015), o Amapá possui esse caráter e histórico de fornecedor de commodities. E é a partir das abordagens de Santos (1994) e Silveira (2011) que analisaremos o território amapaense pelo seu uso para o manejo industrial de recursos naturais.

1.2.1 O uso do território para a produção de commodities: experiência industrial amapaense

O território brasileiro teve sua evolução marcada por diferentes ciclos de exploração de matérias primas que iniciaram ainda no período colonial, atravessando séculos com sua economia impulsionada por atividades ainda de mesma essência até a contemporaneidade (BARBOZA, 2015).

São dezenas de produtos de origem agropecuária e mineral que representam cerca de 70% da pauta de exportação do país (BARBOZA, 2015). Dependente da exportação de matéria-prima, assim como diversos outros países emergentes, o Brasil expressa essa divisão internacional do trabalho também no cenário interno, onde regiões findam se especializando em determinadas atividades e produtos.

De acordo com Mesquita (2010) a representatividade da Amazônia no panorama de commodities era modesta até o início da década de 90. É quando

acontece a valorização destes produtos no cenário mundial, inserindo a Amazônia no comércio internacional.

Com a mudança no quadro, a região passa a ser palco de interesse de grandes exportadores e de oligopólios vinculados ao complexo de grãos, carne bovina e minério de ferro e alumínio. A Amazônia, então, tem seu espaço e atividades caracterizados pela concentração, centralização e a grande escala (MESQUITA, 2010).

O Amapá se insere nesse âmbito de commodities ainda na segunda metade do séc. XX. Com a instalação de empresas de capital internacional para a extração mineral no então Território Federal do Amapá, criado em 1943 (BRASIL, 1943), o Amapá possuiu expressividade no manejo industrial de manganês no Brasil, tendo a atividade perdurado por aproximadamente 40 anos até o esgotamento do produto nas minas no município de Serra do Navio.

A economia de commodities produz no espaço um desenvolvimento pontual e com tempo curto de vida. Por ser território do grande capital e dominado por grandes predadores que atuam em escala global, este modelo é apático às questões locais, relacionadas ao desenvolvimento interno, assim como aspectos de longo prazo, como a questão ambiental e a biodiversidade (MESQUITA, 2010).

É visível que esta atividade gera enclaves que bloqueiam o desenvolvimento regional, ao invés de viabilizá-lo. Os investimentos mais significativos estão localizados nas indústrias extrativas, intensiva de capital e direcionada ao mercado externo que pouco agrega à economia local (MESQUITA, 2010). Os resultados, em termos de desenvolvimento, tem sido desfavoráveis a população, mesmo quando se têm estatísticas que mostram uma economia local crescendo acima da média nacional.

Esse espaço propício apenas a exploração e não ao desenvolvimento está expresso proeminentemente no Amapá. Porto (2015) vê os ajustes espaciais para a promoção das atividades do grande capital como sentenciadores do Amapá a ser apenas um grande negócio, não havendo o interesse de desfazê-lo e/ou desenvolve-lo, conservando o *status quo* de atraso socioeconômico e seus índices sociais negativos.

Apresenta-se então uma nova configuração espacial e econômica para o, agora, Estado do Amapá. Uma experiência de iniciativa interna na produção de commodities: a licitação da Floresta Estadual (FLOTA) para o manejo florestal. Com

área equivalente à 1.174.258 km² distribuídos em dez municípios (IEF, 2014), a FLOTA-AP está dividida em 4 módulos, tendo sido lançado o seu primeiro edital de licitação em dezembro de 2015, correspondente ao módulo II da FLOTA-AP (IEF, 2015) (IEF, 2016).

O Governo do Estado do Amapá estima inicialmente que as atividades econômicas de manejo florestal da FLOTA-AP gerem uma movimentação financeira de aproximadamente R\$ 471 milhões⁴ até o final do contrato (concessão de 30 a 40 anos). Este valor foi estipulado em cima, apenas, das concessões e dos royalties, podendo assim ser acrescido com a contabilização dos tributos estaduais, que variam de acordo com a produção e comercialização.

Na perspectiva da formação sócio espacial do Amapá, é relevante discutir sobre as grandes atividades econômicas e suas experiências industriais que dinamizaram a atual estruturação do estado do Amapá, buscando contribuir para a compreensão do contexto histórico e seus reflexos no espaço contemporâneo amapaense.

1.2.1.1 O uso do território federal amapaense pelo manganês: Projeto ICOMI

Assim como nos demais territórios federais amazônicos, a justificativa do Poder Público para a criação do Território Federal do Amapá em 1943 foi a de defesa nacional, ocupando as regiões fronteiriças e possibilitar sua participação na exploração de seus recursos minerais (OLIVEIRA org., 2010).

Em 1957, inicia-se a primeira experiência de mineração industrial em larga escala na Amazônia: a Indústria e Comércio de Minérios Sociedade Anônima (ICOMI) começa a explorar os depósitos de minério de manganês descobertos no município de Serra do Navio (OLIVEIRA org., 2010).

O recorde de exportação de minério de manganês do Brasil, entre 1900 e 1956, foi de 440 mil toneladas em 1941 durante a 2ª Guerra Mundial, com a produção das minas do Estado de Minas Gerais (MME, 2009). Com o início das atividades da ICOMI, registrou-se em 1957 a exportação de 950 mil toneladas de minério de manganês, e o Amapá se insere no mercado internacional como o grande fornecedor de manganês (MME, 2009).

⁴ Dados divulgados online pelo Instituto Estadual de Florestas do Amapá. Disponível em: http://www.ief.ap.gov.br/conteudo/lista_noticias/611 Acesso em: 15/04/16.

No ano de 1960 o Brasil produzia 1.100.000 toneladas, destas 870 mil toneladas eram exportadas, o que representava cerca de 7,3% da produção mundial e 14% das exportações mundiais (MME, 2009). Até o fim da década de 1980 o Amapá, com a ICOMI, registrava as maiores produções de minério de manganês do país.

A produção média do Território Federal do Amapá informava 1,2 megatonelada quando a produção total do país registrava uma produção média de 2,1 megatonelada para o mesmo período, ou seja, o Amapá detinha cerca de 60% da produção brasileira, e era destinada em geral ao mercado externo (MME, 2009).

A ICOMI atuou no Amapá de 1957 até 1997 quando declarou o encerramento de suas atividades, antes do tempo previsto no contrato, devido a exaustão das reservas. A fase da indústria extrativa de manganês revolucionou a economia local, e foi tida na época como agente do processo de desenvolvimento do Amapá com a construção de uma série de infraestruturas de apoio à mineração.

Dentre as infraestruturas promovidas na época, têm-se o grande parque industrial da ICOMI e suas duas *company towns* (Serra do Navio e Santana). Constrói-se ainda a primeira hidrelétrica da Amazônia para fornecer energia à empresa e para a cidade de Macapá, a Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, inaugurada em 1976 (IBGE, 2004).

Houve também a construção de uma estrada de ferro (194km), para o escoamento do minério de manganês extraído no município de Serra do Navio até um cais flutuante construído no município de Santana com condições de navegabilidade para navios de grande calado.

Porto (2015) trata as infraestruturas e incentivos do Governo Federal para o desenvolvimento de atividades econômicas voltadas ao setor do extrativismo mineral no Território Federal, como contribuintes para a estruturação econômica amapaense e para sua organização espacial. No entanto, os arranjos institucionais e espaciais não permitiram o desenvolvimento da região. O Amapá continua a ser apenas um grande negócio de exploração e não de desenvolvimento.

Monteiro (2003) corrobora a análise dos arranjos institucionais que bloquearam ou limitaram o enraizamento social do desenvolvimento regional a partir da valorização do minério de manganês. Segundo o autor o papel que a ICOMI desempenhou na estruturação da sócio economia do Amapá na última metade do século XX é insuficiente. Constata-se que do valor adicionado pela atividade mineira:

[..] apenas 12,69% foram convertidos em salários e que tão-somente 10,72% foram destinados a reinvestimentos na própria região. Houve, portanto, limitada capacidade de internalização do valor gerado pela mercantilização do minério de manganês. Os royalties pagos como compensação social pela mercantilização das jazidas de manganês da Serra do Navio foram os que tiveram as mais elevadas alíquotas em relação aos demais empreendimentos responsáveis pela valorização industrial de minérios na Amazônia brasileira. (MONTEIRO, 2003, p. 165-166)

A Vila Serra do Navio, vila operária (*company town*) inaugurada em 1961 destinada a atender as atividades econômicas da ICOMI, teve um planejamento urbano e social dentro das premissas para a oferta de qualidade de vida para seus usuários.

No entanto, após o encerramento das atividades da empresa em 1997, houve um declínio significativo das condições de infraestrutura básica. O município de Serra do Navio não foi capaz de arcar com a manutenção da infraestrutura construída pela empresa, o que interferiu diretamente na qualidade de vida da população local.

Analisar a relação do desenvolvimento sócio espacial amapaense e a atividade mineral do manganês referencia a organização institucional político-administrativa gerada para viabilizar o comércio nacional e internacional do minério. Fada-se o espaço ao apogeu seguido da estagnação quando há o estímulo para a instalação de sistemas tecnológicos produtivos com período de vida determinado.

O cenário desenvolvimentista possui tempo validade. Há um crescimento significativo em um período temporal relativamente curto, por ser restringido e limitado por arranjos institucionais gerados por atores desinteressados na mudança e no desenvolvimento da região.

1.2.1.2 O uso do território do sul do Amapá pela celulose: O Projeto Jari

Ainda no período do território federal, o Amapá estreia uma nova categoria de commodities: os de origem da silvicultura para a produção de celulose. O Projeto Jari, empreendimento do bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig, teve suas atividades iniciadas em 1968 no sul do Amapá, às margens do Rio Jarí. Sua área foi

adquirida de um grupo de comerciantes portugueses que exploravam produtos extrativistas e agrícolas da região, e compreendia florestas do Amapá e do Pará.

Tratava-se de um complexo agroindustrial em torno da produção de celulose em grande escala, e também da produção agrícola de arroz, da criação de gado, e da mineração de bauxita e caulim (GREISSING, 2011). Inicialmente o projeto previa o plantio de 160.000 ha das espécies *Gmelina arborea*, *Pinus* sp. e *Eucalyptus* sp. para a produção de celulose branqueada de fibra curta (IBGE, 2004).

Entre 1968 a 1982, grandes áreas da floresta nativa foram substituídas por aproximadamente 100.000 ha de monocultura de gamelina (*Gmelina arborea*), visando a produção de 220 mil toneladas/ano de celulose (IBGE, 2004). A produção da celulose teve início apenas em 1978, com a chegada no Jari de uma fábrica flutuante vinda do Japão comprada por Ludwig, sendo a primeira fábrica de celulose no Brasil (GREISSING, 2011).

Foi, ainda, construída uma série de infraestrutura básica para o desenvolvimento das atividades: estradas, aeroporto, ferrovia, acampamentos para os trabalhadores, e uma vila com nome de 'Monte Dourado' para os funcionários da empresa, com casas, escolas, e hospital, todas localizadas no lado paraense. Contudo, o empreendimento de Ludwig manifestou severos impactos socioeconômicos na região ainda no início da década de 1970:

A transformação da floresta nativa em monocultura e a saída dos comerciantes portugueses levaram à desorganização das redes de comercialização dos produtos extrativistas, forçando muitas famílias a abandonar suas moradias nas áreas agora derrubadas para instalarem-se nas novas cidades ou em regiões ainda mais isoladas, onde a mata permanecia intacta. (GREISSING, 2011, p. 49)

O Projeto Jarí motivou uma onda migratória das regiões vizinhas e do nordeste, em busca de trabalho, no entanto, muitos não foram absorvidos pelo empreendimento. Dá-se origem, então, do que se pode chamar de “primeira favela da Amazônia: o “beiradão”, uma acumulação caótica de barracas sobre palafitas” (GREISSING, 2011, p. 49) às margens do rio Jarí, do lado amapaense.

Para Greissing (2011) a ausência dos poderes públicos na região e falta de interesse da empresa de Ludwig, cuja atenção era voltada apenas à vila de Monte Dourado e Munguba (lugar de instalação da fábrica de celulose e acampamento dos

trabalhadores da fábrica), motivaram o crescimento sem planejamento adequado e sem infraestrutura básica.

Os impactos socioeconômicos na região não foram os únicos aspectos negativos do Projeto Jari. Em 1982, Ludwig abandonou o projeto que não obteve os resultados esperados. Os lucros esperados foram substituídos por fracassos econômicos. O americano gastou mais de 1 bilhão de dólares (GREISSING, 2011) no empreendimento, e não obteve resultados satisfatórios.

Com a saída de Ludwig, o empreendimento passa a fase nacional com o Grupo CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), uma corporação de empresários brasileiros e estrangeiros, que também não consegue levar o projeto à rentabilidade econômica.

A empresa continuou o mesmo modelo de gestão com “ajustes estruturais” para economizar nas despesas da empresa. O que resultou na dispensa radical de funcionários, reduzindo o quadro de 15.400 trabalhadores que existia em 1979, para 4.500 em 1993 (GREISSING, 2011).

A transformação do território federal em estado do Amapá em 1988 ocasionou forte pressão política e conflitos de terra, devido principalmente a dois fatores: (1) a instauração, em 1990, da Reserva Extrativista do Rio Cajari, sobre 480.000 ha, de uso exclusivo pelas populações tradicionais dos recursos da floresta, área igualmente reclamada pela empresa (GREISSING, 2011).

O segundo fator remete ao caso do Amapá nunca ter tido proveito direto do Projeto Jari, devido as instalações encontrarem-se em solo paraense as taxas e royalties sempre beneficiavam o Pará, enquanto Laranjal do Jari ficava com os problemas sociais provocados pela instalação do projeto, como: a favelização, desmatamento, e desemprego (GREISSING, 2011).

Em 1999, o Projeto Jari é adquirido por dois acionistas de São Paulo na direção do Grupo Orsa Celulose pela soma simbólica de 1 dólar, e dívidas que totalizavam cerca de 414 milhões de dólares na época da compra (GREISSING, 2011).

O grupo adotou um novo modelo de gestão territorial que incluía estratégias de modernização econômica da empresa e considerava aspectos ambientais e

socioeconômicos da região. E em 2010, divulgou o pagamento de 100% da dívida assumida com a aquisição do Projeto Jari⁵.

Quanto aos reflexos na formação socioeconômica da região, percebe-se que até os dias atuais, as duas cidades gêmeas, Laranjal do Jari e Monte Dourado, separadas pelo rio que representa a fronteira dos dois estados, contrastam entre si exibindo uma sociedade hierarquizada.

Monte Dourado abriga os altos funcionários da empresa, e Laranjal do Jari acolhe os trabalhadores que atuam na silvicultura da empresa e os trabalhadores que prestam serviços aos funcionários que moram em Monte Dourado, como as faxineiras. Constituindo Laranjal do Jari como “uma cidade dormitório, onde os moradores só estão em casa para dormir, mas passam o dia do outro lado para trabalhar” (GREISSING, 2011, p. 49).

1.2.1.3 O uso do território do centro-leste ao sudeste do Amapá: o Projeto AMCEL

Em 1976 é criada a Amapá Florestal e Celulose S.A. – AMCEL, subsidiária do Grupo CAEMI. No ano seguinte, a empresa inicia o plantio de *Pinus* sp. em terras do cerrado amapaense equivalentes à 1032 ha e se torna responsável pela ampliação da área portuária de Santana para o escoamento da sua produção (IBGE, 2004). A Champion Papel e Celulose adquiriu os direitos acionários da AMCEL em 1996, e em 2000 a International Paper do Brasil Ltda., assumiu o grupo Champion⁶.

No ano de 2003, a AMCEL contabilizava: 31.850 ha de florestas de *Pinus* sp.; 42.680 ha de *Eucalyptus* sp.; 464 ha com outras espécies; e 22.592 ha em pousio (IBGE, 2004). No ano seguinte a empresa substituiu os plantios de *Pinus* sp. por *Eucalyptus* sp. em função de seu maior rendimento.

O projeto florestal composto de áreas rurais de plantio e fábrica de cavacos no município de Santana, foi vendido em 2006 através de um acordo fechado pela International com os grupos japoneses Nippon Papers Industries e Marubeni Corporation, aos quais a empresa pertence atualmente. A AMCEL produz e exporta

⁵ Dado disponível no website do Grupo Jari. Disponível em: <http://www.grupojari.com.br/celulose/pt-br/content/linha-do-tempo> Acesso: 16/04/2016

⁶ Dado disponível no website Amapá Florestal e Celulose S.A. – AMCEL <http://www.amcel.com.br/#about/> Acesso: 20/07/2017

cavacos (para a produção de papel de celulose) e biomassa de *Pinus sp.* e *Eucalyptus sp.* para diversos países⁷.

O projeto da AMCEL abrange sete municípios do estado do Amapá: Santana, Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaubal do Piririm, Tartarugalzinho e Amapá. A Fábrica de cavacos em Santana está localizada à cerca de 120 quilômetros de distância da área rural da empresa, que totaliza 318.875 ha, dos quais 137.944 ha correspondem à área plantável (SCS, 2009).

A unidade industrial alcança a produção anual de 1,3 milhão de toneladas entre cavacos para processos fabris e biomassa, e toda sua produção destina-se ao mercado externo (OMACHI et al., 2004). O Amapá possui representatividade nacional no panorama de florestas implantadas.

Uma análise do IBGE (2004) quanto ao uso da terra, interpretou imagens do satélite Landsat, e verificou que o estado apresenta aproximadamente 176.600 ha de florestas implantadas. A maior parte dos reflorestamentos concentram-se ao sul do Estado, nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari e na porção centro-leste, nos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes. Áreas que referenciam os projetos Jari e AMCEL.

As estatísticas positivas de produção e lucro de uma grande empresa não se reflete na concretização do processo de desenvolvimento local. O que percebe-se é que o capital atua no espaço, mas sua dinâmica não permite melhorias significativas da configuração do território, devido a distribuição espacial de seus investimentos que pouco agrega à economia da região.

1.2.1.4 A perspectiva estadual do uso do território amapaense pela madeira

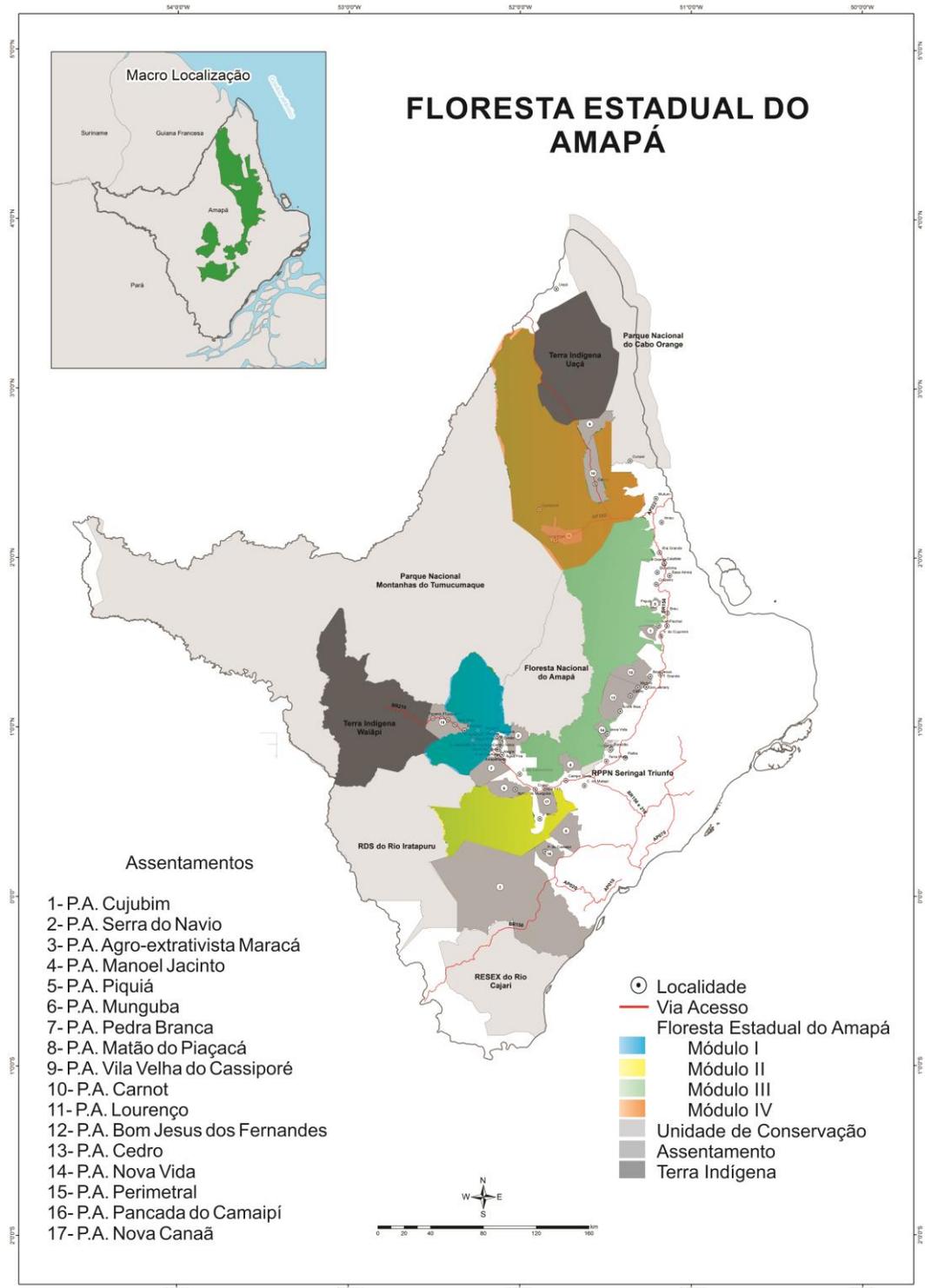
Depois de repercutido embate na esfera política, quanto a constitucionalidade da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA-AP) (mapa 01), é lançado no ano de 2014 o Plano de Manejo da FLOTA-AP. Ao final do ano de 2015, é divulgado o edital de licitação para concessão florestal do primeiro lote (módulo II) a ser manejado industrialmente para a produção de madeira.

Quase três décadas após o Amapá ter adquirido a condição de Estado, esta representa a primeira iniciativa interna para a produção industrial de commodities.

⁷ Dado disponível no website Amapá Florestal e Celulose S.A. – AMCEL <http://www.amcel.com.br/#about/> Acesso: 20/07/2017

Ou seja, apesar da mesma essência exploratória de recursos naturais dos projetos implementados ainda no Território Federal, a proposta de manejo da FLOTA-AP foi gerada e concebida dentro da condição de Estado do Amapá.

Mapa 01: Floresta Estadual do Amapá



Fonte: Base cartográfica Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (2015).
Elaborado pela autora, 2017.

A FLOTA-AP foi criada em 2006, e é a segunda maior unidade de conservação do Estado do Amapá. Possui área aproximada de 2,3 milhões de hectares vegetação nativa, e tem como finalidade fomentar o uso sustentável de seus recursos naturais. O intuito é o manejo sustentável dos produtos madeireiros e não madeireiros, ou seja, explorar de forma racional garantindo a regeneração natural do ecossistema (IEF, 2014).

Esta engloba parte de 10 municípios amapaenses, são eles: Mazagão, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque (IEF, 2014). E está dividida em quatro módulos, de acordo com o quadro 01 a seguir:

Quadro 01 - Módulos da Floresta Estadual do Amapá

MÓDULO	LOCALIZAÇÃO	MUNICÍPIOS	ÁREA (km²)	PERÍMETRO (km)
I	Região central do Amapá	Serra do Navio; Pedra Branca do Amapari	3.140,8	392,52
II	Centro-sul do Amapá	Mazagão; Porto Grande; Pedra Branca do Amapari.	3.420	413,53
III	Estende-se da região Central do Amapá em direção ao Norte	Porto Grande; Pedra Branca do Amapari; Ferreira Gomes; Tartarugalzinho; Pracuúba; Amapá; Calçoene	7.429,6	1.034,8
IV	Norte do Amapá	Oiapoque; Calçoene.	9.739,7	849,5

Fonte: IEF (2014, p.1)

O Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF-AP), órgão gestor da FLOTA-AP, é responsável por conduzir os processos licitatórios e organizar as concessões florestais. O primeiro lote licitado (IEF, 2015) está localizado no módulo II, sendo sua área de 146.000 há dividida em três Unidades de Manejo Florestal (UMF). As UMFs alcançam os municípios de Pedra Branca, Mazagão e Porto Grande (IEF, 2015).

O objetivo da divisão em UMFs é o de possibilitar a concorrência de empresas variadas, devendo todas elas, obrigatoriamente, atuarem e residirem no Brasil. Podem participar, ainda, associações, cooperativas, Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de forma individual ou organizada em consórcios com empresas maiores.

O IEF aponta que na área licitada não há presença de moradores⁸, estando de acordo com o que preveem a Lei Geral de Licitações (BRASIL, 1993) e a Lei de Gestão de Florestas (BRASIL, 2006), que prevê ainda que o processo envolve o levantamento das áreas passíveis de concessão, a elaboração do edital, a licitação e o monitoramento da atividade.

O edital de licitação previu fases de habilitação dos licitantes, etapas de avaliação das propostas técnicas e de preço. Para participação no processo licitatório, foi necessária, entre outras solicitações, a apresentação por parte dos empreendedores de uma proposta de preço por metros cúbicos da madeira em pé. O edital exigiu um plano de manejo que elucidasse o mecanismo de exploração a ser utilizado. Também foram solicitadas propostas de investimento em pesquisa e desenvolvimento para com as comunidades do entorno da concessão.

Uma prévia decisão do certame concedendo a licitação a três empresas, cada uma ficando responsável por uma UMF (IEF, 2016b). No entanto após trâmites judiciais, apenas a UMF III, do módulo II da FLOTA-AP, teve sua concessão homologada e contrato acordado com a empresa Transwood Transporte e Logística Ltda (AMAPÁ, 2016).

Além da empresa Transwood Transporte e Logística Ltda. (Amapá), foram empresas concorrentes no processo: Brsf Investimentos Florestais Ltda. (Brasília); J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (Amazonas), Forte Construção e Serviços Ltda-ME (Amapá); e Valeno Coelho Ribeiro-ME (Amapá). A concessão é de 30 anos, prorrogáveis por mais 10.

O IEF quantificou o potencial de produção da área licitada em 115 mil metros cúbicos de madeira em pé, ao preço mínimo entre R\$ 25,30 e R\$ 41,50 por metro cúbico. Esta produção renderia aos cofres públicos até R\$ 4,7 milhões anuais. A renda seria de, aproximadamente, R\$ 191 milhões em 40 anos.

Os royalties oriundos do projeto chegariam a R\$ 3,5 bilhões. E estes devem, de acordo com o Plano de Manejo da FLOATA-AP, ser: reinvestidos na gestão da FLOTA; investidos em benefícios para as comunidades e; dividido com os municípios alcançados pelo lote licitado.

⁸ Divulgado no website do IEF-AP. Disponível em: <http://www.amapa.gov.br/ler.php?id=5692> Acesso em: 15/04/2016

Apesar desta nova política econômica do Estado ter diretrizes voltadas para o desenvolvimento de comunidades, ainda trata-se de uma iniciativa privada. O que causa receio quanto ao “desenvolvimento” que promoverá, levando em conta outras experiências amazônicas para a produção de commodities.

As atividades de produção de commodities beneficiam muito mais um seleto e restrito grupo de empresas, os que detêm os meios de produção, deixando à margem a população residente na região, que muitas vezes acaba migrando para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida (MESQUITA, 2010).

Frente a esta nova política florestal, é necessário discutir a questão quanto as comunidades em volta da FLOTA-AP, que tem a atividade madeireira como parte importante da composição da renda atual. Afinal, atualmente, a principal produção de madeira legal do Estado do Amapá sai dos assentamentos rurais, e seus produtos alcançam mercados de escala regional e nacional.

Deve-se levar em conta ainda a produção que abastece os mercados locais, como os dos centros urbanos de Macapá e Santana. Este mercado é abastecido grande parte pela cadeia produtiva da madeira da várzea (cadeia familiar), que comumente é desenvolvida fora de qualquer modalidade legal. É imprescindível avaliar como serão conduzidos os impactos que essas comunidades sofrerão.

Parece óbvia, mas é pouco levada em conta a necessidade de envolver os habitantes da floresta no planejamento e na implementação das operações de exploração florestal (SOUZA, 2002). A maior participação das comunidades e grupos de interesse local na atividade florestal é uma forma de garantir a sustentabilidade socioambiental.

Atualmente, em dezembro de 2016, foi lançado o segundo edital licitatório da FLOTA-AP (IEF, 2016). O segundo lote licitado corresponde ao módulo I da FLOTA-AP, estando este dividido em duas UMF. O edital segue o modelo do edital anterior, e atualmente os trâmites do processo encontram-se em execução.

2 FLORESTA DIVIDIDA: O USO DOS RECURSOS MADEIREIROS AMAZÔNICOS

Com mais de cinco milhões de km² estendidos por nove países da América Latina, a floresta amazônica é a maior área de floresta tropical do mundo. Esta representa cerca de 55-60% de toda a floresta tropical da Terra (RFN, 2014). É uma importante região produtora de madeira.

A madeira industrial é o terceiro produto primário mais valioso no mercado mundial, e sua demanda deverá aumentar consideravelmente segundo as projeções contidas no Manual Global de Ecologia (1993), esta com bastante variação, estando entre 33% e 75% no período de 1985 a 2020 (SOUZA, 2002).

Segundo Souza (2002), o consumo mundial anual da madeira no início do século XXI era de aproximadamente 3,4 bilhões de metros cúbicos, em que metade das florestas dos países em desenvolvimento já haviam sido destruídas e os desmatamentos atingiam índices entre 17 e 20 milhões de hectares anuais, sendo aproximadamente 11 milhões de hectares apenas de florestas tropicais.

A dinâmica do desmatamento na Amazônia varia consideravelmente entre os países amazônicos, entre taxas de desmatamento muito baixas na região do Escudo das Guianas, até picos de desmatamento de mais de 11.000 km² para um único estado em um único ano (Mato Grosso, em 2004), no auge da expansão da soja (RFN, 2014).

No entanto, desde 2004, a redução do desmatamento no Brasil é globalmente significativa e é reflexo de planos e ações governamentais, jurídicas e sociais. Em 2006 é regulamentada a lei de gestão de florestas públicas no Brasil (BRASIL, 2006).

Esta inclui entre seus princípios: a proteção dos ecossistemas; o estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas; com objetivos de promoção do desenvolvimento sustentável local, regional e nacional; o respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais; entre outros. Esta introduz o sistema de concessões florestais na Amazônia brasileira.

Como consequência da segurança proporcionada por concessões de longo prazo (cerca de 40 anos), os concessionários investem em técnicas de monitoramento e de baixo impacto (RFN, 2014). Há então a promoção da diversificação industrial e desenvolvimento tecnológico.

Saindo da perspectiva industrial, a floresta representa geração de trabalho e renda para boa parte das populações locais da Amazônia. Diversos processos produtivos decorrem do uso de produtos de origem florestal como a madeira, frutas, sementes, cipós e ervas. Processos produtivos que, em geral, utilizam baixo nível de tecnologia e garantem a subsistência de povos.

Constantemente fora de qualquer modalidade legal, é na floresta de várzea amazônica que extrativistas ribeirinhos fomentam uma cadeia produtiva de madeira que tem como ponta os mercados às margens de igarapés e canais de cidades como Macapá e Santana.

Estas duas dinâmicas opostas de uso florestal remetem à teoria miltoniana dos circuitos econômicos, apesar de que Milton Santos (2004) faz esta análise no contexto urbano. No entanto, encontramos similitudes no território rural, mais especificamente nos circuitos florestais da madeira. Onde o circuito superior florestal se reproduz com o uso de capital intensivo, a dependência do mercado exterior e alta tecnologia, representado pelo manejo madeireiro industrial.

E em contrapeso, o circuito inferior que é reproduzido pelo uso de trabalho intensivo, baseado no trabalho familiar e autônomo, com tecnologia obsoleta, e total dependência do mercado interno, o que aferimos no extrativismo madeireiro por populações ribeirinhas.

Esta seção segue a linha de reflexão que inicia-se a partir do reconhecimento dos recursos madeireiros amazônicos e as formas de uso desses recursos. Posteriormente, delimitando para o recorte espacial do Amapá, as dinâmicas econômicas decorrentes das atividades madeireiras serão analisadas de acordo com a teoria miltoniana dos circuitos econômicos também analisada neste capítulo.

2.1 AMAZÔNIA BRASILEIRA: RECURSOS MADEIREIROS, DESMATAMENTO E CRIMES NA FLORESTA TROPICAL

Há uma grande potencialidade econômica na floresta, por esta ser uma considerável reserva genética e fonte de matéria-prima para múltiplos produtos, matérias-primas como a madeira, alimentos, minérios, substâncias medicinais, entre

outros. A floresta representa, portanto, uma riqueza econômica e uma riqueza ecológica, dependendo da perspectiva por qual é vista (SOUZA, 2002).

O Brasil é o país com a segunda maior cobertura florestal do planeta, são mais de cinco milhões de km² de floresta. Dois terços de sua cobertura florestal estão concentrados na Amazônia, que detêm ainda cerca de 80% de floresta tropical original (Tabela 01). O país possui uma área florestal enorme, no entanto as taxas de desmatamento na década de 1990 foram preocupantes, atingindo perda anual de quase 1% (RFN, 2014).

Tabela 01 – Cobertura vegetal da Amazônia Legal em 2009.

Cobertura vegetal da Amazônia Legal em 2009				
Estados	Área (milhares de km²)	Cobertura Vegetal (%)		
		Florestas	Vegetação nativa não florestal	Áreas desmatadas
Acre	152,6	87,0	-	13,0
Amapá	142,8	78,3	20,3	1,4
Amazonas	1.570,7	87,0	10,6	2,4
Maranhão	249,6	15,6	42,3	42,1
Mato Grosso	903,4	33,9	43,5	22,6
Pará	1.247,7	72,0	7,8	20,2
Rondônia	237,6	54,1	11,8	34,0
Roraima	224,3	61,7	34,7	3,6
Tocantins	277,6	6,2	83,6	10,3
Amazônia Legal	5.006,3	62,7	22,5	14,8

Fonte: Adeodato et al. (2011, p. 21).

Em 1995, de acordo com os dados do Serviço Florestal Brasileiro⁹, a área amazônica desmatada atingiu 54.000 km², uma extensão física maior que a Costa Rica, e o índice de desmatamento atingiu o ponto alto de um pouco mais de 29.000 km² (RFN, 2014).

Entre os países amazônicos, o Brasil tem consistentemente as taxas mais elevadas de desmatamento da região, estas estimuladas pela política de ocupação da Amazônia e pela expansão da pecuária e da agricultura, mais especialmente o cultivo de soja em escala industrial.

O desmatamento ocorre de muitas maneiras. Grande parte das clareiras são abertas para fins agrícolas e de pecuária. Pequenos agricultores desmatam pequenas áreas para plantio através de um processo onde corta-se e queima-se os

⁹ Serviço Florestal Brasileiro. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/>. Acessado em: 23/04/2017.

troncos de árvores, modelo conhecido com Agricultura de Corte e Queima. O desmatamento por um camponês é muitas vezes feito para cultivar para a autossustentação, devido a necessidade humana básica por alimentos (RFN, 2014).

A agropecuária intensiva, em escala muito maior, desmata vários hectares a cada vez. E a floresta tropical é substituída por grandes pastagens de gado para o cultivo de carne para exportação, e/ou grandes plantios de grãos, também com alcance de mercado mundial (RFN, 2014).

Outra forma comum de desmatamento é exploração madeireira comercial, para a venda de madeira ou celulose (RFN, 2014). A extração madeireira pode ocorrer de forma seletiva, onde apenas as espécies economicamente valiosas são cortadas ou por corte a céu aberto, onde todas as árvores são cortadas.

A exploração madeireira comercial utiliza maquinário pesado (escavadeiras, moto niveladoras, *skidders* e cortadores de troncos) para a colheita e arraste de árvores, além da construção de estradas, o que pode causar impactos prejudiciais a florestas.

A economia global competitiva impulsiona países tropicais, que enfrentam desafios econômicos, a usarem seus recursos naturais. A exemplo, governos vendem concessões madeireiras para arrecadar dinheiro para projetos, para pagar dívidas internacionais ou para desenvolver a indústria (RFN, 2014).

Uma significativa redução do desmatamento na Amazônia brasileira acontece a partir de 2004. Chegando a índices mais recentes, entre os anos 2012 e 2013, de desmatamento médio de 5.200 km², o que implica uma redução de 81% em relação ao ano de 2004, e uma redução de 74% em relação ao desmatamento médio anual no período de 1996 a 2005 (RFN, 2014).

Há vários fatores que levaram a uma redução tão drástica do desmatamento da Amazônia em um tempo relativamente curto. Iniciativas dos governos locais, da sociedade civil e do poder judiciário para gestão e fiscalização, regularização do uso e posse da terra e incentivos para atividades econômicas sustentáveis podem ser contabilizados entre os fatores.

Segundo o RFN (2014) entre os anos de 2005 e 2008, mais de 500.000 km² de áreas protegidas federais e estaduais foram criadas, mais de 130.000 km² foram declarados territórios indígenas e outros 170.000 km² de territórios existentes foram reconhecidos legalmente. Ações que contribuíram para reduzir o valor da especulação da terra e, por conseguinte, reduzir o incentivo para o desmatamento.

Com a regulamentação da gestão de florestas públicas no Brasil, através da Lei Nº 11.284 (BRASIL, 2006), incentiva-se a prática do modelo de exploração por meio do manejo florestal sustentável e introduz-se o sistema de concessões florestais na Amazônia.

Há cerca de 21 milhões de pessoas vivendo na Amazônia brasileira (ADEODATO et al., 2011), onde há também 220 grupos indígenas (WWF, 2008). O desmatamento priva as comunidades locais de sua base de recursos, especialmente os povos indígenas que dependem exclusivamente das florestas para seu sustento. E o comércio ilegal de recursos naturais ameaça, além do meio ambiente, o bem-estar humano dessas populações.

Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do início da década atual, estimava que o valor monetário de todos os crimes ambientais transnacionais organizados situava-se entre 70 e 213 bilhões de dólares anualmente. O valor mais alto correspondia ao dobro do da Ajuda Pública ao Desenvolvimento global, de cerca de 135 bilhões de dólares (RFN, 2014).

Os crimes ambientais incluem a exploração madeireira ilegal, a caça ilegal e o tráfico de animais, a pesca ilegal, a mineração ilegal e o despejo ilegal de resíduos tóxicos. Destas cinco áreas-chave no âmbito do crime ambiental, a exploração madeireira ilegal (incluindo a extração e processamento ilegais) tem as maiores perdas de receita.

Segundo o RFN (2014), o valor anual do crime florestal é estimado em 30-100 bilhões de dólares, equivalente à 10-30% do valor total do comércio global de madeira. O comércio ilegal de madeira priva a economia nacional de receitas significativas. Ainda de acordo com o RFN (2014), a Tanzânia teria perdido 58 milhões de dólares entre 2004-2005 devido a royalties de madeira não pagos.

Organizações criminosas enfraquecem as funções de execução do governo. As comunidades locais padecem por meio da corrupção de funcionários, fraude, lavagem de dinheiro, extorsão, espoliação, e ameaças de violência e assassinato (RFN, 2014).

A maioria das madeiras ilegais ocorrem na floresta tropical da Amazônia, da África Central e do Sudeste Asiático. E os principais receptores, recebendo mais de 80% de toda a madeira extraída ilegalmente no mundo, são os EUA, a União Europeia, a China e o Japão (RFN, 2014).

Os métodos principais de exploração madeireira ilegal e “lavagem de madeira” (processo de transportar e comercializar madeira ilegal com documentação aparentemente limpa) incluem: falsificação de licenças; suborno de agentes, fiscais e oficiais para obtenção licenças de exploração madeireira; extração madeireira além do permitido por concessões; invasão de sistemas online do governo para obter licenças para volumes maiores ou transporte; estabelecimento de fazendas agrícolas de “fachada” para acessar a subsídios governamentais e licenças legais para a exploração de madeira; entre outros (RFN, 2014).

Ainda que o foco na madeira tropical ilegal tenha sido principalmente em madeira em tora, serrada e produtos de mobiliário, os produtos madeireiros ilegais mais difundido no contexto de exportação são: papel, celulose ou aparas de madeira. Uma estimativa sugere que entre 62% e 86% de toda a madeira tropical ilegal importada para os EUA e para a União Europeia chega nestas formas (RFN, 2014).

Papel e celulose representam, entre todos os produtos originários da madeira, os mais difíceis de determinar a origem e, portanto, detectar se é de origem ilegal (RFN, 2014). Seria necessário uma análise científica laboratorial de amostras de fibras do papel ou da celulose sob suspeita de ilegalidade para poder identificar sua fonte, sua origem. Processo, este, oneroso e longo criando assim condições favoráveis para ilegalidades.

Existem várias iniciativas estabelecidas para restringir a importação de madeira tropical ilegal e valorizar as práticas sustentáveis para a atividade madeireira, como os regimes de certificação, como o FSC (*Forest Stewardship Council*) e o CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) e acordos de comércio voluntário.

Para combater o crime ambiental, não apenas na Amazônia, mas globalmente, é crucial investir em esforços para a aplicação da lei, legislações ambientais, iniciativas anticorrupção, meios de subsistência alternativos, bem como a conscientização dos consumidores.

Souza (2002) apresenta uma lógica da situação socioambiental do setor florestal, onde a crescente degradação dos recursos florestais resulta no incremento da pobreza no meio rural. E o modelo vigente de utilização dos recursos florestais atua para a redução dos benefícios sociais, ambientais, e econômicos que a floresta poderia propiciar.

Tem-se, então, um espaço desejado para diferentes usos, certas vezes incompatíveis, a floresta natural. Na ótica do agricultor, a floresta consiste em uma reserva fundiária para o desenvolvimento de culturas, para o pecuarista extensivo, uma superfície a ser transformada em pasto para os rebanhos, e para o madeireiro, o valor da floresta está ligado à madeira (SOUZA, 2002). É a racionalidade econômica que define o padrão de uso dos recursos florestais.

2.2 AMAZÔNIA BRASILEIRA E A ATIVIDADE MADEIREIRA

O principal retorno econômico das florestas advém dos produtos oriundos da madeira, como: laminados, madeira serrada, celulose, entre outros. E desde o início da década de 1960, as exportações mundiais madeireiras aumentaram 25 vezes (ADEODATO et al., 2011).

A Amazônia brasileira é a terceira principal região produtora de madeira tropical do planeta, apenas atrás da Malásia e Indonésia (OIMT, 2006). A mineração, a agropecuária e a exploração e o processamento industrial madeireiro são as principais atividades econômicas da região (SFB/IMAZON, 2010).

Anterior a meados do século XX, toda a atividade madeireira na Amazônia, estava restrita as florestas de várzea, com extração muito seletiva de espécies e baixo impacto ambiental. Com as ações da política de ocupação da Amazônia na segunda metade do século XX, a atividade madeireira ganha importância na região.

[...] impulsionado nas décadas de 1970 e 1980 pelo afã desenvolvimentista do governo militar, ao construir estradas e incentivar a migração em massa de colonos de outras regiões em busca do eldorado. Nesse ambiente a ser desbravado a todo custo, a madeira – derrubada predatoriamente para “abrir passagem” aos novos tempos — foi a riqueza que financiou a implantação de pastagens e, depois, culturas agrícolas. (ADEODATO et al., 2011, p. 20).

É com a construção de estradas na Amazônia que possibilita-se o acesso aos recursos de florestas de terra firme. Estas são ecossistemas fartos em espécies de madeiras de valor comercial (SFB/IMAZON, 2010). Seus produtos atendem demandas nacionais e internacionais.

Sem restrição ambiental ou fundiária, e com o esgotamento dos estoques madeireiros da região Sul do Brasil, que têm sua economia crescendo

expressivamente na época, a demanda por madeira da Amazônia se torna real, e ao longo das novas rodovias empresas madeireiras se instalam, formando polos madeireiros que se mantem até os dias atuais (SFB/IMAZON, 2010).

Os estabelecimentos ou empresas que realizam o processamento inicial da madeira logo após sua extração estão, geralmente, próximos às áreas onde há boa cobertura florestal e logística de transporte, tanto para a madeira em tora como para a madeira processada.

As empresas classificam-se em: microsserrarias, serrarias, beneficiadoras, laminadoras ou falqueadoras e fábricas de painéis, e no ano de 2009 somavam juntas o total de 2.226 estabelecimentos em oito estados da Amazônia brasileira com receita bruta de quase 5 bilhões de reais (Tabela 02) (SFB/IMAZON, 2010). O estado de Tocantins não foi contabilizado por SFB/IMAZON (2010), por sua representatividade quase nula no setor.

Tabela 02 – Número de empresas, consumo de toras, produção processada, empregos e receita bruta da atividade madeireira, na Amazônia em 2009.

Estados	Número de empresas	Consumo de toras (milhares de m³)	Produção processada (milhares de m³)	Empregos (diretos + indiretos)	Receita bruta (milhões de R\$)
Acre	24	422	193	4.641	181,96
Amapá	48	94	41	1.516	32,10
Amazonas	58	367	142	6.525	115,19
Maranhão	54	254	90	3.975	59,00
Mato Grosso	592	4.004	1.795	56.932	1.598,36
Pará	1.067	6.599	2.550	92.423	2.177,61
Rondônia	346	2.220	925	34.825	713,49
Roraima	37	188	70	2.865	62,66
Amazônia Legal	2.226	14.148	5.806	203.702	4.940,39

Fonte: SFB/IMAZON (2009, p. 8)

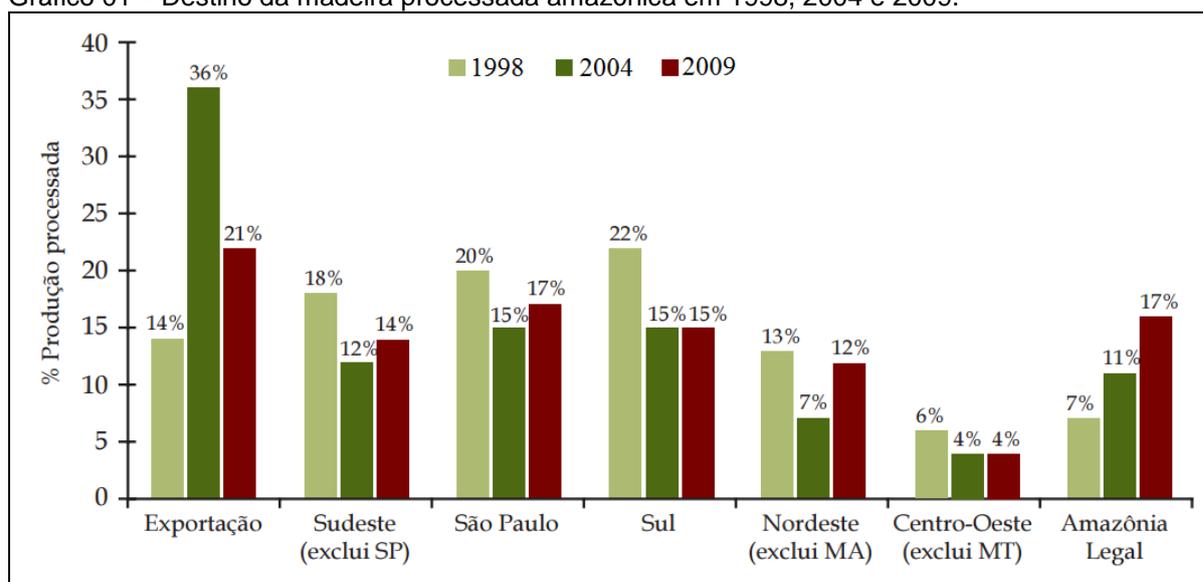
De acordo com SFB/IMAZON (2009), os 5,8 milhões de metros cúbicos de madeira processada resultante dos 14,2 milhões de metros cúbicos de madeira em tora, se dividiam em: 72% em madeira serrada de baixo valor agregado (ripas, tábuas, caibros e similares); 15% foram beneficiados com maior agregação de valor

(pisos, esquadrias, entre outros); e os 13% restantes foram transformados em madeira laminada e compensada.

Os outros 8,3 milhões de metros cúbicos madeira em tora (a maior parte) foram categorizados como os resíduos do processamento, aproveitados para a produção de carvão, geração de energia, no entanto, destes 2 milhões foram destinados a queima e descarte como entulho. Segundo Adeodato et al. (2011, p. 113) “o consumo de madeira sem desperdícios reduz a exploração descontrolada da floresta e a pressão sobre espécies comerciais ameaçadas”.

Em 2009, o Serviço Florestal Brasileiro, em parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), realizou o comparativo temporal (1998, 2004 e 2009) dos principais destinos dos produtos processados frutos da atividade madeireira na Amazônia brasileira, a Amazônia Legal (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Destino da madeira processada amazônica em 1998, 2004 e 2009.



Fonte: SFB/IMAZON (2009, p.18)

A participação do mercado nacional aumentou em 2009 em comparação ao ano de 2004, este absorveu 79% da madeira processada na Amazônia. No cenário nacional, o Estado de São Paulo é o principal mercado, mantendo um alto consumo ao longo dos anos. Adeodato et al. (2011, p. 103) aferi que “uma em cada cinco árvores extraídas na Amazônia é consumida em São Paulo”, e é responsável pelo consumo de 17% da produção, principalmente para a construção civil.

Pode-se aferir também que o mercado regional amazônico possui um ritmo crescente de sua participação na demanda por madeira processada, a partir dos

índices atingidos em 1998 que foram de 7%, em 2004 iguais 11%, e de 16% no ano 2009 (gráfico 01).

Entre os modelos de exploração madeireira existentes na Amazônia, o manejo florestal consiste na exploração mediante determinadas normas e métodos que minimizam impactos e conservam a floresta. “Além de garantir o uso mais sustentável, o manejo florestal tem a função de reduzir a pressão e as incursões clandestinas sobre terras indígenas, parques nacionais, reservas ecológicas e demais áreas de conservação” (ADEODATO et al., 2011, p. 21).

Embora que, concordando com Souza (2002), na perspectiva dos interesses da empresa, os planos de manejo florestal sustentáveis não correspondem a planos de desenvolvimento social, por estarem direcionados a uma única atividade econômica, a produção madeireira.

Porém, apenas 1% das florestas na África e 3% na América do Sul são manejadas para uso econômico sustentável (RFN, 2014). É a exploração predatória que é mantida, denominada “exploração convencional”, onde há a derrubada seletiva de espécies de valor comercial, sem critérios para reduzir danos ambientais, gerando severos danos à floresta.

A exploração predatória é resultado de fatores econômicos e culturais, além de problemas como a falta de mão de obra qualificada, governança e vontade política (ADEODATO et al., 2011). A madeira nativa é obtida ainda pelo desmatamento autorizado para a transformação de vastas áreas de floresta em pastagens e culturas agrícolas.

Na Amazônia, os números atuais sobre a produção madeireira continuam preocupantes, apesar de serem inferiores aos anos anteriores. Uma vez que sabe-se que boa parte da exploração autorizada de madeira, apesar de ser legal, não tem qualidade de produto, não são fiscalizadas adequadamente e é praticada por métodos que causam danos à floresta (ADEODATO et al., 2011).

Outro modelo para a produção de madeira são as concessões de florestas públicas, que viabilizam a produção madeireira por longo prazo sem os problemas fundiários comuns a Amazônia Legal. A Floresta Nacional do Jamari (RO) foi a primeira floresta da União aberta ao uso sustentável por empresas.

No entanto, o modelo também precisa de ajustes nos preços mínimos, segundo Adeodato et al. (2011), logo que há situações onde empresas ofertarem

ágios altos visando ganhar a concessão, e correm risco de falirem à curto prazo. Isto não é conveniente ao governo, pois pode motivar o produtor a ir para a ilegalidade.

É visível que o setor madeireiro impulsiona diretamente a economia de diversos municípios Amazônicos. E quanto a seu impacto social, estima-se que o setor gerou quase 400 mil empregos no ano de 2004, o que equivale à 5% da população economicamente ativa da região, ademais, sua receita bruta foi de US\$ 2,3 bilhões (SFB/IMAZON, 2010).

A economia madeireira no Brasil atinge números relevantes, com grandes impactos nas condições socioeconômicas da Amazônia. A madeira nativa é “fonte de emprego e renda na floresta e em toda a cadeia de beneficiamento e comércio até chegar ao consumidor, seja na forma de móveis ou de novas casas e edifícios” (ADEODATO et al., 2011, p. 16).

Embora toda riqueza florestal e potencial econômico na Amazônia, a maioria de seus municípios que produzem madeira estão na linha da pobreza. E o Imazon apresenta em suas pesquisas uma relação direta onde maior a ação ilegal e predatória, menor é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (ADEODATO et al., 2011).

Acredita-se que mais de um terço da madeira produzida na Amazônia é de origem ilegal e que grande parte das áreas autorizadas à exploração sofrem sérios danos florestais (ADEODATO et al., 2011). Para Veríssimo et al. (1999) a floresta amazônica não está sendo valorizada adequadamente.

Os recursos florestais amazônicos ainda são utilizados de forma amplamente predatória. Não há significativa agregação de valores aos produtos oriundos da floresta. Ademais, a distribuição dos benefícios econômicos decorridos do uso dos recursos florestais ainda é desigual (VERÍSSIMO ET AL., 1999)

E apesar dos avanços registrados quanto aos índices de desmatamento e a criação de unidades de conservação, a desigualdade social é acentuada na região. Em 2009, “a parcela 1% mais rica da população detinha 10,7% da renda familiar total da Amazônia enquanto os 50% mais pobres somavam 15,1%” (ADEODATO et al., 2011, p. 17). Com as diversas perdas de recursos naturais e poucas alternativas de renda, as populações da floresta migram para atividades econômicas degradantes.

As cadeias produtivas florestais madeireiras atuam no território amazônico em lógicas bastante peculiares, com vantagens e limitações, diferentes atores e

mercado consumidor, com influências em diferentes níveis e escalas. Agem simultaneamente no mesmo universo, a partir de condições físicas e espaciais similares, tendo como ponto de partida da cadeia produtiva áreas com boa cobertura florestal e vias de escoamento de produção como rios e estradas.

2.3 A ATIVIDADE MADEIREIRA AMAPAENSE ATRAVÉS DOS CIRCUITOS ECONÔMICOS

As cadeias produtivas são resultantes da crescente divisão do trabalho e maior interdependência entre os agentes econômicos (DANTAS et al., 2013). O conceito de cadeia produtiva, do ponto de vista teórico de Dantas et al. (2013), concerne ao “conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos”. Esta abrangente definição permite a incorporação de diversos modelos de cadeias.

As cadeias de produção global possuem estruturas de governança que agem para definir a posição de ganhadores e perdedores, estando os fornecedores e trabalhadores geralmente em posição mais fraca, logo, nos elos iniciais das cadeias em países em vias de desenvolvimento (PEGLER, 2015).

Portanto a importância de atividades de sensibilização para que os consumidores finais, comumente em regiões ou países desenvolvidos, se tornem mais informados sobre as diferenças significativas no valor e na renda em cada ponta da cadeia e quanto as questões relacionadas à sustentabilidade (PEGLER, 2015).

Na Amazônia brasileira, várias famílias cultivam diversos tipos de produtos agrícolas e florestais como parte dos esforços para alimentar e gerar renda para suas famílias (PEGLER, 2015). A cadeia de produção que se estrutura a partir da atividade florestal, compreende uma série de etapas de transformação da matéria-prima até o produto a ser comercializado ao consumidor final. Constantemente, a ponta final da cadeia produtiva se encontra no meio urbano.

Na perspectiva de Milton Santos (2004), as necessidades permanentes da população urbana geram dois subsistemas econômicos, o circuito econômico superior e o inferior. O primeiro em função da existência de trabalho perene e bem remunerado. O segundo devido a existência de trabalho com baixa remuneração e

intermitente, ocasionando a criação de formas de subsistência por grande parte da população.

Para Santos (2004, p.43) “a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização.” Estes subsistemas da economia representam um paradigma relativo a países subdesenvolvidos.

Os circuitos econômicos urbanos de Santos (2004) são também analisados por suas relações externas à cidade, como a sua abrangência regional e ainda suas conexões com outras cidades e regiões. Isso nos permite inserir a floresta como área de influência dos produtos madeireiros que abastecem cidades.

Silva (2012) apresenta os dois subsistemas urbanos como formas de produção, distribuição, comercialização e consumo que originam diferentes materialidades visíveis na paisagem urbana, a partir da polaridade dos lugares opacos e luminosos (pontos com menor ou maior fluidez tecnológica). Porém, ambos se relacionam dialeticamente a partir da complementaridade, subordinação e concorrência. O circuito inferior miltoniano possui relação direta de dependência do circuito superior.

Na teoria de Milton Santos (2004), define-se, então, o circuito superior como o das atividades econômicas que utiliza e produz alta tecnologia, logo, a inovação é essencial ao processo produtivo das empresas do circuito superior, uma vez que esta representa a garantia dos crescentes lucros e de monopólio de mercado.

O circuito superior será aquele constituído pelos bancos, indústria de exportação, indústria urbana moderna, atividades de alto nível tecnológico, atacadistas e transportadoras (SANTOS, 2004). Parte das atividades do circuito superior, como a indústria de exportação, apesar de lotados na cidade, estão ali apenas para se beneficiar do locacional, mas seu interesse principal é manipulado fora da cidade, que é o destino dos seus *outputs*, o que Santos (2004) reconhece como atividade impura do circuito superior.

Esta dependência do mercado exterior e o uso de capital intensivo também são aspectos inerentes às atividades do circuito superior, assim como o apoio institucional e o acesso ao crédito. As relações de trabalho são baseadas no assalariamento (SILVA, 2012).

Em contrapartida, o circuito inferior está baseado no uso de trabalho intensivo. Na maioria das vezes, a tecnologia utilizada por este circuito é obsoleta

aos agentes do circuito superior, e ainda executa atividades consideradas desinteressantes pelo circuito superior, por serem onerosas e agregarem pouco valor ao produto.

O circuito inferior é aquele “constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2004, p. 40). As relações salariais são flexíveis no circuito inferior, e normalmente não recebe apoio institucional ou mesmo acesso ao crédito bancário. Possui relações personalizadas entre seus agentes e clientes e dependência do mercado interno (SILVA, 2012).

Com tecnologia inerente ao capital intensivo, o circuito superior utiliza alta tecnologia, constantemente, importada de países desenvolvidos, imitando processos produtivos já estabelecidos em diferentes realidades. Em contrapartida, o nível tecnológico pertinente ao circuito inferior é trabalho intensivo, e busca vias de se adaptar ou recriar localmente, criando alternativas necessárias para ter seu processo de produção executável na realidade local.

Os circuitos se definem em especial, mas não rígido, por dois aspectos: 1) o conjunto de atividades realizadas por cada circuito; 2) o setor da população que se liga a cada circuito pela atividade e pelo consumo (SANTOS, 2004). No quadro 02 apresenta-se a caracterização geral realizada por Silva (2012) com base na teoria de Santos (2004) dos dois circuitos da economia urbana.

Quadro 02: Caracterização geral dos dois circuitos da economia urbana

CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Atividades modernas (inovações tecnológicas)	Reutilização de material para processo produtivo
Capital intensivo	Trabalho intensivo
Assalariamento dominante	Flexibilidade das relações “salariais”
Produção em grande escala	Pequena quantidade em cada estabelecimento produtivo
Acesso ao crédito	Crédito bancário restrito ou nulo
Relações com os clientes institucionalizadas	Relações com a clientela personalizadas
Apoio institucional	Apoio institucional quase nulo
Dependência com o exterior	Dependência do mercado interno

Fonte: Silva (2012) adaptado de Santos (2004)

Outra divergência entre os circuitos está relacionado ao crédito. As atividades do circuito superior dispõe do crédito bancário, e eventualmente grandes

companhias controlam bancos e manipulam atividades por intermédio de processos burocráticos (SANTOS, 2004). Enquanto no circuito inferior as atividades são baseadas no dinheiro líquido e no crédito pessoal direto, que segundo Santos (2004) é indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidades de acumular.

O circuito superior conta com atividades que manipulam grandes volumes de mercadorias, e conseqüentemente, os capitais são volumosos, em relação a tecnologia utilizada (SANTOS, 2004). É a lógica de menores custos de produção e maiores lucros de uma produção em massa.

No entanto, o circuito inferior trabalha com pequenas quantidades de mercadorias, tanto na comercialização quanto na fabricação. E o contrário do circuito superior, as atividades de trabalho intensivo do circuito inferior utilizam capitais reduzidos e frequentemente dispensam uma organização burocrática (SANTOS, 2004).

Outra questão que difere entre os sistemas, é relacionada a situação empregatícia dos atores. O emprego no circuito inferior possui como essencial o trabalho familiar e o trabalho autônomo. Raramente o emprego é permanente neste circuito, e sua remuneração é baixa, situando no limite ou abaixo do mínimo vital constantemente (SANTOS, 2004). Enquanto o circuito superior possui suas relações baseadas no assalariamento, com boa remuneração.

Santos (2004, p.46) pontua que a noção de lucro também é diferente em cada circuito. Sendo que no circuito superior “trata-se de acumular capitais indispensáveis à continuidade das atividades e à sua renovação em função dos progressos técnicos”.

Para o circuito inferior, “trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna” (SANTOS, 2004, p.46). Não há condições necessárias para acumulação de capital nesse circuito.

É importante ressaltar que o circuito superior e suas atividades usufruem de maneira direta ou indireta da ajuda governamental, enquanto, como destaca Santos (2004) as atividades do circuito inferior não dispõem desse suporte e rotineiramente são mesmo perseguidas por instituições governamentais, como é caso dos vendedores ambulantes.

É notável a oposição entre os circuitos econômicos miltonianos a partir de suas respectivas características. Todavia é evidente também a bipolaridade do

sistema econômico a partir da sua divisão em sistemas que possuem lógica interna com elementos equivalentes.

Além da relação entre dominado e dominante, do circuito inferior e do superior, respectivamente, a partir da análise que as atividades do circuito inferior são propostas pelo próprio circuito superior, uma vez que estas não são de seu interesse.

Os fluxos que permeiam o território mostram o alcance da influência de cada circuito, refletindo maior dinamicidade de acordo com seu nível tecnológico e capacidade de formação de redes. O circuito inferior, que atua com baixa tecnologia (opacidade), se articula na sua cidade e sua região, enquanto o circuito superior busca por articulações fora da cidade e de sua região, seu nível tecnológico lhe permite articular com espaços luminosos.

O circuito inferior encontra sua integração localmente, característica que podemos aferir na atividade madeireira da floresta de várzea, onde extrativistas ribeirinhos possuem dependência total do mercado de cidades amazônicas, como Macapá e Santana.

Enquanto as atividades locais do circuito superior alcançam mercados em maiores centros urbanos nacionais ou no exterior. O que afere-se na atividade madeireira da floresta de terra firme, através de plano de manejo ou concessões florestais, que possuem como mercado principal a região sudeste, em especial o Estado de São Paulo, e a exportação.

2.3.1 O circuito superior econômico da madeira da floresta de terra firme amapaense

O Amapá vive a expectativa de sua primeira concessão florestal, no entanto as florestas de terra firme do estado já possuem atividade florestal consolidada ao longo das últimas décadas. A partir da década de 1980 houve uma expansão da indústria madeireira nas florestas de terra firme do Amapá, impulsionada pelo aumento da demanda do setor da construção civil por madeiras de média e alta densidade e pela melhoria na rede de estradas que facilitaram o acesso às florestas interfluviais (VERISSÍMO et al., 1999).

Segundo Veríssimo et al. (1999) as florestas densas de terra firme representam 69% da cobertura natural do Estado, e estas possuem uma diversidade maior de espécies de valor madeireiro em comparação à florestas de várzea.

As principais espécies exploradas na terra firme são: *Dinizia excelsa* Ducke (angelim-vermelho), *Hymenolobium petraeum* Ducke (angelim-pedra), *Manilkara amazonica* (Huber) A. Chev. (maçaranduba), *Hymenaea courbaril* L. (jatobá), *Tabebuia obtusifolia* (Cham.) Bureau (ipê), *Euxilophora paraenses* Huber (pau-amarelo), *Hymenolobium excelsum* Ducke (angelim-da-mata), *Vouacapoua americana* Aubl. (acapu) e *Qualea acuminata* Spruce ex Warm. (mandioqueiro) (VERISSÍMO et al., 1999).

O processo exploratório de madeira na terra firme ocorre, geralmente, dentro de um paradigma empresarial formal, como caracterizado pelo circuito superior miltoniano. As empresas madeireiras executam a atividade através do desenvolvimento de Planos de Manejo Florestais (PMFs) concebidos e exercidos através de etapas de planejamento, exploração, e silvicultura (VERISSÍMO et al., 1999).

A logística do manejo florestal empresarial em florestas de terra firme no Amapá envolve as seguintes fases: de localização e identificação das árvores de valor econômico que atendam as premissas normativas para o corte (inventário florestal); fase de colheita, onde utilizam-se motosserras para o corte e divisão das árvores em toras; fase de arraste, onde tratores agrícolas (*skidders*) são utilizados para o arraste das toras do local de queda das árvores até os pátios de estocagem; e finalmente, fase de transporte: para o escoamento de toras em caminhões até as serrarias onde acontecerá o beneficiamento do produto através de maquinário especializado (VERISSÍMO et al., 1999).

A exploração madeireira em terra firme é intensiva no que se refere à mão-de-obra, incluindo em sua equipe de exploração: engenheiros florestais (responsáveis pelos planos de manejo), mateiros (responsáveis pela localização e identificação das árvores), ajudantes, motosserristas, tratoristas e motoristas de caminhão, além dos trabalhadores dentro das serrarias. Apesar das atividades serem assalariadas, existe certa sazonalidade na oferta de emprego, que é reduzida drasticamente no período de chuvas (VERISSÍMO et al., 1999).

Veríssimo et al. (1999) aferiram valores médios da madeira nas florestas de terra firme do Amapá. Os resultados obtidos no final da década de 1990 consistiram:

no preço médio por metro cúbico da madeira em tora na serraria variando entre R\$ 15,00/m³ (quinze reais) para espécies de baixo valor, e R\$ 29,00/m³ (vinte e nove reais) para espécies de médio valor, e R\$ 44,00/m³ (quarenta e quatro reais) para espécies de alto valor; preço médio da madeira serrada de R\$ 110,00/m³ (cento e dez reais por metro cúbico) para a categoria de valor baixo, R\$ 150,00/m³ (cento e cinquenta reais por metro cúbico) para a categoria de valor moderado; e R\$ 210,00/m³ (duzentos e dez reais por metro cúbico) para a categoria de madeiras de valor alto.

Barros (2011) analisa em sua pesquisa contratos para exploração florestal celebrados entre empresas madeireiras e assentados ou cooperativas no Amapá. Um de seus casos estudados, datado em 2007, está localizado no Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) do Maracá (Mazagão). Onde aferiu o valor médio de R\$ 10,00 (dez reais) pago ao assentado pela empresa madeireira por metro cúbico de madeira explorado. Tratava-se de um contrato acordado entre empresa e uma cooperativa de assentados (manejo comunitário).

Em 2010, o valor médio pago por metro cúbico de madeira aferido por Barros (2011) através da análise de um contrato celebrado entre beneficiário do P.A Cedro (Tartarugalzinho) e empresa madeireira, foi de R\$25,00 (vinte e cinco reais). A autora avalia como insignificante os valores pagos em face aos benefícios e riqueza que a floresta pode prover.

A análise de Barros (2011) tem por referência o conceito e os objetivos da reforma agrária, bem como os direitos e deveres dos beneficiários. A atividade de manejo florestal, segundo a autora, na forma como ocorre nos assentamentos amapaenses “em nada contribui para a implementação da Política Nacional de Reforma Agrária ou para o desenvolvimento rural sustentável” (BARROS, 2011, p. 12).

Para Barros (2011) os valores pagos por madeireiros aos assentados como contrapartida ao recurso florestal explorado, configuram-se mais como medidas compensatórias do que uma forma de remuneração. Atua como uma forma de reparação civil ao dano causado e impossibilidade de recuperação total de bens ambientais lesados, o que remete ao princípio do poluidor-pagador do direito ambiental.

O “aviamento” da atividade madeireira também é frequente, onde o consumidor final, geralmente instalado nos estados do sudeste do país, adianta o

pagamento de parte da produção, antes mesmo da fase de colheita. O que permite as empresas madeireiras atuarem com baixo capital acumulado, pois o adiantamento financeiro viabiliza as fases de colheita, arraste, transporte e beneficiamento, ou seja, a produção se paga antes mesmo de iniciar.

Em contrapartida, as empresas possuem conhecimento e fluidez no processo burocrático local, e sempre possuem planos de manejo prontos para a fase de colheita, na expectativa da demanda de mercado.

Examinando a atividade madeireira que origina-se na floresta de terra firme, é notável diversos elementos que se classificam no circuito superior miltoniano, apesar de ser uma atividade impura desse circuito, uma vez que se beneficia do local, mas sua essência está no externo.

A tecnologia específica utilizada para maior produtividade e melhor qualidade de produtos, a produção em grande escala e a dependência do mercado exterior a sua região, são as características marcantes dessa atividade florestal, todas pertinentes ao circuito econômico superior miltoniano.

2.3.2 O circuito inferior econômico da madeira da várzea amapaense

A tipologia produtiva madeireira oriunda das florestas de várzea, tem como ator principal o extrativista ribeirinho. A partir da década de 1980, o padrão de exploração frequente na várzea amapaense consiste entre 30 e 50 espécies de valor econômico que são aproveitadas, resultando em uma intensidade média de corte entre cinco e dez árvores extraídas por hectare (BARROS e UHL, 1997).

O circuito espacial produtivo da cadeia produtiva de várzea segue, geralmente, a dinâmica de produção que inicia no corte seletivo da árvore (espécies de alto valor comercial para o setor da construção civil); beneficia-se a madeira com o auxílio de motosserra ainda dentro da floresta, ou em micro-serrarias próximas com serras circulares; e escoam-se as peças de madeira serrada em barcos até os mercados consumidores. Produz-se flechais, esteios, tábuas, entre outras peças destinadas à construção civil. Frequentemente esta atividade é desenvolvida fora de qualquer modalidade legal.

Veríssimo et al. (1999) elucidam em sua obra as características da cadeia produtiva madeireira das várzeas amapaenses. Os autores constataram que a maioria dos cortes feitos utilizava-se de machado (60%) e o restante (40%) de

motosserra. O volume extraído de madeira variou entre 9 e 12 m³, cerca de sete a dez árvores por hectare. A matéria-prima extraída na várzea, em sua maioria era oriunda de áreas de ocupação das famílias proprietárias das micro-serrarias, havendo ainda matéria proveniente de áreas de terceiros, em especial, de pequenos proprietários.

De acordo com Veríssimo et al. (1999), a exploração, o transporte e o processamento das toras são simplificados. As funções de localizar, cortar, arrastar, transportar e desdobrar as toras são distribuídas de forma igualitária entre os membros da equipe, cujo frequentemente fazem parte de um mesmo núcleo familiar, instituindo uma mão-de-obra familiar.

Essa cadeia abastece parte da demanda de diversos centros urbanos regionais onde a pressão da expansão urbana é contínua e constante. Macapá e Santana, centros urbanos amapaenses às margens do rio Amazonas, possuem sua malha urbana entrecortada por igarapés, o que dinamiza a configuração do mercado madeireiro originário da várzea, estabelecendo uma teia territorial hidroviária que fomenta a lógica de distribuição dos produtos.

Às margens dos igarapés de Macapá e Santana encontra-se madeira para a construção de casas, para formas para o concreto armado, madeira para o forro das casas, para os cercados e para a fabricação de móveis e esquadrias. As lojas que comercializam esses produtos são conhecidas como estâncias madeireiras.

A quantificação da produção da várzea do Amapá é uma árdua tarefa. Os dados referente ao volume comercializado de madeira é sempre subestimado. Isto se dá devido parte da demanda do Estado ser atendida por madeira proveniente das ilhas do Pará (Afuá, Gurupá e Breves) (CASTILHO, 2013). E geralmente, essa madeira é comercializada desacompanhada de documento de recolhimento fiscal e de origem florestal.

Em estudo realizado em 2013, Castilho (2013) realizou um diagnóstico do mercado madeireiro em Macapá e Santana, onde as peças comercializadas procediam de madeira oriunda de florestas de várzeas amapaenses e paraenses. O resultado obtido expõe que este mercado abastece parte da demanda da construção civil local macapaense e santanense, e movimenta uma receita bruta anual de aproximadamente 16 milhões de reais proveniente da comercialização de cerca de 40.000m³ de madeira serrada (CASTILHO, 2013).

Castilho (2013) aborda a questão da sazonalidade da atividade e seu reflexo nos preços de comercialização dos produtos. Segundo a autora, os preços das peças variam principalmente em função dos períodos: de estiagem (julho a dezembro) e de chuvas (janeiro a junho). No período mais chuvoso, existe uma menor demanda por materiais para construção civil, como é o caso da madeira. Desta forma, as peças tendem a alcançar menores preços no mercado.

Em contrapartida, no período estiagem, a procura pelo mercado consumidor aumenta, porém há um menor quantitativo de madeira para oferta, devido à dificuldade de extração e transporte das toras conduzidas através de pequenos rios às serrarias, que, no período menos chuvoso, encontram-se impossíveis de navegar. Logo, neste período, as peças são vendidas a preços máximos.

A atividade madeireira originária nas várzeas expressa um território produtivo com baixas densidades técnicas e informacionais. A limitação tecnológica e organizacional também é expressa nesse lugar opaco, pouco dinâmico e pouco fluido.

Neste sentido, entende-se esta atividade, geralmente informal, através do circuito inferior da economia urbana de Santos (2004). Possui características de ser uma atividade de pequena dimensão, com o uso de trabalho intensivo, que se cria e se recria com pouco capital, o trabalho autônomo e a mão-de-obra familiar são de suma importância, além da dependência do mercado local/regional.

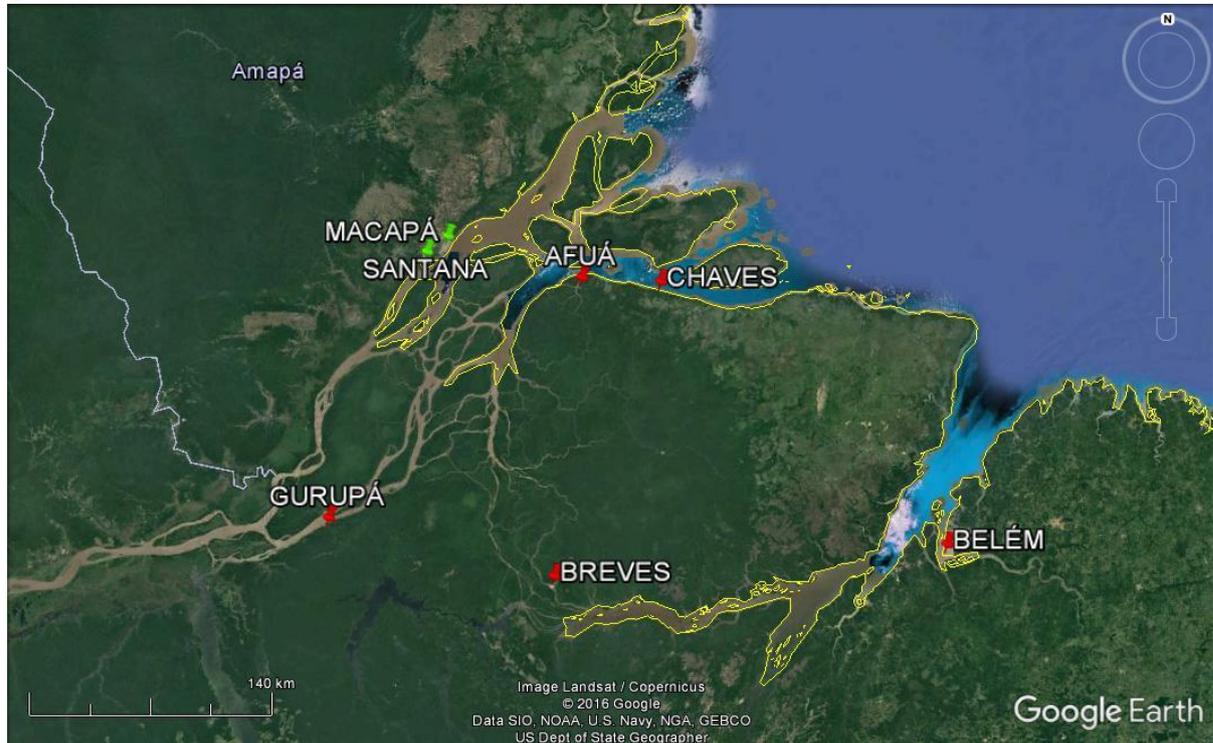
O circuito inferior da madeira possui representatividade econômica no estado do Amapá e expõe o caráter extrativista e protagonista peculiar ao produtor ribeirinho amazônico, detentor de conhecimento empírico da atividade, não dependendo da figura institucional para estabelecimento de sua atividade econômica.

A cidade de Macapá tem intensa vinculação com as chamadas ilhas do estado do Pará (Afuá, Breves, Chaves e Gurupá), por estarem próximas à capital (Figura 01). Macapá representa, assim como o município vizinho Santana, mais do que um mercado consumidor, mas também um núcleo urbano de acesso a bens e serviços para os habitantes da região.

Esta teia territorial estabelecida fomenta a lógica de distribuição do comércio de madeira local, com seus produtos originários das ilhas paraenses e de outros municípios amapaenses. Estes são comercializados às margens de igarapés

urbanos de Macapá e Santana, sem infraestrutura adequada e com baixo valor agregado.

Figura 01 – Imagem de satélite da relação de proximidade geográfica entre Macapá e as ilhas do Estado do Pará.



Fonte: Software Google Earth (2017)

A precariedade quanto ao mercado de trabalho é um aspecto pertinente às cidades da Amazônia, enquanto nas metrópoles e nas grandes e médias cidades do centro-sul do país a força de trabalho assalariado vem obtendo maior crescimento, na maioria das cidades amazônicas se verifica um mercado de trabalho assalariado em formação (AMARAL, 2010).

Dentro deste cenário, Macapá e Santana, apesar de cidades médias, representam lugares opacos, com baixo desenvolvimento industrial, pouca dinamicidade e tecnologia limitada. Deste modo, o circuito inferior se insere na estruturação das dinâmicas urbano-regionais, suprimindo as demandas da população mais pobre.

3 ANÁLISE TERRITORIAL DA REPRESENTATIVIDADE DA ATIVIDADE MADEIREIRA DENTRO DE ASSENTAMENTOS RURAIS AMAPAENSES

A análise do uso do território exploratório madeireiro amapaense endossa as discussões da prática produtiva florestal madeireira em prol de implicações no processo evolutivo de desenvolvimento rural. O debate político florestal amapaense deve abranger suas florestas públicas e comunitárias, diferentemente do que ocorre atualmente onde leva-se em conta apenas a tipologia pública.

O Ministério do Meio Ambiente do Brasil define Florestas Comunitárias como aquelas habitadas ou usadas por comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária¹⁰. A relevância destas no território Brasileiro se dá, principalmente em função de sua abrangência e importância socioeconômica, segundo o MMA estas ocupam cerca de 136 milhões de hectares e seu uso gera produtos e renda para mais de 2 milhões de habitantes.

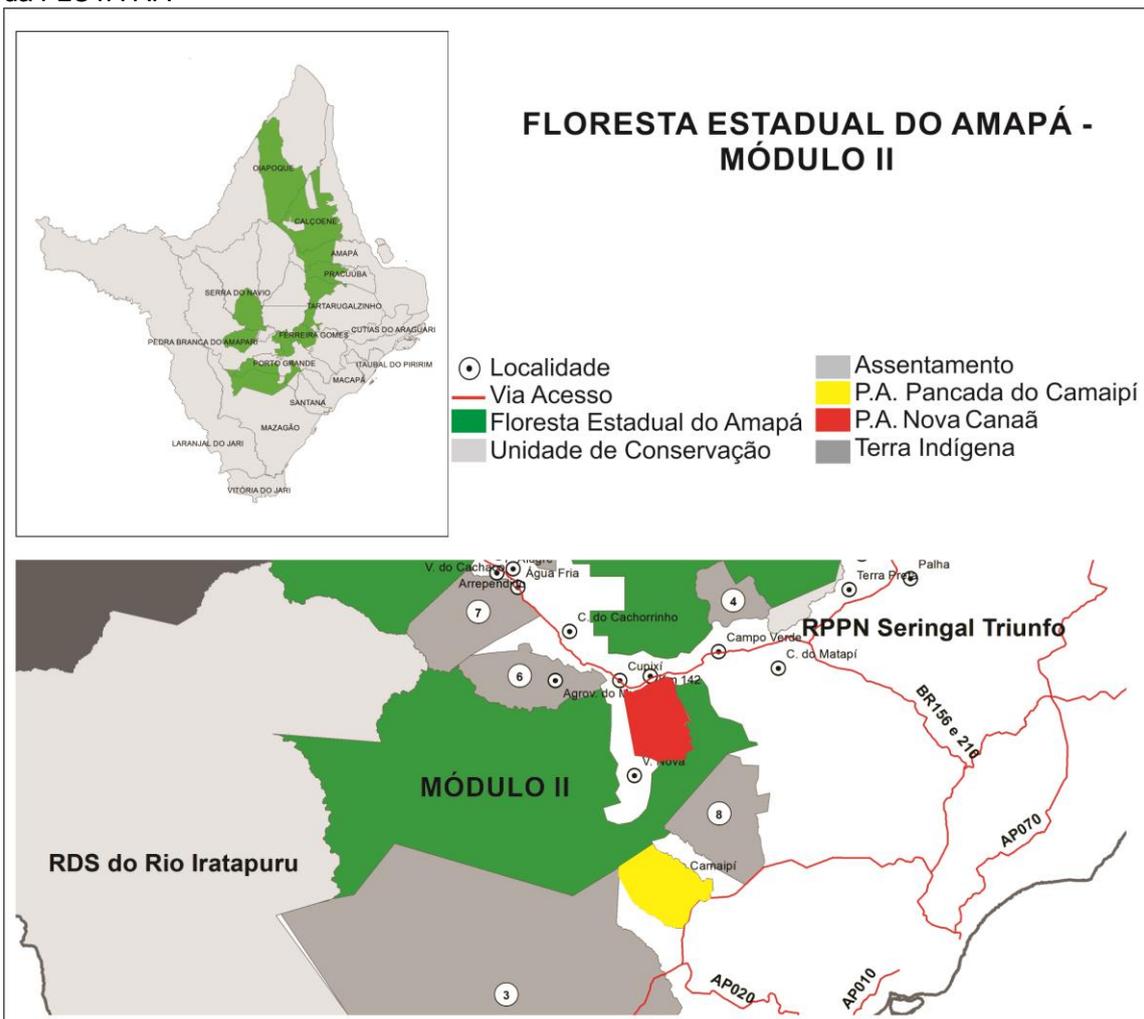
Os produtos florestais madeireiros oriundos das florestas comunitárias de assentados da reforma agrária do INCRA no Amapá alcançam mercados de escala regional e nacional.

Neste capítulo, apresentam-se os resultados da análise da área de estudo proposta pela pesquisa. Abordando os contextos de produção madeireira, reprodução social e sistemas de produção existentes dentro dos dois assentamentos rurais objetos de estudo. Concluindo com a caracterização e análise comparativa das cadeias produtivas da madeira atuantes na área.

O estudo foi desenvolvido a partir de procedimento metodológico de pesquisa qualitativa, onde foram analisados dois assentamentos rurais amapaenses localizados no entorno do módulo II da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA): (1) assentamento Pancada do Camaipí, no município de Mazagão e (2) assentamento Nova Canaã, no município de Porto Grande (Mapa 02).

¹⁰ Dados disponíveis no website do Ministério do Meio Ambiente – MMA - Serviço Florestal Brasileiro. Fonte: <http://www.florestal.gov.br/florestas-comunitarias> Acesso em: 18 jan 2017.

Mapa 02 - Assentamento Pancada do Camaipí e Assentamento Nova Canaã no entorno do módulo II da FLOTA-AP.



Fonte: Base cartográfica Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (2015). Elaborado pela autora, 2017.

Tomaram-se como base principal de dados os estudos socioeconômicos nos dois assentamentos rurais amapaenses supracitados realizados pelo do Grupo de Pesquisas e Intercâmbios Tecnológicos – GRET (GRET, 2014a, 2014b), organização não governamental francesa de assessoria técnica.

A pesquisa realizada pelo GRET (2014a, 2014b) objetivava estudar a sócio economia de dois assentamentos vizinhos do Módulo II da FLOTA-AP, o assentamento Pancada do Camaipí, localizado no município de Mazagão, e o assentamento Nova Canaã, no município de Porto Grande.

O estudo socioeconômico foi desenvolvido com ênfase na atividade produtiva madeireira, em busca da geração de conhecimento suficiente para embasar ações de formulação de diretrizes para o manejo florestal madeireiro

legalizado e fortificação de organizações sociais nos assentamentos (GRET, 2014a, 2014b).

A metodologia se dividiu em três etapas: pré-campo, campo, e análise. Na etapa pré-campo, acordou-se o projeto e o método de pesquisa, que resultou em roteiro de entrevistas composto por módulos de questões referentes ao histórico, ao perfil familiar, às atividades econômicas, às atividades madeireiras, e um módulo específico orientado para moradores que residiam na área desde a criação do assentamento, para líderes comunitários, e para extrativistas madeireiros (GRET, 2014a, 2014b).

A etapa campo consistiu na coleta de dados dentro do assentamento, junto aos beneficiários. E posteriormente a etapa de análise envolveu a tabulação e análise dos dados para produção de relatórios técnicos, produtos finais da pesquisa, que preliminarmente foram restituídos em reunião junto à comunidade e validados para a versão final (GRET, 2014a, 2014b).

3.1 ASSENTAMENTOS RURAIS NO AMAPÁ E A PLURIATIVIDADE

A floresta representa geração de trabalho e renda para boa parte da populações locais da Amazônia. Diversos processos produtivos decorrem do uso de produtos florestais como a madeira, frutas, sementes, cipós e ervas. Muitos trabalhadores do meio rural utilizam sistemas agroflorestais, associando o extrativismo à agricultura (AMARAL, 2010).

A política nacional de ocupação da Amazônia promoveu a implantação de diversas tipologias de projetos para a ocupação da região sob diferentes graus de responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Entre os modelos de ocupação estavam: o Projeto Integrado de Colonização (PIC), onde o INCRA era responsável pela organização do assentamento e assistência financeira e técnica aos colonos; o Projeto de Assentamento (PA); e o Projeto de Assentamento Rápido (PAR) que consistia na simples demarcação e titulação das parcelas do solo ocupadas espontaneamente (SILVA; FILOCREÃO; LOMBA, 2012).

Com a criação de 29 (vinte e nove) assentamentos no Amapá, no período de 1987 a 2006, período de latência da atuação do INCRA nos projetos de

assentamentos da reforma agrária, 7.421 famílias de colonos originárias do Amapá e também dos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, foram beneficiadas. (SILVA; FILOCREÃO; LOMBA, 2012).

Localizado no extremo norte brasileiro, o Estado do Amapá limita-se a Noroeste (NO), com o Suriname e Guiana Francesa, a Nordeste (NE) com o Oceano atlântico, a Sudeste (SE) o sistema de ilhas estuárias do rio Amazonas e ao Sul (S) com o Estado do Pará.

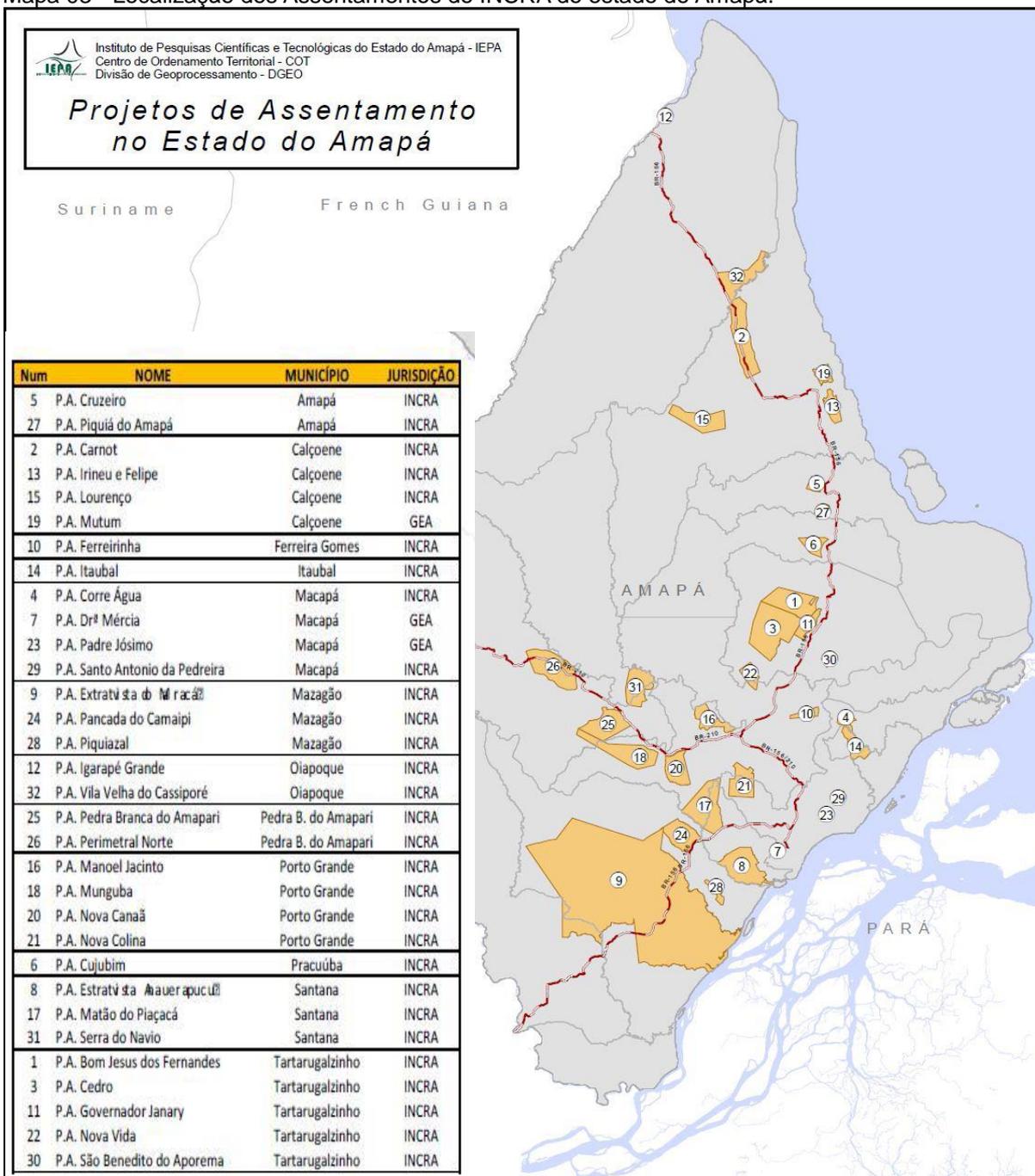
Possui população estimada equivalente à, segundo o IBGE (2016), 782.295 habitantes. Tendo como cidade com maior concentração demográfica, cerca de 600.00 habitantes, a capital, Macapá.

De acordo com Silva, Filocreão e Lomba (2012), os assentamentos rurais amapaenses ocupam área equivalente à 2.125.329,0112 hectares, correspondendo a 14,88% da área total do Estado, sob jurisdição das esferas federal, estadual e municipal.

Atualmente, de acordo com a Lista de Beneficiários da Reforma Agrária de 2016 (INCRA, 2016), o INCRA conta com 53 projetos no Amapá, onde estão assentados 19.864 beneficiários. Entre eles: Projetos de Assentamento; Projetos de Assentamento Agroextratistas; Reservas de Desenvolvimento Sustentável; Projetos de Assentamento Casulo; entre outros.

Os assentamentos rurais do Amapá (Mapa 03) vivem o cenário de evasão, em geral, o número de famílias beneficiárias cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão gestor dos assentamentos amapaenses, costuma ser inferior à capacidade total do assentamento (área destinada ao projeto de assentamento), e o número de famílias efetivamente residindo nos assentamentos é bem inferior ao número que consta na relação de beneficiários (RB).

Mapa 03 - Localização dos Assentamentos do INCRA do estado do Amapá.



Fonte: INCRA (2014).

O cenário comum constituído quando são criados os projetos de assentamento agropecuário pelo INCRA, é o de insipiência devido a não serem realizadas obras de infraestrutura necessárias para o funcionamento produtivo e a reprodução social, como: abastecimento de água potável e para irrigação de culturas; energia elétrica; posto médico; cantina; habitação; e ramais trafegáveis para acesso aos lotes e escoamento da produção.

Desta forma, cria-se pseudo assentamentos agropecuários que consistem no mero loteamento de propriedades, quando sabe-se que o objetivo da Reforma Agrária vai muito além da distribuição de terras.

Uma vez que estabelecer uma produção agrícola ou pecuarista consolidada se mostra inviável frente diversas dificuldades de um projeto embrionário, constituiu-se então um cenário de múltiplas atividades produtivas dentro dos PAs, com ênfase para o extrativismo.

Parte expressiva dos assentados que constam na RB possui outra fonte de renda, tanto através de função exercida fora do assentamento ou assistência financeira governamental, quanto o próprio extrativismo madeireiro, que ganha representatividade se tornando uma alternativa de renda em curto prazo para os assentados.

No entanto, a atividade exploratória madeireira nos Projetos de Assentamento Agropecuários e Assentamentos Agroextrativistas amapaenses, têm sucedido de forma a contrariar a legislação vigente, segundo Barros (2011), bem como, os princípios e metas da Reforma Agrária.

Isto frente ao sentido dar autonomia ao colono de lidar com o processo de manejo sustentável de sua floresta. O pequeno agricultor constantemente não dispõe de recursos sociais e financeiros para se quer, arcar com a documentação necessária e elaboração de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS).

O processo exploratório envolve diversas etapas legais burocráticas para sua efetivação, entre elas: protocolo de processo; análise técnica; vistoria técnica prévia; emissão de taxa; cumprimento e análise de pendências; emissão de ofício de aprovação; cadastramento em sistema de monitoramento e controle florestal; homologação da autorização; até a emissão da autorização de exploração (AUTEX). Trata-se de um longo trâmite por diversos setores da instituição licenciadora, além de uma gama de documentos exigidos.

Contudo, uma vez aprovado o PMFS, pelo órgão licenciador, no caso, o Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá – IMAO, este emite autorização e documentação imprescindível para a execução do plano, e efetiva colheita da madeira.

Ocorre então a situação onde há a negociação dos contratos entre associações de assentados e empresas madeireiras – os madeireiros -, esta última figura se responsabiliza por todo o trâmite burocrático, e etapas de planejamento e

execução. Entretanto esses contratos, muitas vezes, deixam os assentados às cegas das reais condições de negociação, que podem ser feitas por falsos líderes na posição de representantes de associações sociais da comunidade.

A madeira sempre é vendida em pé na floresta, sem nenhum valor agregado, e o produto chega ao consumidor final, no mercado local, por valores correspondentes até cinquenta vezes maiores. Elucida-se ainda, que grande parte da exploração de madeira ocorre em áreas de posse, cujo documento é apenas a Declaração de Posse/Assentado fornecida pelo INCRA, sem real consistência jurídica (BARROS, 2011).

De acordo com Barros (2011), órgão licenciador e fiscalizador, o IMAP, possui equipe defasada para atender a demanda do estado. No estudo de Barros (2011) identificou-se apenas 30 vistoriadores para 667 PMFS aptos, o que impossibilitava o monitoramento do processo de exploração dos PMFS, e realizava-se apenas as vistorias prévias para aprovação.

A falta de acompanhamento por parte do órgão responsável, implica na ideia de que o processo de colheita infrinja legislações e o próprio plano de manejo, causando danos ambientais, não respeitando as taxas de exploração e abertura de clareiras, atingindo até Áreas de Preservação Permanente (APP).

As espécies de alto valor comercial para as madeireiras locais consistem em cerca um pouco mais de uma dezena de espécies de árvores. Ressalta-se que a riqueza biológica amazônica culmina na estimativa de 12.000 espécies arbóreas existentes na Amazônia (LLERAS PÉREZ, 2005). Desta forma, em uma abertura de área, o volume de madeira das espécies consideradas de baixo valor comercial é muito maior do que o de espécies de grande valor comercial. Um PMFS mal executado culmina em uma grande perda biológica e social.

3.2 ASSENTAMENTO PANCADA DO CAMAIPÍ

Criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Projeto de Assentamento (PA) Pancada do Camaipí está localizado a nordeste do município de Mazagão, sul do Amapá (mapa 01). É limitado ao sudeste por trecho da BR-156 com extensão aproximada de 11 km. O percurso, partindo de

Macapá, até a entrada do assentamento é de 92 km, sendo 27 km percorridos pela rodovia BR-210 e 65 km pela BR- 156 (INCRA/IEPA, 2009a).

Mapa 04 - Posição do PA Pancada do Camaipí no contexto estadual e vias de acesso.



Fonte: INCRA/IEPA (2009a).

O acesso ao interior do assentamento ocorre através do ramal do Pancada, que possui uma extensão transitável de aproximadamente 20 km, terminando na margem direita do rio Camaipí (INCRA/IEPA, 2009a). O ramal possui topografia acidentada (imagem 02), e em época de chuva o trânsito de veículos automotivos na área é dificultado.

É possível ainda acessar o assentamento por via fluvial, através do rio Vila Nova e de um pequeno trecho do canal do Norte do rio Amazonas. O trajeto é de 68 km compreendidos do Porto de Santana até a ponte sobre o rio Vila Nova, na BR-156, que está situada ao sudeste do assentamento (INCRA/IEPA, 2009a).

Historicamente, o adensamento populacional da área remete ao início do século XX, impulsionado pela atividade extrativista madeireira e não madeireira. As margens do rio Camaipí, diversas famílias de produtores extrativistas se instalaram e reproduziram ao longo das décadas, habitando a área até a atualidade (GRET, 2014a).

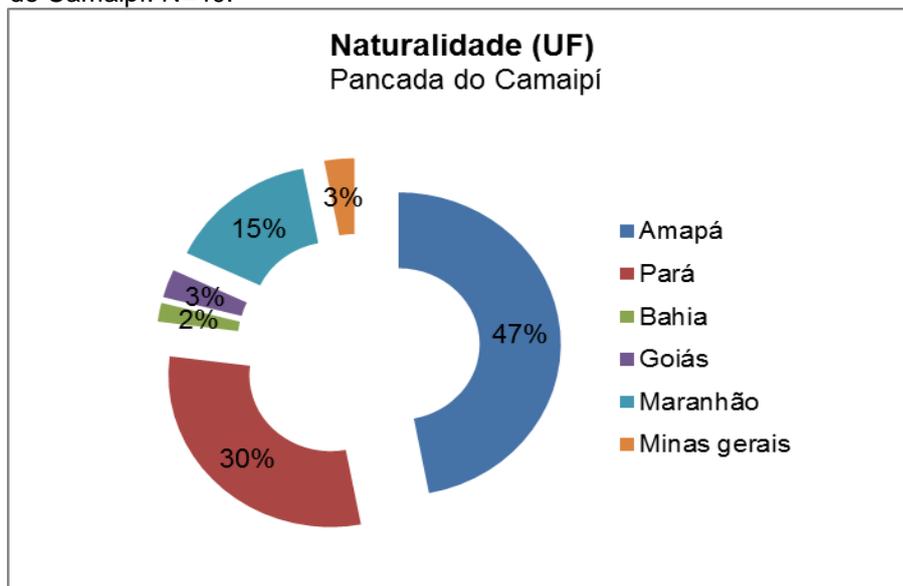
Com a implantação da BR-156 (a partir da década de 1940), uma nova dinâmica de ocupação e exploração se deu na região, não mais apenas na floresta de várzea, mas também na floresta de terra firme.

Em meados da década de 1990, camponeses se organizaram socialmente com o objetivo de criar uma demanda ao INCRA para a criação de um assentamento frente a vocação agrária da área. Espontaneamente, pré-demarcaram os lotes na área de floresta de terra firme e criaram a primeira associação da área, a Associação dos Agricultores do Pancada do Camaipí - AAPC (GRET, 2014a).

Posteriormente, a criação do assentamento foi sancionada pelo INCRA com base na sua política de ocupação da Amazônia, e inclui não apenas os camponeses da floresta de terra firme (ao longo do ramal do Pancada), mas também as famílias extrativistas já instaladas às margens do rio Camaipí, floresta de várzea.

A oficialização do assentamento possibilitou aos camponeses a fomentação e acesso a crédito para início das atividades agropecuárias, e motivou um aumento populacional significativo na área, incluindo produtores de diversas unidades federativas do país (gráfico 02).

Gráfico 02 - Representação da origem dos beneficiários do PA Pancada do Camaipí. N=40.



Fonte: Adaptado de GRET (2014a)

Os lotes ao longo do ramal do Pancada e os lotes às margens do rio Camaipí possuem dinâmica de naturalidade bastante diferente, é perceptível que os produtores de origem tradicional amazônica estão instalados ao longo do rio,

enquanto os vindos de outras regiões do país, ou mesmo do sul e sudeste do Pará concentram-se no ramal.

Nos últimos anos se constata no assentamento um cenário de declínio da produção agropecuária, motivado: pela falta de infraestrutura para produção e escoamento; a falta de incentivos e programas governamentais; entre outros. A consequência é o “esvaziamento” do assentamento. Muitas famílias camponesas por não terem como produzir e/ou escoar seus produtos para comercialização nos centros urbanos, acabam por abrir mão de seus lotes (GRET, 2014a).

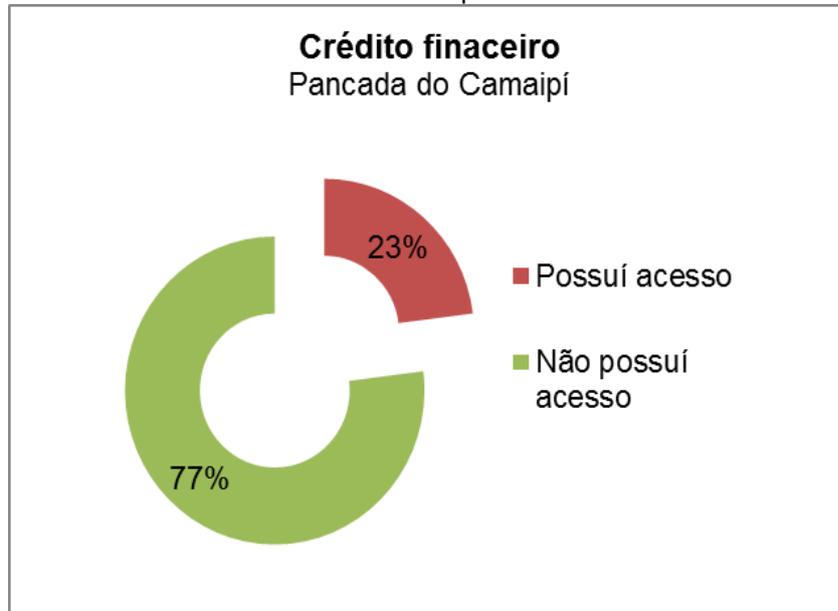
Esta realidade supracitada está vinculada diretamente aos lotes na floresta de terra firme. As famílias ribeirinhas continuam a se reproduzir socialmente em um ritmo constante, onde há sempre o acréscimo populacional na área, apesar de muitas famílias não fazerem parte dos dados e estimativas institucionais, uma vez que parte significativa dessas famílias habitam lotes fora da perspectiva da regularização fundiária, sem qualquer documento de posse de terras.

3.2.1 Contexto socioeconômico no assentamento Pancada do Camaipi

O assentamento Pancada do Camaipi conta com a capacidade de lotes para beneficiar 400 famílias (INCRA/IEPA, 2009a). De acordo com a relação de beneficiários atual do INCRA, o assentamento comporta 395 beneficiários da reforma agrária (INCRA, 2016). Cerca de 90% da população alvo do estudo do GRET (2014a) possuía algum documento, em especial emitido pelo INCRA, referente à condição de assentado e apropriação do lote, no entanto não o título definitivo de posse.

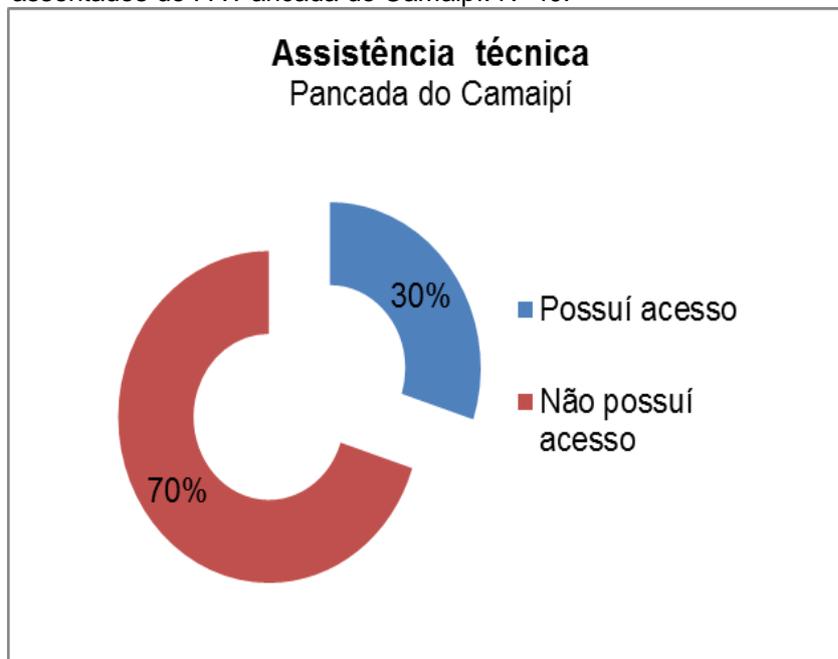
O território de insipiência para desenvolvimento da socioeconomia rural também é constituído a partir do assentamento Pancada do Camaipi. Realidade similar a diversos assentamentos rurais amapaenses. A carência por políticas estruturantes e incentivadoras a produção agropecuarista ou ao extrativismo sustentável comete diversas famílias assentadas a produzir apenas para subsistência. Segundo estudo realizado pelo GRET (2014a), perto de $\frac{3}{4}$ dos assentados não possuem acesso a crédito financeiro e/ou recebem assistência técnica (gráfico 03 e 04).

Gráfico 03 - Representação de acesso à crédito financeiro pelos assentados do PA Pancada do Camaipí. N=40.



Fonte: Adaptado de GRET (2014a)

Gráfico 04 - Representação de acesso à assistência técnica pelos assentados do PA Pancada do Camaipí. N=40.



Fonte: Adaptado de GRET (2014a)

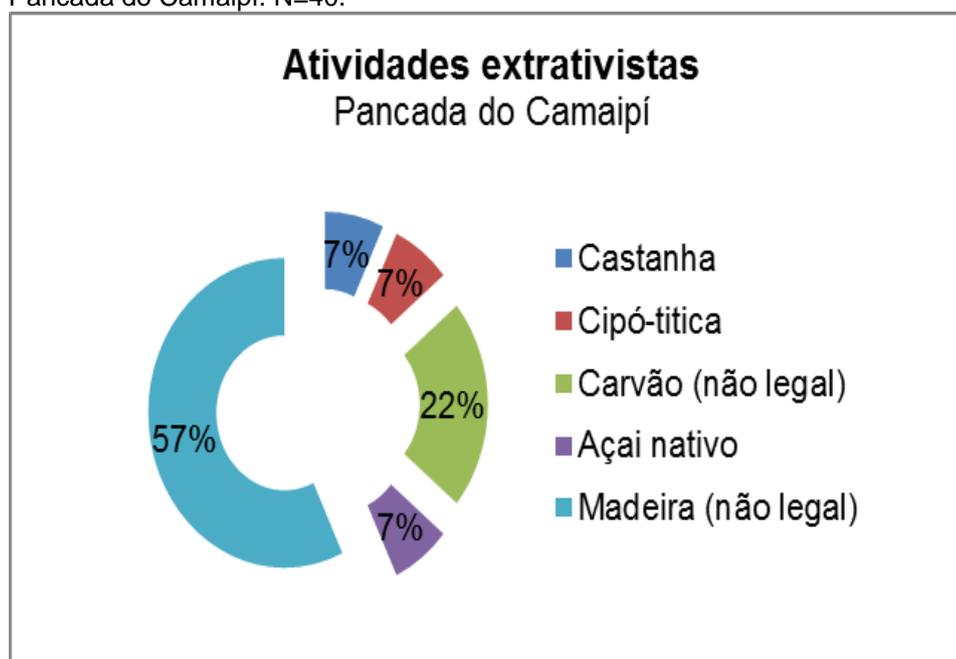
Parte da população ainda não possui acesso à energia elétrica, cerca de 25% da população estudada pelo GRET (2014a). Em geral, essa população configura-se em famílias ribeirinhas assentadas em lotes mais distantes ao ramal principal. A lógica de instalação da infraestrutura para distribuição de energia elétrica aconteceu a partir da BR-156, no sentido ramal-rio.

A produção agrícola do assentamento possui como cultura mais comum o cultivo de açaí, que de modo geral, através do enriquecimento de açazais nativos e plantio. Este representa metade dos principais produtos de origem agrícola produzidos no assentamento, seguido da cultura de mandioca para a produção de farinha que representa $\frac{1}{4}$ dos produtos produzidos no assentamento, e mais $\frac{1}{4}$ da produção que se divide em: hortaliças (pepino, pimenta); frutas (banana, cupuaçu); e cereais (arroz) (GRET, 2014a).

As culturas não possuem sistema de irrigação. O rio Camaipí representa a fonte hídrica para abastecimento doméstico de 63% das famílias assentadas (GRET, 2014a). A utilização de poços amazonas e artesianos representa o abastecimento doméstico de 30% da população local, geralmente famílias assentadas ao longo do ramal principal. Os outros 7% de famílias utilizam fontes como nascentes naturais e captação de água da chuva.

O extrativismo florestal é uma atividade rentável para aproximadamente metade da população do assentamento, que produz e comercializa algum/alguns produtos de origem florestal, sendo o extrativismo não legal de madeira a atividade mais recorrente (gráfico 05) (GRET, 2014a).

Gráfico 05 - Atividades extrativistas exercidas pelos assentados do PA Pancada do Camaipí. N=40.



Fonte: Adaptado de GRET (2014a)

O escoamento da produção acontece via fluvial, pelo rio Camaipí, afluente do rio Vila Nova, e via terrestre pelo ramal do Pancada, apesar da difícil trafegabilidade do ramal. A dinâmica de fluxo dada pelo rio é um dos fatores para a representatividade da cadeia produtiva da madeira não legal no assentamento.

De caráter familiar e fora de qualquer modalidade legal, esta produção se constitui a partir da união de certos fatores: a lógica cultural extrativista de populações amazônicas que se reproduz por diversas gerações; a viabilidade de escoamento proporcionada pelos cursos hídricos desde as áreas de produção até mercados urbanos (Macapá e Santana) aquecidos pelo setor da construção civil; a fiscalização mansa para esse tipo de ator; e a necessidade de alternativas de renda para garantia da reprodução social de diversas famílias rurais.

Estes fatores implicam na autonomia de diversas famílias na produção madeireira, fazendo com que cenários comuns a diversos outros assentamentos amapaenses para a produção de madeira, como os contratos acordados com empresas madeireiras, não aconteçam com intensidade.

Com base nas características referentes ao perfil social, infraestrutura e lógicas produtivas, é possível classificar os assentados do Pancada do Camaipí em três tipologias de produtores. O quadro 03 a seguir elucida essa classificação e suas peculiaridades:

Quadro 03 - Tipologias de produtores do Assentamento Pancada do Camaipí.

	PRODUTOR A - RAMAL	PRODUTOR B - RIO	PRODUTOR C - RIO
Região de origem	NORDESTE/ CENTRO-OESTE/ SUL DO ESTADO DO PARÁ	NORTE (AMAPÁ/PARÁ)	NORTE (AMAPÁ/PARÁ)
Sistema de produção	AGRICULTURA	AGRICULTURA/ EXTRATIVISMO (AÇAÍ)	EXTRATIVISMO (AÇAÍ E MADEIRA)
Energia elétrica	SIM	SIM	NÃO
Acesso à crédito/ assistência financeira governamental	SIM	SIM	NÃO
Documentação referente a posse de terra	SIM	SIM	NÃO
Escoamento de produção	VIA TERRESTRE	VIA FLUVIAL	VIA FLUVIAL

Fonte: Autora baseado em GRET (2014a)

A tipologia-A retrata assentados residentes ao longo do ramal do Pancada que em algum momento foram assistidos por algum agente governamental: como crédito financeiro, assistência técnica e/ou participação em algum programa social referente à política de distribuição de renda.

Parte dos produtores dessa tipologia produz agricultura de subsistência, devido a difícil logística de escoamento, onde o ramal é acidentado e com baixas condições de trafegabilidade, muitos não possuem meios de transporte próprios implicando na necessidade de frete, o que onera o produto e dificulta a comercialização (GRET, 2014a).

Outra característica da tipologia-A é referente ao associativismo dos assentados. A associação AAGRIPPAC (Associação dos Agricultores e Piscicultores do Pancada do Camaipí), alcançou a participação de diversos assentados ao Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar-PRONAF, e serviços como a mecanização de terra foram realizados para o aumento da produção agrícola (GRET, 2014a).

Tipologias B e C representam produtores instalados às margem do rio Camaipí. Segundo GRET (2014a), a tipologia B está instalada na região a maior tempo, muitos residem a área anteriormente a criação do assentamento. Praticam agricultura de subsistência, e possuem a produção de açaí como principal atividade, mas a produção de farinha também possui representatividade.

Acrescenta-se ainda que os assentados da tipologia B tem em seu histórico o extrativismo madeireiro, e em algum momento, essa atividade foi substituída pela produção do açaí, pelo valor econômico e viabilidade legal.

A tipologia C representa núcleos familiares mais recentemente formados na área, com atividades produtivas voltadas para a madeira e o açaí. Por sua situação fundiária irregular, estes assentados não conseguem acesso a programas públicos de assistência técnica ou financeira (GRET, 2014a).

Nota-se ainda quanto às tipologias B e C o acesso à energia elétrica como um marco divisor para o incremento de renda dessa população. A tipologia B por possuir acesso à energia elétrica, consegue agregar valores aos seus produtos localmente, produzindo vinho de açaí e polpa de frutas. A tipologia C, sem acesso à energia elétrica, realiza atividades como a produção de açaí in natura e extração de madeira pela utilização de motosserras (GRET, 2014a).

Segundo o Plano de recuperação do P.A. Pancada do Camaipi (INCRA/IEPA, 2009a), o assentamento possui área de 24.683,00 ha, deste total conta com reserva legal equivalente à 7.366,73 ha referente aos lotes demarcados, 80% da área total dos lotes demarcados.

De acordo com Brasil (2012), onde dispõe-se sobre a proteção da vegetação nativa, estipula-se a obrigatoriedade de todo imóvel rural manter a título de Reserva Legal, certa área com cobertura de vegetação nativa. Para imóveis rurais localizados na Amazônia Legal em área de floresta, como o assentamento aqui estudado, essa taxa é igual a 80% (oitenta por cento).

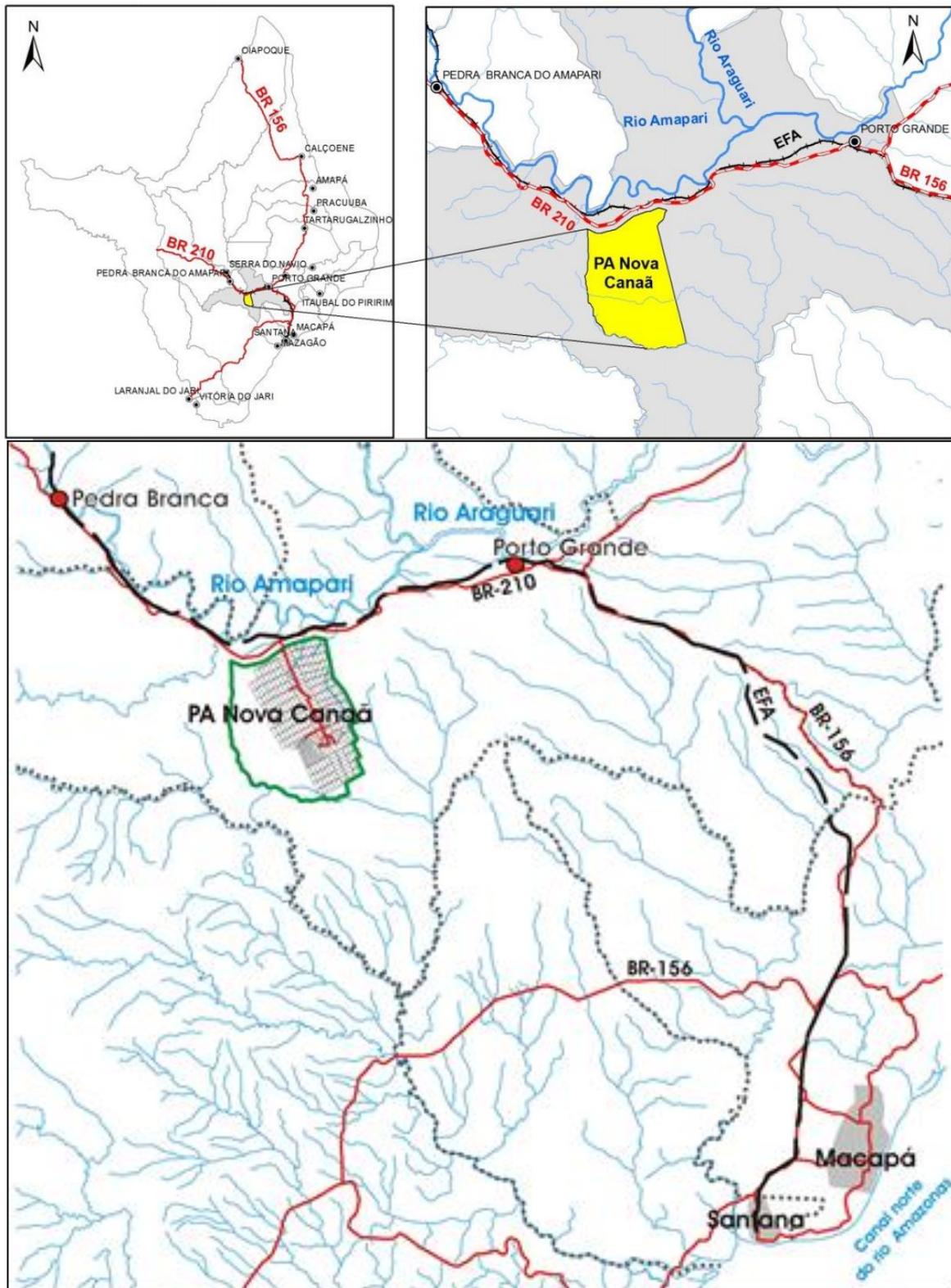
Estima-se que o assentamento Pancada do Camaipi possua parte de sua floresta empobrecida, onde as espécies de alto valor comercial foram exploradas sem qualquer prática silvicultural para a regeneração das espécies, em especial nas áreas próximas às margens do rio. Há áreas sem florestas utilizadas pra pasto e agricultura. Há áreas de floresta em processo de regeneração, que em algum momento nas últimas décadas foram manejadas por empresas madeireiras. E existem ainda floresta em atividade, onde há a atividade madeireira executada por extrativistas assentados.

3.3 ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ

O PA Nova Canaã teve sua criação no ano 1996. Situado no município de Porto Grande, localizado na área central do Estado do Amapá, o assentamento Nova Canaã (mapa 05) tem como principal acesso, partindo de Macapá, a rota por via rodoviária através da BR-156, num percurso pavimentado de 116km até o entroncamento com a BR-210 (Perimetral Norte). Percorre-se, então, 42 km na rodovia Perimetral Norte (leito de terra) até a entrada do assentamento. (INCRA/IEPA, 2009b).

O maior eixo de circulação dentro do assentamento se estende no sentido transversal, onde se concentram as principais atividades humanas do PA. O acesso à face oeste desse PA é dificultado pela condição topográfica caracterizada por forte movimentação do relevo.

Mapa 05 - Posição do PA Nova Canaã no contexto estadual e vias de acesso.



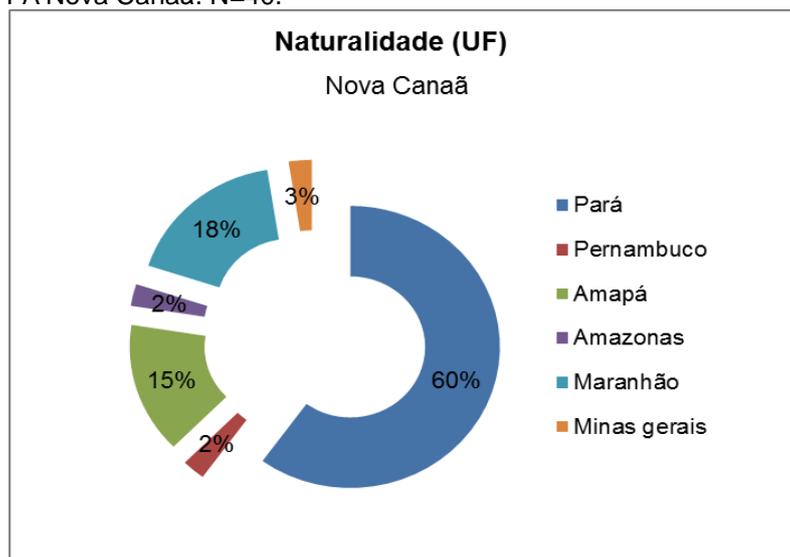
Fonte: INCRA/IEPA (2009b)

Anteriormente a criação do PA já existia um adensamento populacional no local. Os moradores que residiam na atual vila do Km 142 em meados da década de 1990 se organizaram e manifestaram-se frente ao INCRA o interesse e vocação

agropecuária, o que viabilizou a criação do assentamento e regularização da situação fundiária dos moradores locais (GRET, 2014b).

Com a criação do assentamento, produtores de diversas regiões do país foram atraídos para a localidade. O assentamento Nova Canaã conta com produtores de diversas regiões do país, em especial da região norte, onde 60% dos entrevistados são originários do estado do Pará (gráfico 06).

Gráfico 06 – Representação da origem dos beneficiários do PA Nova Canaã. N=40.



Fonte: Adaptado de GRET (2014b)

No período de criação do PA, as atividades produtivas ganham representatividade na área, no âmbito da agricultura, pecuária e extrativismo, em especial, o extrativismo madeireiro. Logo que no mesmo já existia uma lógica de atividade madeireira ao longo da Perimetral Norte, que perpetua até os dias atuais onde há uma concentração de empresas madeireiras do estado ao longo dessa via.

De acordo com GRET (2014b), o INCRA realiza em 2002 a abertura inicial de ramais no assentamento. E a própria lógica madeireira propicia a abertura de novos ramais, como contrapartida da atividade de manejo das empresas madeireiras. No entanto, a intensidade da produção de madeira na área incentivou a prática perniciosa da especulação de terras (GRET, 2014b).

A priori, diversos lotes tiveram seus primeiros assentados interessados apenas na negociação da madeira com empresas da área, e posteriormente o manejo, abandonavam seus lotes ou repassavam a terceiros (GRET, 2014b). O que foge dos princípios da reforma agrária e da criação de assentamentos rurais.

E aos que buscaram a consolidação da produção agrícola, depararam ao longo dos anos com: a dificuldade de escoamento da produção pelas vias de acessos em estado ruim; falta de assistência técnica; carência de infraestrutura e serviços sociais; entre outros. Causando assim o cenário de esvaziamento do assentamento e insipiência de produção para a comercialização, onde a agricultura de subsistência é a atividade mais comum aos assentados que permanecem na área.

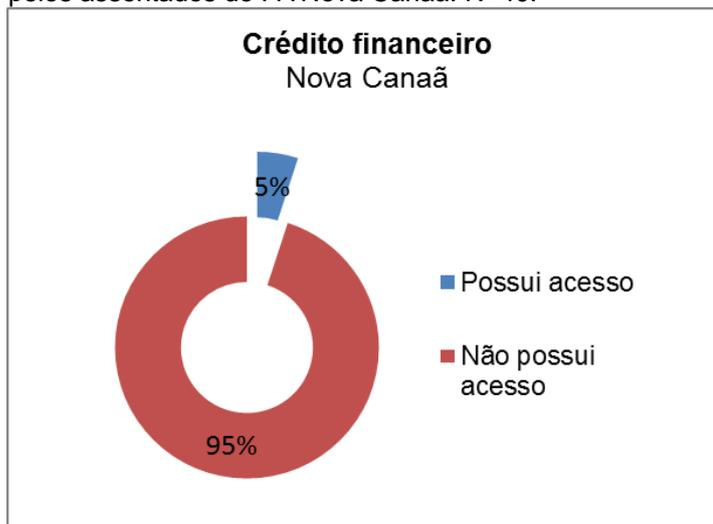
A irregularidade quanto a posse das terras é outro entrave que assola muitos produtores que residem atualmente no assentamento (GRET, 2014b), realidade não peculiar apenas ao assentamento, mas também às diversas outras modalidades de ocupação de terras no estado do Amapá. A posse da terra é instrumento fundamental para o acesso a melhorias e qualidade de vida, e garante ao colono a sua inserção nas estatísticas que baseiam planos e ações para o desenvolvimento rural.

3.3.1 Contexto socioeconômico no assentamento Nova Canaã

O assentamento Nova Canaã possui capacidade de lotes para beneficiar 340 famílias (INCRA/IEPA, 2009a). Segundo a relação de beneficiários atualizada, o número de beneficiários cadastrados corresponde a 338 (INCRA, 2016). No entanto, é perceptível, através de visitas in loco, que o número de assentados efetivos no assentamento está muito abaixo do que os que constam em dados oficiais.

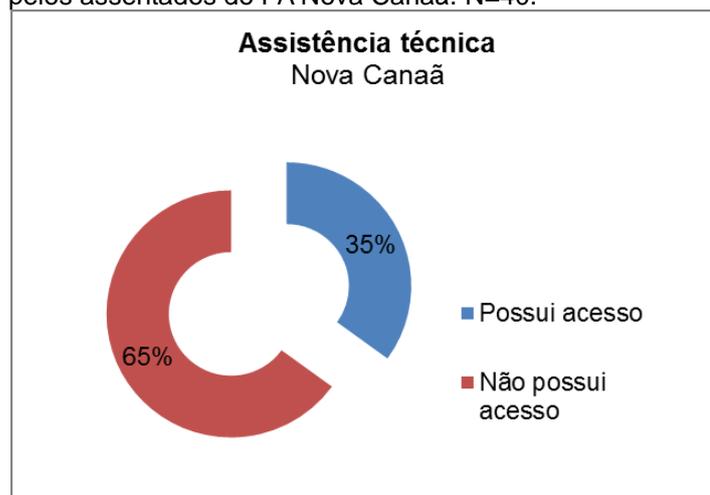
Para o estabelecimento de culturas agrícolas e criações de animais no assentamento, se faz fundamental a assistência técnica e o fomento inicial das atividades através do acesso a crédito financeiro. No entanto, a minoria dos assentados entrevistados no Nova Canaã tem acesso a estes (GRET, 2014b) (gráficos 07 e 08).

Gráfico 07 – Representação de acesso à crédito financeiro pelos assentados do PA Nova Canaã. N=40.



Fonte: Adaptado de GRET (2014b)

Gráfico 08 - Representação de acesso à assistência técnica pelos assentados do PA Nova Canaã. N=40.



Fonte: Adaptado de GRET (2014b)

A malha viária do PA é constituída por um ramal principal que corta o assentamento ao meio longitudinalmente, e sete ramais abertos transversais, as vicinais. Há previsão de abertura de mais duas vicinais como mostra o Plano de Recuperação do Assentamento (INCRA/IEPA, 2009b). Contudo, as condições de tráfego não são as ideais, devido: a falta de manutenção; a topografia acidentada do PA, em especial nas primeiras vicinais; e apenas os primeiros quilômetros de cada vicinal foi aberto para tráfego. Durante o período de chuvas, o cenário se agrava.

Segundo GRET (2014b), 30% das famílias não contam com o serviço de fornecimento de energia elétrica. Ressalta-se que estas famílias sem eletrificação residem em lotes com acesso mais dificultoso, mais distantes do ramal principal em

vicinais com trafegabilidade limitada. Isto limita o produtor a possibilidade de armazenamento de produção via refrigeração, e beneficiamento através de equipamentos eletrificados.

Cerca de 75% das famílias utilizam poços amazonas para suprimento da demanda doméstica por água, as demais famílias utilizam água coletada em igarapés e córregos (GRET, 2014b). Não há irrigação de culturas agrícolas.

A produção de açaí é a principal atividade no assentamento. Assim como acontece no PA Pancada do Camaipí, o cultivo de açaí é realizado frente ao enriquecimento de açazais nativos e ao plantio (GRET, 2014a). Este é cultivado por 45% dos produtores do assentamento (GRET, 2014a).

Outras culturas agrícolas também integram o sistema produtivo agrícola do PA como: a macaxeira; a banana; e a mandioca para a produção de farinha que são cultivadas por aproximadamente 35% dos assentados (GRET, 2014b). Outras culturas, em especial frutíferas como o cupuaçu, também são cultivadas no PA, no entanto com menor expressividade.

Também sem muita expressão, de acordo com os resultados apresentados por GRET (2014b), o extrativismo por parte dos assentados é voltado para produtos, além do açaí, como: o cipó-titica, o óleo de andiroba, e algumas espécies de madeira, em especial o Piquiá, muito utilizado para a produção de barcos.

Cerca de 20% dos assentados criam animais em suas propriedades, como: gado e caprinos para comercialização representado por 10% dos produtores; e aves (frango) e suínos em especial para consumo produzido por outros 10% de assentados (GRET, 2014b).

É notável certa semelhança no perfil social e de atividades produtivas no assentamento. A vocação agropecuária é, em geral, pertinente aos assentados do PA Nova Canaã. As atividades produtivas demonstram um cenário de insipiência. Tendo este aspecto negativo devido as influências das limitações de infraestrutura e a carência por assistência técnica.

As lavouras e pastos são operados através de métodos rudimentares de produção de baixo nível tecnológico. O conhecimento empírico e a mão-de-obra familiar e manual compõem um sistema simples de produção, com características de agricultura itinerante (GRET, 2014b).

A produção agrícola é comercializada em feiras nos municípios de Porto Grande, de Macapá e de Santana. No entanto, a dificuldades para escoamento

limitam a produção dos assentados, que depende de um caminhão fretado pela prefeitura de Porto Grande que semanalmente faz o transporte da produção de todos os assentados até o centro do município (GRET, 2014b). Contudo, é entendido que em certos momentos há a suspensão do transporte sobre alegação de problemas logísticos por parte da prefeitura.

As diversas dificuldades limitantes de produção refletem diretamente na composição de renda da população local. Onde muitas famílias contam como parte do incremento da renda assistência de programas governamentais de distribuição de renda. Cerca de 75% dos entrevistados possuíam acesso à algum programa do tipo (GRET, 2014b).

De acordo o Plano de recuperação do P.A. Nova Canaã (INCRA/IEPA, 2009b), o assentamento possui área de 24.276 ha, deste total conta com reserva legal equivalente à 12.224,05 ha referente aos lotes demarcados, 80% da área total dos lotes demarcados, porcentagem determinada legalmente (BRASIL, 2012).

A floresta representa uma alternativa de renda aos assentados. Segundo GRET (2014b), 35% dos assentados em algum momento comercializaram produtos florestais (madeireiros ou não madeireiros). Estipula-se que o manejo florestal tenha acontecido, em sua maior parte, nos lotes próximos ao ramal principal, e no início das vicinais em terrenos planos. Uma vez que, entre as condicionantes de retorno social acordadas com as empresas madeireiras, envolve-se a abertura e a manutenção das estradas e ramais do PA. Porém é notável que, em vezes, estas condicionantes deixaram de ser cumpridas.

Também deixam de serem cumpridas responsabilidades institucionais, sejam elas de gestão, fiscalização ou assistência, fundamentais de acordo com os princípios da reforma agrária para a garantia de permanência e de reprodução social do assentado na propriedade rural, além da seguridade às políticas públicas socioeconômicas.

3.4 ATIVIDADES PRODUTIVAS MADEIREIRAS ATUANTES NOS ASSENTAMENTOS PANCADA DO CAMAIPÍ E NOVA CANAÃ

As relações para a produção de madeira que ocorrem nos assentamentos são distintas em suas cadeias produtivas. Certos assentados exploram ilegalmente madeira em pequeno volume, com alcance de mercado local. Já outros assentados

fecham acordos com empresas madeireiras, vendendo a madeira em pé a um baixo preço por metro cúbico.

Mas é notório que ambas lógicas dessa atividade produtiva fomentam, em parte, o necessário para reprodução social dentro dos locais de estudos. E impactam o uso da terra, por seus modelos de atividades extrativistas.

3.4.1 A atividade madeireira na perspectiva empresarial

Inerente a ambos os assentamentos rurais estudados, a cadeia produtiva da madeira na lógica empresarial acontece em um mesmo padrão processual independente do território. Provavelmente por ter como protagonista, no Amapá, um seleto grupo de empresas, formado por cerca de 8 a 10 firmas madeireiras. Entre elas: Imazonia Woods (N. L. da Silva & Cia Ltda) e Floramazon (Florestal Porto Grande Industria De Madeiras Ltda), no município de Porto Grande, e Madbras (L. M. C. Homobono – Epp) em Macapá.

Como visto anteriormente na sessão referente ao circuito superior econômico da madeira originária das florestas de terra firme do Amapá, o modelo exposto se reproduz nos assentamentos estudados nas mesmas etapas de planejamento, exploração, e silvicultura, através de Planos de Manejo Florestais (PMFs).

As empresas madeireiras são responsáveis pela execução de todas as etapas do processo de manejo florestal. E ainda segundo Sablayrolles et al. (2013, p.10) “o poder de barganha dos assentados é mínimo na negociação com o madeireiro [...]”. As empresas formam uma espécie de oligopólio, dificultando qualquer estratégia de comercialização alternativa, logo, não há mercado competitivo da madeira legalizada.

As firmas madeireiras locais funcionam como intermediárias entre assentados produtores de madeira e grandes empresas do mercado nacional (SABLAYROLLES et al., 2013). Estas empresas do cenário nacional possibilitam o adiantamento de recursos para os madeireiros locais viabilizarem o processo necessário para o manejo madeireiro, como: a construção de estradas; compra de maquinário; entre outro, e já no momento da venda da madeira desconta-se seus adiantamentos.

O fato da iniciativa da atividade empresarial da madeira estar localizada fora do Estado é um dos motivos do favorecimento do desequilíbrio da relação de negociação do preço por metro cúbico da madeira, entre assentados e madeireiros.

De um lado têm-se uma das partes viabilizando todo o negócio e do outro têm-se uma parte que não entra com nenhum recurso financeiro, apesar deste deter a matéria prima, ou seja, a floresta. O resultado será sempre o preço abaixo do esperado, tornando clara a injusta relação de poder entre as partes.

Na visão dos assentados, os trâmites do licenciamento são extremamente complicados e onerosos, o que proporciona a situação comum onde o assentado é total dependente do madeireiro.

Sablayrolles et al. (2013) cita que há casos em que esta relação de força é tamanha, sendo possível a queda ao ponto de uma árvore inteira poder ser vendida a R\$ 20,00 (vinte reais). Outro motivo que ocasiona o baixo preço da madeira poderia estar relacionado a oferta de madeira ilegal que abastece o mercado local.

O maior entrave que este modelo de atividade enfrenta nos assentamentos estudados, e acredita-se que possa ser também similar aos assentamentos rurais amapaenses, é a situação fundiária. Pois para conseguir o manejo legal da floresta, é necessária a regulamentação fundiária dos lotes a serem manejados.

Em entrevista realizada pelo GRET (2014a) com madeireiro de atuação na área, ele aponta como principais limitações para a atividade madeireira empresarial, a irregularidade fundiária e o percurso burocrático processual.

De maneira geral, caracteriza-se a atividade madeireira na perspectiva empresarial dentro dos assentamentos Pancada do Camaipí e Nova Canaã, como aquela que está na perspectiva legal, e é realizada por meio de Planos de Manejo Florestal (PMFs).

O circuito total produtivo desse modelo é gerenciado pelas empresas madeireiras. Estas elaboraram e arcam com os planos de manejos e inventário florestal da área, além de arcar e administrar os processos burocráticos e institucionais junto aos órgãos licenciador competente (IMAP).

É comum ainda, as empresas solucionarem pendências quanto a situação fundiária de lotes potenciais (GRET,2014b). Após aprovados os PMFs pelo Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), é acordado o valor a ser pago pela madeireira ao assentado. E como esperado, o preço pago pela madeira em pé não atinge grandes cotações.

Após a fase de colheita, a madeira é geralmente transportada em tora por caminhões até as serrarias, geralmente localizadas nos municípios de Porto Grande e Santana. Nas serrarias acontece o beneficiamento do produto, comumente para a produção de madeira serrada com uso na construção civil. Posteriormente, há a comercialização do produto.

A atividade madeireira empresarial dentro dos assentamentos Pancada do Camaipí e Nova Canaã possui prós e contras. Esta dinâmica produtiva é legal e possui maquinário necessário para o beneficiamento com menor desperdício.

Em contrapartida, além do baixo preço pago ao assentado pela madeira, não se agrega valores ao produto dentro da comunidade, e o assentado não tem protagonismo e/ou autonomia na atividade, ficando sempre a mercê do madeireiro.

A falta de fiscalização é outra contradição a esta prática. Pois não há como garantir que as práticas silviculturais estão sendo de fato realizadas e garantindo a sustentabilidade da atividade. Pelo contrário, há relatos dos assentados locais fazendo alusão ao fato de o manejo empresarial não ocorrer da forma ideal, causando danos ambientais à floresta (GRET, 2014a).

É importante ressaltar que este padrão produtivo está fortemente presente em ambos assentamentos, mas ocorre apenas na tipologia de floresta de terra firme. No caso do assentamento Pancada do Camaipí, a área que esta modalidade atua são os lotes ao longo do ramal do Pancada. Enquanto que no assentamento Nova Canaã, esta prática é permeada ao longo de todo seus domínios de terra.

3.4.2 A atividade madeireira na perspectiva familiar na várzea

De caráter familiar, o modelo de exploração na várzea é caracterizado pela exploração de pequeno volume de madeira, com alcance de mercado local, e que não encontra vias de formalização da atividade.

Esta atividade é inerente apenas ao assentamento Pancada do Camaipí, pelo tipo de território necessário para que se desenvolva, a floresta de várzea, que não ocorre no assentamento Nova Canaã. Esta permite uma relação financeira mais favorável ao assentado, além da autonomia a este ator durante todo o processo extrativista.

O ator principal desta atividade é o assentado rural ribeirinho, este tem domínio da atividade madeireira, conhecimento adquirido através da herança

cultural. Suas gerações anteriores transferiram a informação e prática necessária para estes atuarem nas funções de lenhador e serrador, além da venda e negociação da madeira. O assentado rural ribeirinho é originário de estados amazônicos (GRET, 2014a, 2014b)

Da colheita à comercialização, agregando valores dentro da comunidade, o processo todo, frequentemente, é gerenciado dentre de núcleos familiares. Evidenciando a dependência da mão-de-obra familiar.

Quando grupos de cerca de dois pares de extrativistas adentram a mata destinados a passar duas ou mais semanas para a produção de madeira, o circuito produtivo familiar é iniciado. A etapa inicial é a de colheita, onde há o corte seletivo de uma à duas árvores de madeira com alto valor comercial.

Após a derrubada, ainda na floresta, as toras dão origem à peças de madeira serrada (tábuas, lambris, tarugos, ripas, etc.). Este beneficiamento é feito utilizando motosserras. Os extrativistas, então, carregam as peças de madeira serrada até as margens do rio (Camaipí), onde são colocadas em pequenas embarcações (canoas e rabetas), e transportadas até barcos maiores, fretados ou de atravessadores, que fazem o traslado, geralmente à noite, do produto aos mercados das cidades de Santana e Macapá.

Frequentemente, esta lógica produtiva é realizada fora de qualquer critério legal. Esta acarreta riscos a seus atores, como: multas; prisões; e apreensão das mercadorias. E uma vez que seus atores podem não possuir conhecimento a respeito das práticas do manejo sustentável para redução dos impactos ambientais e renovação das espécies, esperasse que ocorram danos ambientais durante o processo.

Essa atividade ilegal de fabricação e comercialização de produtos madeireiros destinados ao setor construção civil vê a complexidade burocrática e a falta de informação por parte de seu ator principal como seu entrave para a formalização da atividade.

O GRET (2014a) retrata a entrevista com um extrativista ribeirinho no PA Pancada do Camaipí chama atenção em seu relato para o modelo da atividade madeireira da várzea. Ele acredita que é a produção madeireira familiar é a modalidade de exploração que mais conserva a floresta em termos ambientais.

Quando perguntado o porquê da afirmação, o mesmo respondeu que é devido a esta manter a floresta “em pé”. O assentado não nota mudança na

fisionomia florestal causada pela atividade da várzea, diferentemente da estrutura florestal que se constitui após o manejo por PMFs (GRET, 2014a).

A baixa capacidade tecnológica da modalidade reflete nesta pequena taxa de exploração. A atividade é em sua totalidade artesanal. Implicando ainda na qualidade de seus produtos. Segundo Castilho (2013) as peças de madeira comercializadas nas estâncias, de Macapá e Santana, apresentam variações nas suas dimensões, especialmente, largura e espessura. Afere-se que não há padronização dos produtos madeireiros originários da várzea.

Com a caracterização dos produtos comercializados e do circuito produtivo envolvido pela atividade madeireira familiar da várzea, percebe-se um espaço produtivo com baixas densidades técnicas e informacionais. A limitação tecnológica e organizacional também é expressa nesse território opaco.

3.4.3 Análise comparativa das cadeias madeireiras

A demanda por madeira tropical nos centros urbanos é perene, o que aquece as diversas cadeias produtivas madeireiras. A Amazônia é uma das principais regiões produtoras de madeira tropical do planeta, tem seus circuitos econômicos madeireiros como alcance em diversas escalas.

As diversas atividades produtivas fomentadas pela madeira, afeta diversas populações amazônicas, direta ou indiretamente. Transitam do rural ao urbano, do formal ao informal, do superior ao inferior, do interno ao externo.

Nas áreas estudadas pela presente pesquisa, dois padrões de atividade madeireira como alcance de mercado foram identificadas e analisadas. Tendo como princípio para sua distinção, a própria diferença da fisionomia natural florestal: a floresta de várzea e a floresta de terra firme.

A partir deste espaço original, como intitulado por Raffestin (1993), os diversos atores, práticas e projetos definem territórios de ações bastante distintos. A decomposição dos circuitos em categorias permitiu a associação e a diferenciação das características pertinentes às duas atividades florestais aferidas.

O quadro 04 apresenta esta comparação entre as duas modalidades permitindo uma análise clara de como as dinâmicas destas atividades atuam nos assentamentos estudados.

Quadro 04 – Atividades produtivas madeireiras ocorrentes nos assentamentos rurais Pancada do Camaipi e Nova Canaã.

ATIVIDADES PRODUTIVAS MADEIREIRAS

MODELO DE PRODUÇÃO	EMPRESARIAL	FAMILIAR
Situação de legalidade	Legal	Ilegal
Situação Fundiária	Regular	Irregular
Floresta	Terra Firme	Várzea
Taxa de Exploração	30 m ³ /ha	0,24 m ³ /ha
Atores	Empresa Madeireira	Assentado extrativista (grupo de 3 à 5 pessoas)
Transporte	Transporte da madeira em tora em caminhões via rodovias	Transporte da madeira serrada em barcos via fluvial
Beneficiamento	Através de maquinário específico em serrarias em Santana e Porto Grande	Através de motosserras, ainda na floresta
Comercialização (Mercado consumidor)	Mercado local, regional e nacional	Mercado local
Renda gerada para o detentor da floresta (R\$/m ³)	R\$ 45,00 - R\$ 70,00 por m ³	Aproximadamente R\$ 125,00 por m ³

Fonte: Autora baseado em GRET (2014a; 2014b)

A primeira condição estudada das cadeias condiz a situação de legalidade em que ocorre cada modalidade. A empresarial, como visto anteriormente, acontece dentro de um paradigma burocrático e prático instituído pelo modelo de gestão de florestas de Manejo Florestal Sustentável. O paradigma burocrático institucional não engloba a cadeia familiar, a qual não se formaliza legalmente.

Um dos grandes entraves a uma tentativa de legalização da cadeia familiar, está no hiato da regularização fundiária, situação comum em ambos os

assentamentos. Uma vez que sabe-se que sem a regularização das propriedades, não podem ser licenciadas pelos órgãos ambientais importantes atividades para o desenvolvimento socioeconômico e para o uso sustentável da floresta, a exemplo, o manejo florestal (ADEODATO et al., 2011).

Este foi o segundo aspecto analisado entre os padrões de atividades. No padrão empresarial, os lotes manejados possuem documentação referente à posse da terra pelos assentados, o que é fundamental para aprovação de PMFs. Em contrapartida, é característico aos assentados extrativistas o acesso irregular à terra.

Resultado que impacta ainda na perspectiva de acesso a crédito e programas de assistência técnica e extensão rural. Posto que a propriedade da terra é necessária para o acesso destes serviços.

Atuantes em distintos tipos de floresta, as atividades possuem taxas de exploração bastante diversas. Instituído legalmente pelo modelo de manejo florestal sustentável, a taxa máxima de exploração não varia, permanecendo sempre na produção máxima de trinta metros cúbicos de madeira por hectare.

Para aferir este aspecto no modelo familiar para comparação com o modelo empresarial. Foi necessário levar em conta o tempo de produção e a área que o modelo empresarial atuava, e averiguar quanto o modelo familiar produzia em área e tempo similar.

Partiu-se então do tamanho padrão de um lote comum aos assentamentos estudados, que é de cinquenta hectares. E o tempo médio de 60 à 90 dias que uma empresa madeireira leva para executar um plano de manejo em um lote do assentamento Nova Canaã ou Pancada do Camaipí, variando em virtude do terreno mais plano ou mais acidentado (GRET, 2014a).

Aferiu-se então que em um lote padrão de 50 ha, em um período de tempo de 60 à 90 dias, a produção máxima dos assentados extrativistas é de doze metros cúbicos de madeira. Quando dividida a produção pela área, chega-se ao valor da taxa de exploração correspondente a 0,24 m³/ha.

A madeira produzida pela empresa madeireira é transportada em tora ou grandes peças pouco processadas até serrarias nos municípios de Porto Grande e Santana. Nas serrarias, a madeira sofre beneficiamento significativo para a produção de madeira serrada destinada, geralmente ao setor da construção civil.

As serrarias contam com maquinário específico para serrar, cortar, aplinar, e diversas outras funções necessárias para a produção madeireira. Esta madeira

alcança mercados locais, em especial para fins onde há fiscalização perene no processo construtivo, como o realizado por grandes construtoras em projetos de médio e alto impacto.

Além do mercado local, a madeira proveniente da atividade empresarial, é destinada a diversos outros estados do país, como estados das regiões sudeste e centro-oeste. A demanda por madeira é aquecida nos principais centros urbanos brasileiros.

Já a madeira produzida na perspectiva familiar, sofre beneficiamento dentro da floresta, logo após o desbaste da árvore. Ou seja, agrega-se valor ao produto ainda dentro da comunidade. Ato necessário também para a logística manual da atividade, onde os assentados carregam as peças de madeira por dentro da floresta até o rio, onde encontram-se as embarcações que transportarão fluvialmente a produção até o mercado consumidor final.

Este traslado da área de produção e beneficiamento até ao mercado para a comercialização, as cidades de Santana e Macapá, acontecem geralmente à noite. O motivo para tal é a tentativa de burlar a fiscalização portuária e ambiental, uma vez que essa atividade é ilegal.

Em Santana e em Macapá, a madeira originária da várzea é comercializada em estâncias (lojas de venda de madeira) localizadas às margens de igarapés que cortam o traçado urbano das cidades. Os principais destinos da produção vinda da área de estudo, são, respectivamente, o Canal do Boieiro em Santana, e o Igarapé das Pedrinhas e o Canal do Jandiá em Macapá.

O consumidor final, da madeira produzida pela atividade familiar da várzea, é a população de baixo poder aquisitivo, que constrói suas moradias de forma autônoma e individual. E que, geralmente, não sofrem fiscalização referente a origem do material empregado em suas construções.

A última variação aferida entre as duas atividades madeireiras refere-se ao valor financeiro gerado por ambas as atividades madeireiras ao detentor da floresta, o assentado. O assentado extrativista que atua em sua própria floresta tem, após os gastos inerentes à execução da atividade exceto sua própria mão-de-obra, o retorno financeiro aproximado de R\$125,00 (cento e vinte e cinco reais) por metro cúbico de madeira (GRET, 2014a).

Enquanto, a renda gerada para o assentado que acordou o seu lote através de planos de manejos com empresas madeireiras, varia de cerca de R\$ 45,00

(quarenta e cinco) à R\$ 70,00 (setenta reais) por metro cúbico de madeira. O valor varia de empresa para empresa, e de acordo com as espécies inventariadas no lote.

Têm-se então duas atividades com baixa remuneração ao detentor da floresta, o assentado. Mas é notável frente ao histórico de ocupação dos assentamentos que apenas uma apropria o homem à terra.

Segundo GRET (2014a; 2014b), em ambos os assentamentos estudados houve uma tipologia de assentados que tinham como principal objetivo ao ocupar lotes, a negociação de madeira através de acordo com madeireiras. Uma ocupação de terras meramente especulativa.

Essa tipologia após terem seus lotes manejados, desocupavam os lotes, abandonando-os ou repassando a terceiros. Uma vez que no modelo do Manejo Florestal, uma vez manejada a floresta, ela só será novamente manejada após sua recuperação biológica. Este intervalo de tempo é chamado de ciclo de corte, e é de aproximadamente trinta anos na floresta tropical amazônica.

Outros assentados, com vocação agropecuária, também acordaram com empresas madeireiras o manejo de seus lotes. No momento que os PMFs se apresentavam como uma rápida alternativa para obtenção de renda. No entanto, o retorno financeiro recebido, por ser baixo ou mal investido, não implicou no desenvolvimento de suas culturas agrícolas ou criações de animais.

O que demonstra que o recurso financeiro vindo do manejo empresarial, não representa uma oportunidade de desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida do pequeno produtor rural. Diferentemente do acesso a crédito institucional, onde há um planejamento da aplicação do investimento, e encontraram-se bons exemplos dentro dos assentamentos estudados.

Este padrão de atividade é passível de crítica ainda quanto ao questionamento da sustentabilidade que ele promove. Quando sabe-se que a fiscalização é ínfima. Recordando o exposto por Barros (2011) anteriormente, relativo ao seu estudo que identificou apenas 30 vistoriadores para 667 PMFS aptos na época, o que impossibilitava a fiscalização da execução dos PMFs, e realizava-se apenas as vistorias prévias de aprovação.

Os assentados aparecem como detentores dos planos de manejo da área, recebem pela madeira extraída, mas não participam ativamente do processo, e não há controle real da volumetria extraída de seus lotes. O que possibilita crimes

ambientais como a lavagem de madeira clandestina, e extração de volumes acima do permitido.

A madeira sempre é vendida em pé na floresta, sem nenhum valor agregado na comunidade, por preços relativamente baixos. Posto que a referida madeira chega ao consumidor final por valores correspondentes a quase cinquenta vezes maiores, dependendo da espécie madeireira.

Outra característica a ser analisada da lógica empresarial, é a relação de poder entre empresas nacionais e empresas locais. Onde as empresas do cenário nacional possibilitam adiantamentos de recursos para as empresas madeireiras locais viabilizarem o manejo florestal, fazendo com que estas não tenham grande necessidade de acumulação de capital de giro para fomentar sua atividade local.

Na perspectiva da várzea, a atividade madeireira mantém em seu território seus atores em plena atividade ao longo de décadas. Tem sido uma lógica produtiva ininterrupta, e permissiva à reprodução social de uma população por gerações.

É importante ressaltar que não há ciclo de corte na modalidade familiar, ao contrário da empresarial que é de 30 anos. Apesar disto, em virtude da baixa taxa de exploração, o que visualmente, não acarreta grandes mudanças na fisionomia da floresta.

Contudo, é provável o empobrecimento da floresta, principalmente na área de mata ciliar às margens do rio Camaipí. Pela proximidade ao rio, a exploração nessa zona tem sido mais intensa (GRET, 2014a). E a falta de conhecimento por seu ator em relação às técnicas que permitiriam a regeneração natural da floresta, reflata na dificuldade maior em encontrar as espécies com maior valor comercial em curtas distâncias em relação às margens do rio.

As principais espécies exploradas pela cadeia de várzea são: *Manilkara amazonica* (Hub.) Standl. (Maçaranduba), *Vouacapoua americana* Aubl. (Acapú), *Mezilaurus itauba* (Meissn.) Taub. (Itaubá), *Caryocar villosum* (Aubl.) Pers (Piquiá), *Bowdichia brasiliensis* (Huber) Ducke (Sucupira), *Hymenolobium modestum* Ducke (Angelim-Pedra) e *Platymiscium trinitatis* Benth. (Macacaubá) (GRET, 2014a).

As cadeias produtivas madeireiras que ocorrem nos assentamentos estudados são distintas, mas não independentes. É bastante notável a dependência do circuito inferior da várzea em relação a circuito superior da terra firme. Uma vez que é devido a cadeia empresarial não suprir o mercado local com madeira de baixo

valor agregado para ser utilizado na construção civil individual da população de baixa renda urbana.

O circuito inferior da várzea oferta tábuas, pernamancas, ripas, ripões, lambris comum, entre outros, em estâncias às margens de igarapés urbanos de Macapá e Santana. Estas peças são utilizadas nas formas para concreto, forros e cercados de casas de baixo padrão econômico. Moveleiros artesanais também usam esta madeira para fabricação de móveis e esquadrias.

Este mercado que se constitui às margens dos igarapés urbanos de Macapá e Santana, abastece parte da demanda da construção civil destas cidades, e movimenta uma receita anual de aproximadamente 16 milhões de reais proveniente da comercialização de cerca de 40.000m³ de madeira serrada (CASTILHO, 2013).

E é abastecido por produtos vindos não somente das várzeas amapaenses, mas também das várzeas do estado do Pará. E são comercializados desacompanhados de documento de recolhimento fiscal e de origem florestal.

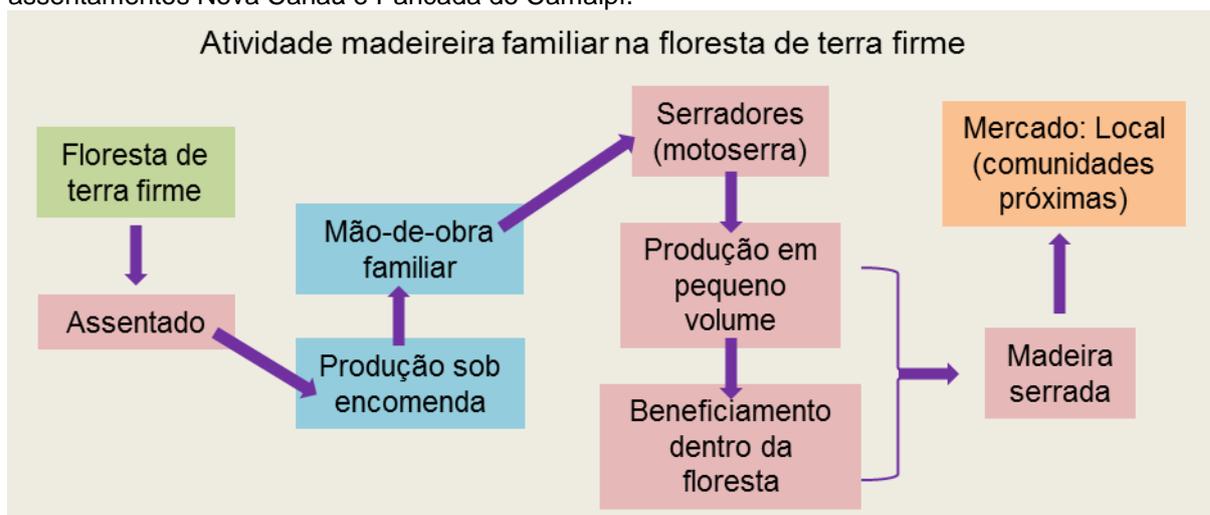
Há ainda um terceiro modelo de atividade madeireira nos assentamentos estudados, no entanto, de baixa representatividade e impacto econômico. Intermitente, este modelo de exploração madeireira, cujo também na perspectiva familiar, acontece a partir de uma demanda estabelecida pelo consumidor final, ou seja, sob regime de encomenda.

Com lógica de produção similar a cadeia produtiva da várzea, esta, no entanto ocorre na floresta de terra firme. O seu ator principal é o assentado de lotes ao longo dos ramais de terra firme, que possui geralmente conhecimento prévio das atividades madeireiras como lenhador e serrador.

Este faz retirada de pequenos volumes madeira, beneficia ainda na floresta, e produz madeira serrada em peças como: ripas, tarugos, perna-mancas e outras utilizadas para a construção civil. Assim como a atividade madeireira familiar da várzea, esta ocorre fora do padrão formal de atividades, logo é considerada ilegal.

A atividade madeireira familiar na floresta de terra firme (figura 02) não representa a principal geração de renda para seus praticantes. Na verdade, trata-se de um complemento à renda gerada por atividades agrícolas ou de criação de animais. Uma vez que esta atividade é esporádica, e acontece apenas quando há um potencial comprador.

Figura 02 – Representação esquemática da atividade madeireira familiar na floresta de terra firme no assentamentos Nova Canaã e Pancada do Camaipi.



Fonte: Autora baseado em GRET (2014a; 2014b)

Os compradores potenciais tratam-se de vizinhos dentro da própria comunidade ou de localidades próximas. Visto que para transportar esse tipo de produto para mercados mais aquecidos como as cidades da região envolveria trafegar em rodovias, onde a fiscalização é muito mais intensa quando comparado ao transporte fluvial.

Logo, entendeu-se que esta não possui representatividade quando comparada às outras duas dinâmicas de exploração madeireira que ocorre nos assentamentos estudados. Pois a produção e o impacto de mercado desta são acanhados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos estudados foram criados na modalidade de Projeto de Assentamento (PA), em que o INCRA fez somente a demarcação e titulação das parcelas previamente ocupadas espontaneamente. A infraestrutura básica (estradas, transporte, saúde, educação, lazer, etc.) é ínfima nesses espaços opacos.

O efeito gerado por esta ausência de infraestrutura é uma população sem qualidade de vida necessária para estabelecer culturas e criações que influenciem para a segurança alimentar de um Estado. Um dos objetivos para a criação de assentamentos rurais.

As dificuldades vivenciadas nos assentamentos estudados contribui para o cenário de múltiplas atividades produtivas, o que inclui extrativistas. A reprodução social dos assentados se baseia em diferentes sistemas produtivos territoriais, alguns de valor comercial e outros para subsistência.

A atividade extrativista madeireira se mostrou relevante dentro dos PAs Pancada do Camaipí e Nova Canaã, de acordo com as diferentes dinâmicas que a atividade madeireira se desdobra nesses territórios. Corroborando assim com a hipótese apresentada inicialmente nesta pesquisa.

O uso deste território dentro de uma perspectiva legal consiste em uma lógica produtiva estimulada externamente dentro dos aspectos referentes ao circuito econômico superior miltoniano. É a atividade madeireira empresarial que repercute do local ao nacional com sua madeira legal.

Paralelamente, mas dentro da ideia de dependência entre circuitos miltonianos, a atividade madeireira familiar que se origina na floresta de várzea permeia o território com suas ações e atores. Consiste na dinâmica de pequena dimensão, informal, e de uso de trabalho intensivo, que se cria e se recria com pouco capital, onde a carga cultural hereditária é fundamental para sua reprodução.

Apesar de clara a distinção de produção e produtores dentro dos assentamentos estudados, especialmente no caso do assentamento Pancada do Camaipí, estes são vistos como únicos politicamente. O que dar a entender que planos e projetos “uni” que são executados no “duo”, e conseqüentemente implicam no pouco ou nenhum êxito na busca do desenvolvimento socioambiental econômico para estes territórios.

O alto potencial extrativista inerente à floresta Amazônica, independente se floresta de várzea ou terra firme, é subaproveitado para o desenvolvimento das populações locais. Sabendo o uso do território amazônico para a produção de commodities pouco reflete na melhoria de índices sociais.

É necessário uma política pública que vise este potencial. Estruturando e fomentando inicialmente atividades econômicas que possuam dinâmica entre populações amazônicas, para que estas sejam legais, rentáveis e sustentáveis.

A regularização fundiária é outro hiato a ser necessariamente sanado. Áreas sem uso legal definido, são palco de diversos conflitos, como a apropriação por espoliação. Na visão do colono, a posse da terra lhe garante acesso a diversos serviços e políticas, além do incentivo a busca pela prosperidade da propriedade.

É viável a busca por estratégias que garantam o desenvolvimento das comunidades locais, e regionais que possam passar por realidades similares. Onde será possível o avanço nas cadeias produtivas extrativistas que se originam neste território, superando a apresentação do pequeno produtor como coadjuvante ou “vilão” ambiental.

A autonomia e o protagonismo poderiam ser conceitos tomados, na perspectiva do pequeno produtor, para a adoção de dinâmicas produtivas com maior eficiência e consciência social, econômica e ambiental.

A educação e o associativismo seriam peças-chaves para a ideia desenvolvimento a partir do perfil do assentado. A organização de produção e a qualificação social poderiam implicar na agregação de valores dentro da comunidade e o acesso mercados significativos.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Sérgio; MONZONI, Mario; BETIOL, Luciana Stocco; VILLELA, Malu. **Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo**. São Paulo: FGV RAE, 2011.

AMAPÁ. Concorrência Pública Nº 001/2015. Delega o direito de praticar o manejo florestal da Unidade de Manejo Florestal UFM III, para exploração dos produtos florestais indicados neste no Edital de Concorrência Pública nº 001/2015, localizadas no módulo II da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA-AP). **Diário Oficial [do] Estado do Amapá**, Macapá, AP, n. 6334, 07 dez. 2016. Seção 1, p. 17.

AMARAL, Márcio Douglas B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**. 2010. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARBOZA, Ricardo de Menezes. **A Economia Brasileira e os Preços das Commodities**. Grupo de Conjuntura Econômica. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/conjuntura/Barboza_2015_A_Economia_Brasileira_e_os_Preos_das_Commodities.pdf Acesso: 15/04/2016

BARROS, Ana Cristina; UHL, Christopher. **Padrões, problemas e potencial da extração madeireira ao longo do rio Amazonas e do seu estuário**. Série Amazônia Nº 4. Belém: Imazon, 1997.

BARROS, Ludmila Caminha. **Análise dos contratos celebrados entre beneficiários da Reforma Agrária e empresas madeireiras no Amapá para exploração florestal em Projetos de Assentamento**. Macapá: GRET, 2011.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

_____. **Amazônia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. *Disponível em:* <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30/07/2017.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Disponível em:* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 30/07/2017.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre proteção da vegetação nativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 19/04/2017

BRASIL. Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm>. Acesso em: 19/04/2017

CASTILHO, Núbia Tathiane Furtado. **Manejo da regeneração natural e produção de madeira pau mulato em floresta de várzea do estuário Amazônico**. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) – Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical, Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

CAVALCANTE, Maria Madalena de A.; NUNES, Dorisvalder Dia; SILVA, Ricardo Gilson da Costa; LOBATO, Luiz Cleyton Holanda. Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no Rio Madeira (Rondônia/Brasil). **Confins** [Online], 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6924>> Acesso em: 05/06/2016.

DANTAS, Alexis; KERTSNETZKY, Jacques; PROCHNIK, Victor. Empresa, Indústria e Mercados. In: **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. David Kupfer e Lia Hasenclever (Org.). 2 ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. Ordenamento territorial e o Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado de São Paulo. In: **ZEE zoneamento ecológico-econômico: base para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo**. Abílio Gonçalves Junior et al. (Org.). São Paulo : SMA, 2012, p. 197-207. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br>> Acesso em: 05 jun. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio e SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREISSING, Anna. **A região do Jarí, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do Projeto Jarí**. Revista de Estudos Universitários da Universidade de Sorocaba, v. 36, n. 3, p. 20-37, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio e SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

IBGE. **Estimativa da População 2015**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas - DPE – Coordenação de População e

Indicadores Sociais - COPIS. 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm Acesso em: 29 de mar. de 2016.

IBGE. **Uso da Terra no Estado do Amapá**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório Técnico. Diretoria De Geociências. Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra. [s.l], 2004.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Amapá**. Volume II – Planejamento. Macapá, 2014.

IEF, Instituto Estadual de Florestas do Amapá. **Editais de licitação para concessão florestal** - Concorrência nº 01/2015. Floresta Estadual do Amapá - Lote 1. Governo do Estado do Amapá. Macapá, 2015.

IEF, Instituto Estadual de Florestas do Amapá. **Editais de licitação para concessão florestal** - Concorrência nº 001/2016. Floresta Estadual do Amapá - Lote 2. Governo do Estado do Amapá. Macapá, 2016.

IEF, Instituto Estadual de Florestas do Amapá. **Resultado final da concorrência pública nº 001/2015**. Floresta Estadual do Amapá - Lote 1. Governo do Estado do Amapá. Macapá, maio de 2016b. Disponível em: <<http://www.editor.ap.gov.br/editor/Arquivos/Texto/Gestorcfcd8bcb7f859a07a6d5b96918d134aa9.pdf>> Acesso em: 07/07/2016

_____. **Plano de manejo da Floresta Estadual do Amapá**. Resumo Executivo da FLOTA/AP. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. Governo do Estado do Amapá. Macapá, 2014.

GRET. **Estudo socioeconômico do Assentamento Pancada do Camaipi, Mazagão – região do Módulo II da FLOTA, Amapá, Brasil**. Géssica Nogueira dos Santos, Jackson Barbosa, Elektra Rocha e Philippe Sablayrolles. *Relatório de atividade*, Programa e Centro de pesquisa na FLOTA - Projeto Gestão de Florestas do Amapá (GEFLO). Macapá-AP, Groupe de Recherche Et D'Echanges Technologiques - GRET, 2014a.

_____. **Estudo socioeconômico no Projeto de Assentamento Nova Canaã, Porto Grande, Amapá, Brasil**. Jackson Barbosa, Géssica Nogueira dos Santos, Elektra Rocha e Philippe Sablayrolles. *Relatório de atividade*, Programa e Centro de pesquisa na FLOTA – Projeto Gestão de Florestas do Amapá (GEFLO). Macapá-AP, Groupe de Recherche Et D'Echanges Technologiques - GRET, 2014b.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Diagnóstico Fundiário do Estado do Amapá**. Relatório técnico. Macapá, 2006.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária do Estado do Amapá**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria>> Acesso em: 05 maio 2016.

INCRA/IEPA. **Plano de recuperação - P.A. Pancada do Camaipi, Mazagão – AP.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá-IEPA. Macapá, 2009a.

_____. **Plano de recuperação - P.A. Nova Canaã, Porto Grande – AP.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá-IEPA. Macapá, 2009b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LLERAS PÉREZ, Eduardo. **A biodiversidade amazônica sem mitos.** Eduardo Lleras Pérez e Angela Maria Conte Leite. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2005.

Manual Global de Ecologia: o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente. São Paulo: Augustus, 1993

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Análise territorial e políticas públicas. In: **ZEE zoneamento ecológico-econômico:** base para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo. Abílio Gonçalves Junior et al. (Orgs). São Paulo : SMA, 2012, p. 197-207. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br>> Acesso em: 05 jun. 2016.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Conflitos territoriais na Amazônia na "era" do capital. In: **V Encontro Nacional da ANANPPAS.** Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-680-706-20100903145733.pdf>> Acesso: 15 abr. 2016.

MME, Ministério de Minas e Energia. **Perfil da mineração de manganês.** Relatório Técnico. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. [S.l.], 2009.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral.** Novos Cadernos NAEA, v. 6, n. 2, p. 113-168, dez. 2003.

OIMT, Organización Internacional de las Maderas Tropicales. **Resenã anual y evaluación de la situación mundial de las maderas.** Yokohama, Japón, 2006.

OLIVEIRA, Marcelo José org. **Diagnóstico do setor mineral do Estado do Amapá.** Coordenador: Marcelo José de Oliveira. Macapá: Iepa, 2010.

OMACHI, Isabel Hiroko; RODRIGUES, Luis Gonzaga; STOLF, Marcos; CANNAVAL, Robinson e SOBREIRO, Rodrigo. **Produção de biomassa florestal para exportação: o caso da AMCEL.** Biomassa & Energia, v. 1, n. 1, p.29-36, 2004.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX.** Lisboa : Herber, 1967.

_____. **L'économie du XX^e siècle.** Presses Universitaires de France, 2^a ed. Paris, 1964.

PEGLER, Lee. Cadeias de Valor Sustentáveis e Trabalho: dos Conceitos à Prática. **Repocs**, v.12, n.24, jul/dez. 2015.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá – Brasil: da gênese de um ente federativo à novas configurações territoriais (trans) fronteiriço. **Aldea Mundo Revista sobre Fronteras e Integración**, n. 39, 2015.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; SILVA, Gutemberg de Vilhena. Novos usos e (re)construções da condição fronteiriça amapaense. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 253-267, dez. 2009, ISSN 1516-6481.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; THEIS, Ivo Marcos. Circuitos da Economia na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial. **Labor & Engenho**, Campinas [SP] Brasil, v.9, n.2, p.101-114, 2015. Disponível em: <<http://www.conpadre.org>> Acesso em: 05 jun. 2016.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio e SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. 29 ed. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Space, territory, and territoriality. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 30, p. 121- 141, doi:10.1068/d21311, 2012.

RFN. **State of the rainforest 2014**. Rainforest Foundation Norway and GRID-Arendal. Noruega: Ellen Hofsvang, 2014.

SABLAYROLLES, Philippe, ROCHA, Elektra, ARMANDO, Douglas M. S. **Problemática da implantação de concessões florestais no Módulo II da FLOTA, do ponto de vista dos atores**. Relatório técnico. Projeto Apoio à elaboração de uma política de gestão sustentável da floresta e da biodiversidade no Estado do Amapá (Amazônia brasileira). Macapá, GRET, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Mari Adélia A.; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p.15-20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio e SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

SCS, Scientific Certification Systems. **Avaliação do manejo das plantações florestais e da cadeia de custódia, do processo de certificação da AMCEL – Amapá florestal e celulose Ltda. no estado do Amapá – Brasil**. Relatório correspondente ao resultado da avaliação do Manejo da AMCEL para certificação florestal pela Forest Stewardship Council. [s.l.], 2009.

SFB/IMAZON. **A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados**. Serviço Florestal Brasileiro, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Belém, PA: Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 2010.

SILVA, Irenildo C., FILOCREÃO, Antônio Sérgio M., LOMBA, Roni M. Assentamentos rurais no estado do Amapá: uma visão da realidade. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia – MG. Outubro/2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/989_2.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2014.

SILVA, Silvana Cristina da. O circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo: elementos para o debate do território usado. **Caminhos de Geografia (UFU)**, v. 13, p. 282-292, Uberlândia, 2012.

SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. **Acta Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. p.151-163.

SOUZA, André Luiz Lopes de. **Desenvolvimento sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia**: desafios, possibilidades e limites. Belém: UFPA/NAEA, 2002.

VERÍSSIMO, Adalberto; CAVALCANTE, Alcione; VIDAL, Edson; LIMA, Eirivelthon; PANTOJA, Frank; BRITO, Marky. **O Setor Madeireiro no Amapá**: Situação Atual e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável. Macapá: Imazon e Governo do Estado do Amapá, 1999.

WHITACKER, Guilherme Magon. Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. **Biblio 3w** (Barcelona), v. XX, p. 1-30, 2015.

WWF. Facts and figures. **Amazon Initiative**. World Wide Found for Nature – WWF. s/l. Fevereiro/2008. Disponível em: https://assets.wwf.ch/downloads/fact_figures_feb09.pdf Acesso em: 25 out. 2015.